

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

(RE) DESCOBRIRAM O CEARÁ?
REPRESENTAÇÕES DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DE ICÓ E SOBRAL:
ENTRE *AREAL* E *PATRIMÔNIO NACIONAL*.

TESE DE DOUTORAMENTO

José Clewton do Nascimento

Salvador – BA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

(RE) DESCOBRIRAM O CEARÁ?
REPRESENTAÇÕES DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DE ICÓ E SOBRAL:
ENTRE *AREAL* E *PATRIMÔNIO NACIONAL*.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Orientadora: Profa. Dra. Ana Fernandes

Salvador - BA

2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil**

Nascimento, José Clewton do.

(Re) descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional/José Clewton do Nascimento; Orientador: Profa. Doutora Ana Fernandes - Salvador: UFBA, 2008.

450 p. ; 30 cm.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Doutor, 2008.

Inclui Bibliografia.

Inclui vídeo “Percorrendo Sobral” (10min39s). Roteiro: Clewton Nascimento. Edição: Jéferson Tadanori.

1. Processos urbanos contemporâneos; 2. Ceará – sítios históricos;
3. Representações do espaço – Nordeste e Ceará.

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, outorgado pela Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia,, e coloca-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

José Clewton do Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Fernandes – PPGAU-UFBA
(Orientadora)

Prof. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro – IPPUR-UFRJ
(1° Examinador)

Profa. Dr. José Renato Bezerra Pequeno – UFC
(2° Examinador)

Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques - PPGAU-UFBA
(3° Examinador)

Profa. Dra. Eloísa Petti Pinheiro - PPGAU-UFBA
(4° Examinador)

*“Eu não sou Eu,
nem sou o Outro;
sou qualquer coisa
de intermédio”.*

Mário de Sá Carneiro

DEDICADO:

Aos meus pais, Antônio (in memoriam) e Francisca (in memoriam), por terem me colocado e
me orientado no percurso;

À Camila, meu bem, por ter me acompanhado, e tornado o percurso prazeroso;

E ao Simãozinho, meu sobrinho, pelo o que há de vir.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e ao CNPQ, pelo inestimável auxílio, a partir da cessão das bolsas de estudo;

Aos corpos docente e discente, e aos funcionários da Universidade Federal da Bahia, pela adorável vivência;

À Ana Fernandes, pelas orientações e pelos sorrisos;

A Henri-Pierre Jeudy, pela presença de espírito durante as conversas e os passeios por Paris;

Aos membros da banca examinadora, pelas valorosas considerações traçadas sobre o trabalho;

À minha família, pelas orações que me protegeram durante esta caminhada;

Aos amigos do IPHAN, especialmente, Ivanildo, Igor, Alexandre, Jacó, Veloso, e Jeferson, pelas ricas discussões sobre o nosso patrimônio cultural;

Aos amigos de percurso:

Waleska, Clóvis, Júnior e Francisca, em Fortaleza;

Liliane, Gabriela, Beto, Flávio, Rodrigo Baeta, Eduardo, e Carol, em Salvador;

Grasiella, Adriana, Clarissa, Fernanda, Paula, Lúcio, Kátia, Sônia, Soraya, Sel, Lígia, Nilton, Ricardo e Mônica, em Paris;

Pelos longos caminhos trilhados juntos;

A Paulinho da Viola, pelo acompanhamento musical.

RESUMO

Este trabalho constitui-se numa reflexão teórico-metodológica de algumas *representações constituídas* da realidade apresentada pelas cidades cearenses, de onde podemos também derivar formas de ação sobre estas cidades. Nesta reflexão, fixamos o olhar na construção das *representações* criadas sobre o Nordeste e sobre as cidades patrimônio no Ceará. Guiados pelo referencial teórico apresentado por Henri Lefebvre – notadamente em *La Production de l'Espace* (1974), em que o autor explicita e estabelece uma relação dialógica entre as *representações do espaço* constituídas, a partir do *espaço concebido (abstrato)* e o *espaço vivido (diferencial)* –, refletimos sobre os caminhos de entendimento dos *a priori* conceituais e dos desdobramentos reais referentes às políticas públicas de várias escalas e tempos, pensadas e implementadas no âmbito das políticas de planejamento urbano territorial e de preservação, no estado do Ceará. Apresentamos como objeto de análise as intervenções realizadas nas cidades patrimônio de Icó e de Sobral, pautadas na lógica estabelecida pelo modelo de gestão urbana empresarial, em que se busca transformar os referidos sítios históricos em atrativos. Buscamos, em nossa análise, evidenciar as aproximações e distanciamentos observados entre as *representações constituídas* pelas instâncias que regem as transformações urbanas, no âmbito do *concebido*, bem como as confrontações entre estas *representações* e as lógicas apresentadas pelo *espaço vivido*, definidas pelas re-significações feitas ao espaço transformado, a partir das práticas sociais estabelecidas. A metodologia utilizada constitui-se na articulação entre os conhecimentos prévios e a pesquisa documental, adquiridos sobre os espaços objetos de análise, e a prática da observação apreendida sobre estes objetos na instância da *vida cotidiana*, manifestada no corpo da Tese através de relatos, desenhos e vídeo realizados sobre os percursos estabelecidos nas cidades objetos de estudo. Os resultados das análises obtidas na Tese, nos apontam para a necessidade de se entender que o “resultado final” do processo de implementação dos projetos urbanos nas referidas cidades, largamente difundido como “ação de sucesso”, deverá, na verdade, abrir a possibilidade de um re-começo, definido pelas re-significações atribuídas ao espaço requalificado a partir das práticas sociais estabelecidas pelo *espaço vivido*.

Palavras-chave: Processos urbanos contemporâneos; Ceará – sítios históricos; representações do espaço – Nordeste e Ceará.

RÉSUMÉ

Cette recherche a comme base une réflexion d'ordre théorique et méthodologique sur les *représentations constituées* de la réalité présentée par les villes cearenses, d'où nous pouvons aussi acquérir des manières d'action. Notre regard est fixé sur la construction des *representations* formées sur le Nordeste du Brésil et aussi sur les villes considérées patrimoine au Ceará. Guidé par la théorie d'Henri Lefebvre – dans son livre *La Production de l'Espace* (1974), quand il nous expose leurs théories et nous montre la relation dialogique entre les *représentations de l'espace* constituées, à partir de l'*espace conçu* (l'abstrait) et de l'*espace vécu* (le différentiel) –, nous faisons une réflexion sur les concepts et leurs vrais é doublages concernant à la politique publique des plusieurs échelles et des plusieurs temps pensées et acceptées par la politique responsable par le plan urbain territorial et par leur préservation, dans l'État du Ceará. Nous analysons les interventions faites dans les villes de Icó et de Sobral, connues comme patrimoine, à partir de la logique établie par le modèle de gestion urbain entrepreneur, qui a comme objectif transformer les endroits historiques en attractions. Nous cherchons rendre évident les rapprochements ainsi que les éloignements observés entre les *représentations constituées* par les responsables par les transformations urbaines, dans le niveau de l'*espace conçu*. Nous aussi observons les confrontations entre ces *représentations* et les logiques présentées par l'*espace vécu*, défini par les resignifications faites à l'espace transformé, à partir des pratiques sociales établies. La méthodologie a été constituée par l'articulation établie entre les connaissances préalables et les connaissances acquises par la recherche documentaire sur les espaces, les objets de l'analyse et la pratique de l'observation de ces objets dans le domaine de la *vie quotidienne*, reconnues dans le texte par les rapports, les dessins et l'enregistrement fait par la vidéo, réalisés sur les parcours importants des villes recherchées. Nos conclusions nous montrent le besoin de réfléchir sur le “résultat final” du processus de l'implémentation des projets urbains dans les villes citées, largement diffusés comme une “action de succès”. Les responsables pour ces actions devront penser à la possibilité de revoir le résultat final et de considérer les re-significations attribuées à l'espace requalifié à partir des pratiques sociales établies par l'*espace vécu*.

Palavras-chave: Processus urbains contemporains; Ceará – endroits historiques; représentations de l'espace – Nordeste et Ceará.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

1. “*Carta Maritima e Geographica da Capitania do Ceará*”, levantada por ordem do Gov. Manoel Ignácio de Sampaio, feita pelo Ajudante de Ordem Antônio José da Silva Paulet, no ano de 1817. Fonte: Jucá Neto, 2005.
2. “*Planta da Barra e rio de Jaguaribe*”, do Capitão do Imperial Corpo de Engenheiro João Bloem, em 1825. Fonte: Jucá Neto, 2005.
3. Detalhe retirado da figura 2, correspondendo à planta da cidade de Aracati, CE. Fonte: Jucá Neto, 2005.
4. Mapa da Vila de Baturité, antiga Monte-mor o Novo d'América, situada na Serra de Baturité, desenhado por Freire Alemão. Fonte: Arquivo 4ªSR/IPHAN/CE.
5. Mapa da Vila de Viçosa do Ceará, na serra Grande, desenhado por Freire Alemão. Fonte: Castro, 2001.
6. Desenho de uma capela no povoado de Riacho do Sangue, no vale do Jaguaribe, desenho de Reis Carvalho. Fonte: Braga, 2004.
7. Desenho da Casa de Câmara e Cadeia, em Aracati, de autoria de Reis Carvalho. Fonte: Braga, 2004.
8. Desenho da Igreja Matriz de Russas, no vale do Jaguaribe, de autoria de Freire Alemão. Fonte: Braga, 2004.
9. Trecho de quadra da rua Coronel Alexanzito, em Aracati. Fonte: Arquivo 4ªSR/IPHAN/CE.
10. Desenho de perfil de quadra da rua Ilídio Sampaio, em Icó. Fonte: Arquivo 4ªSR/IPHAN/CE.
11. Trecho do quadro urbano da cidade de Viçosa do Ceará. Fonte: Arquivo 4ªSR/IPHAN/CE.
12. Mapa dos principais ramais ferroviários do Estado do Ceará – ano: 1942. Fonte: Arquivos RFFSA.
13. Mapa da cidade de Sobral, no período da construção da estação ferroviária. Fonte: Rocha, 2003.
14. Obras do ramal ferroviário de Baturité. Fonte: Cândido, 2005.
15. Fachada principal da estação João Felipe, em Fortaleza, depois das obras de 1880. Fonte: Cândido, 2005.

16. Fluxo de pessoas na praça Castro Carreira, onde se localiza a estação João Felipe, dentre os quais a sua maioria eram retirantes da seca. Fonte: Cândido, 2005.
17. Ponte sobre o rio Coreau, em Granja, cidade que fazia parte do ramal ferroviário conhecido como Estrada de ferro de Sobral. Fonte: Oliveira, 1994.
18. Grand Hotel de Ouro Preto, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
19. Ladeira de Santa Efigênia, em Ouro Preto, no final dos anos 1930. Fonte: UFOP, 1996.
20. Ladeira de Santa Efigênia, em Ouro Preto, em 2002. Fonte: Foto Robson Godinho.
21. Sugestão de construção na cidade de Ouro Preto, feita por Lucio Costa, baseado no conceito de tradição seguido pelo arquiteto. Fonte: RSPHAN, Nº 22, ano de 1987.
- 22, 23 e 24. O padrão tipológico-estilístico de construção chega às áreas de expansão da cidade, notadamente os morros periféricos. Fotos do ano de 2005. Fonte: arquivo Clewton Nascimento
25. Registros fotográficos da cidade de Icó, elaborados por João José Rescala, em 1941. Fonte: cópia dos manuscritos de Rescala, ano de 1941. Acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
26. Aspectos do interior e do exterior do mercado público da cidade de Icó. Fonte: cópia dos manuscritos de Rescala, ano de 1941. Acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
27. Imagens de um sítio situado nas proximidades da cidade de Aracati, conhecido como Sítio Santarém. Fonte: cópia dos manuscritos de Rescala, ano de 1941. Acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
28. Desenhos feitos por Rescala, mostrando exemplos de rancharias localizadas no sertão do Ceará. Fonte: cópia dos manuscritos de Rescala, ano de 1941. Acervo 4ªSR/IPHAN/CE.

CAPÍTULO 2

29. “*Les principaux éléments du SDAURP (1965)*”. Fonte: Duhem et alli, 2000.
30. “*Aire de diffusion des Cinq Villes Nouvelles*”. Fonte: Duhem et alli, 2000.
31. “*Liaisons ferrées à grand gabarit – région parisienne, 1972*”. Fonte: Texier, 2005.

32. “*Liaisons RER - région parisienne, 1972*”. Fonte: Texier, 2005.
33. “*Station Chatélet – Les Halles, 1972*”. Fonte: Texier, 2005.
34. “*Principales Zones d’Action Publique Engagées ou a l’Étude – 1981*”. Fonte: Revista *Paris-Projet*, números 22-23.
35. Capa do livro “*Projets Urbains en France (2002)*”, idealizado e produzido pelo “*Ministère de l’Équipement, des Transports, du Logement, du Tourisme et de la Mer*”, do governo francês.
- 36 e 37. Intervenção em espaço público em Saint-Denis, área de entorno imediato de Paris. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
- 38, 39 e 40. Intervenção na cidade de Bayonne, cidade de pequeno porte, na região norte da França. *Projets Urbains en France*, 2002.
41. Intervenções urbanas na “*Rive gauche*”. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
42. “*Faubourg Saint-Antoine*” - *promenade plantée*”. Planta. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
43. Parte inferior da via férrea, antes da intervenção. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
44. Parte inferior da via férrea, depois da intervenção. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
45. “*Promenade plantée*”. Imagem aérea. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
46. “*Promenade plantée*”. Parque público e passarela. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
47. Intervenções urbanas na “*Rive gauche*”. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
48. “*Bercy*”. Maquete da intervenção urbana. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
49. “*Bercy*”. Área comercial. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
50. “*Bercy*”. Parque e área residencial. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
51. “*Rive Gauche*”. Área do parque ferroviário, antes da intervenção. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.
52. “*Rive Gauche*”. Área, depois da intervenção, com a implantação da “*Bibliothèque François Mitterrand*”. Fonte: *Projets Urbains en France*, 2002.

53. “*Bibliothèque François Mitterrand*”. Fonte: Arthus-Bertrand, 2004.
54. Região central da cidade de Paris, identificando no mapa a área do *Quartier Les Halles*. Fonte: Google Earth.
55. Paris. “*Plan des Sections*”, de 1793. Fonte: Pinon et alli, 2004.
56. Paris. “*Plan d’alignement du quartier des Halles vers 1848*”. Fonte: Pinon et alli, 2004.
57. Paris. “*Plan de Jacoubet 1854*”. Fonte: Pinon et alli, 2004.
58. Paris. “*Plan des percées réalisées entre 1848 et 1864*”. Fonte: Pinon et alli, 2004.
59. Construção do “*Marché des Halles*”, em 1851. Fonte: Paris – Concours Les Halles 2004.
60. Fotografia, datada de 1975, que mostra o mercado demolido, para a construção de um complexo constituído por uma das maiores estações de metrô de Paris, um centro comercial (“*Forum des Halles*”) e uma grande esplanada. Fonte: Paris – Concours Les Halles 2004.
61. O grande complexo do “*Forum des Halles*” e estação “*Chatelet Les Halles*”. Foto aérea. Fonte: Arthus-Bertrand, 2004.
62. O grande complexo do “*Forum des Halles*” e estação “*Chatelet Les Halles*”. Fonte: Google Earth.
63. Estrutura em ferro, marcando um dos acessos ao parque público “*Les Halles*”. Ano: 2005. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
64. Estrutura do “*Forum des Halles*”. Ano: 2005. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
65. SDF – “*sans domicile fixe*” – usufruindo de um banco do parque. Ano: 2005. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
66. Crianças transformando a escultura “*La Tête et La “Main”*”, situada na praça “*René Cassis*”, em brinquedo. Ano: 2005. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 67 a 72. Imagens referentes à proposta apresentada pelo Atelier Jean Nouvel ao “*Concours Les Halles – 2004*”. Paris – Concours Les Halles 2004.
- 73 a 75. Imagens referentes à proposta apresentada pelo escritório OMA (Rem Koolhaas) ao “*Concours Les Halles – 2004*”. Paris – Concours Les Halles 2004.
- 76 a 79. Imagens referentes à proposta do escritório MVRDV (Winy MAAS) ao “*Concours Les Halles – 2004*”. Paris – Concours Les Halles 2004.
- 80 a 82. Imagens referentes à proposta do escritório SEURA (David Mangin e Aurélio Galfetti) ao “*Concours Les Halles – 2004*”. Paris – Concours Les Halles 2004.

83. Trecho da cidade de Barcelona, onde identificamos o bairro do “*Raval*”. Fonte: Google Earth.
84. Área do MACBA e Casa de Caritat, Raval, Barcelona. Fonte: Google Earth.
- 85 e 86. Fotografias do edifício do MACBA, Raval, Barcelona. Ano de 2005. Fonte: Arquivo Clewton Nascimento.
- 87 a 89. Fotografias do edifício da Casa de Caritat, Raval, Barcelona. Ano de 2005. Fonte: Arquivo Clewton Nascimento.
90. Área da Rambla del Raval, Raval, Barcelona. Fonte: Google Earth.
- 91 a 93. Rambla del Raval, Raval, Barcelona. Ano de 2005. Fonte: Arquivo Clewton Nascimento.
94. Escultura do artista Ferando Botero, situada na Rambla del Raval, Raval, Barcelona. Ano de 2005. Fonte: Arquivo Clewton Nascimento.
- 95 e 96. Outros “buracos” abertos nas proximidades da Rambla del Raval, Raval, Barcelona. Ano de 2005. Fonte: Arquivo Clewton Nascimento.

CAPÍTULO 3 – PARTE I

97. Mapa do Estado do Ceará. Municípios Selecionados. PROURB. Fonte: SEPLAN-CE/IPLAN-CE, 2002.
98. Mapa do Estado do Ceará. Municípios com Obras Estruturantes. PROURB. Fonte: SEPLAN-CE/IPLAN-CE, 2002.
99. Estação ferroviária, em Quixeramobim. Fonte: SEPLAN-CE/IPLAN-CE, 2002.
100. Igreja em Canoa Quebrada/Aracati. Fonte: SEPLAN-CE/IPLAN-CE, 2002.
101. Sítio Histórico de Icó. Fonte: SEPLAN-CE/IPLAN-CE, 2002.
102. Casas populares, em Quixadá. Fonte: SEPLAN-CE/IPLAN-CE, 2002.
103. Delimitação das poligonais de proteção do sítio histórico de Icó, a partir de mapa pesquisado no Estudo para Tombamento Federal de Icó (1996). Desenho elaborado sob base digital. Fonte: Google Earth.
104. Teatro da Ribeira dos Icó. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE. Foto: Maurício Albano.
105. Igreja do Monte. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE. Foto: Maurício Albano.
106. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE. Foto: Maurício Albano.
107. Planos dos telhados. Rua Ilídio Sampaio, Icó. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE. Foto: Maurício Albano.
108. Empenas das casas e dos sobrados. Rua Ilídio Sampaio, Icó. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE. Foto: Maurício Albano.

- 109 a 111. Fotografias do restauro da Igreja do Monte. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
- 112 a 116. Fotografias do restauro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
117. Largo do Theberge, com indicação dos edifícios destacados. Desenho elaborado sob base digital. Fonte: Google Earth.
118. Largo do Theberge, em fotografia datada da década de 1930, atribuída a João José Rescala (sem confirmação).
- 119 a 122. Fotografias da área do Largo do Theberge. Ano de 2000. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
123. Largo do Theberge. Primeira proposta de urbanização, apresentada ao IPHAN pelo Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados. Fonte: Escritório Nelson e Campelo Arquitetos Associados, 2002.
124. Largo do Theberge. Proposta de urbanização reformulada, apresentada ao IPHAN pelo Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados. Fonte: Escritório Nelson e Campelo Arquitetos Associados, 2002.
- 125 a 129. Largo do Theberge. Fotografias tiradas após a intervenção. Ano de 2003. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE (exceto a figura 125, de autoria do Cmte Walter Rabelo).
- 130 e 131. Largo do Theberge. Postal elaborado pela 4ªSR/IPHAN/CE.
- 132 a 136. Fotografias do Mercado Público de Icó, antes da intervenção. Ano de 2004. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
- 137 a 139. Fotografias do Mercado Público de Icó, depois da intervenção. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
- 140 e 141. Mercado Público de Icó. Postal elaborado pela 4ªSR/IPHAN/CE.

CAPÍTULO 3 – PARTE II

142. Delimitação das poligonais de proteção do sítio histórico de Sobral, a partir de mapa pesquisado no Estudo para Tombamento Federal de Sobral (1998). Desenho elaborado sob base digital. Fonte: Google Earth.
143. Proposta alternativa de delimitação poligonais de proteção do sítio histórico de Sobral, encontrado em Duarte Jr., 2005. Desenho elaborado sob base digital. Fonte: Google Earth.
144. Mapa de Reurbanização da Margem Oeste do Rio Acaraú – Zona Central. Fonte: PDDU Sobral, 1999.
145. Trecho da margem do rio Acaraú, objeto de concurso de anteprojeto de arquitetura e urbanismo, tendo em vista a sua requalificação. Ano de 2000. Fonte: acervo Escritório Ricardo Fernandes.

- 146 e 147. Fotografias aéreas da margem do rio Acaraú, objeto de concurso de anteprojeto de arquitetura e urbanismo, tendo em vista a sua requalificação. Ano de 2000. Fonte: acervo Escritório Ricardo Fernandes.
- 148 e 149. Fotografias aéreas da margem do rio Acaraú, objeto de concurso de anteprojeto de arquitetura e urbanismo, tendo em vista a sua requalificação. Ano de 2000. Fonte: base do Edital do concurso de anteprojetos para urbanização da margem esquerda do rio Acaraú. IAB-CE/IPHAN/Prefeitura Municipal de Sobral.
- 150 a 161. Sequência de fotografias dos fundos dos lotes da rua 25 de setembro. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
162. Proposta de urbanização da margem esquerda do rio Acaraú. Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados. Fonte: Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados.
- 163 a 165. Proposta de urbanização da margem esquerda do rio Acaraú. Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados. Perspectivas. Fonte: Escritório Nelson & Campelo Arquitetos Associados.
166. Obra de requalificação da margem esquerda do rio Acaraú. Imagem aérea datada de 2003. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
- 167 a 170. Obra de requalificação da margem esquerda do rio Acaraú. Fotos aéreas. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
171. Margem esquerda do rio Acaraú, vista a partir do bairro Dom Expedito. Ano de 2004. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
172. Trecho do bairro Dom Expedito, tendo, ao fundo o anfiteatro do conjunto da urbanização da margem esquerda do rio Acaraú. Ano de 2004. Fonte: arquivo Clewton Nascimento.
- 173 e 174. Obra de requalificação da margem esquerda do rio Acaraú. Fotos aéreas. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
175. Praça de Cuba. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
176. Av. Dr. Guarany, conhecida como Avenida do Arco. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
177. Biblioteca Municipal. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
178. Largo do Rosário. Ano de 2006. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
179. Sobral. Mapa 21: localização dos percursos. Fonte: ETF-Sobral, 1998.
180. Sobral. Mapa 22: percurso 1. Fonte: ETF-Sobral, 1998.
181. Sobral. Percurso 1, Tramo1. Análise seqüencial. Fonte: ETF-Sobral, 1998.
182. Sobral. Percurso 1, Tramo2. Análise seqüencial. Fonte: ETF-Sobral, 1998.

183. Sobral. Percurso 1, Tramo3. Análise seqüencial. Fonte: ETF-Sobral, 1998.
- 184 a 187. Fotografias da rua 25 de setembro. Fonte: ETF-Sobral, 1998.
188. Sobral. Mapa 30: uso do solo. (trecho correspondente às imediações da rua 25 de Setembro). Fonte: ETF-Sobral, 1998.
189. Sobral. Mapa 31: gabaritos. (trecho correspondente às imediações da rua 25 de Setembro). Fonte: ETF-Sobral, 1998.
190. Sobral. Mapa 33: tipologias arquitetônicas. (trecho correspondente às imediações da rua 25 de Setembro). Fonte: ETF-Sobral, 1998.
191. Sobral. Mapa 34: edificações com características originais. (trecho correspondente às imediações da rua 25 de Setembro). Fonte: ETF-Sobral, 1998.
192. Sobral. Mapa 36: cruzamento dos dados históricos e morfológicos. (trecho correspondente às imediações da rua 25 de Setembro). Fonte: ETF-Sobral, 1998.
193. Fotografias dos fundos do imóvel pertencente ao Sr. José Domingues F. Ponte. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
194. Projeto apresentado ao IPHAN pelo Sr. José Domingues F. Ponte. Planta de situação / coberta. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
195. Solução de desenho de muro, apresentado ao Sr. José Domingues F. Ponte, pelo IPHAN. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.
196. Urbanização da margem esquerda do rio Acaraú: Casario e muros. Um dos trechos relativos à proposta apresentada pela Prefeitura Municipal de Sobral, para análise do IPHAN. Projeto elaborado pelos Escritórios Fausto Nilo Arquitetos S/C Ltda e Nelson & Campelo Arquitetos Associados. Fonte: acervo 4ªSR/IPHAN/CE.

**Todos os desenhos inseridos nos relatos desta Tese são de autoria de
José Clewton do Nascimento**

LISTA DE SIGLAS

ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

CIC – Centro Industrial do Ceará.

CIDEU – Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano.

CREA/CE – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Ceará.

CVSF – Companhia do Vale do São Francisco.

DEPROT/IPHAN – Divisão de Proteção Legal do IPHAN.

DET/IPHAN – Departamento de Estudo de Tombamento do IPHAN.

DITEC/IPHAN – Divisão Técnica / IPHAN

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

ECOA – Escola de Comunicação Artes e Ofícios.

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo.

EPA – Établissements Publics d’Aménagement. Sociétés d’Économie Mixte(SEM).

ET-Icó – Escritório Técnico do IPHAN em Icó.

ET-Sobral – Escritório Técnico do IPHAN em Sobral.

ETF-Icó – Estudo para Tombamento Federal – Icó.

ETF-Sobral – Estudo para Tombamento Federal – Sobral.

IAB/CE – Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Ceará.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFOCS - Inspeção de Obras contra as Secas.

INFOTEC – Informação Técnica.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPLANCE – Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

LBA – Livro de Belas Artes. IPHAN.

LH – Livro Histórico. IPHAN.

MACBA – Museu de Arte Contemporânea de Barcelona.

MEC – Ministério da Educação e Cultura do Governo Federal do Brasil.

METROFOR – Metrô de Fortaleza.

MINC – Ministério da Cultura do Governo Federal do Brasil.

P.E.R.I. – Planos Especiais de Reforma Interior (Barcelona).

PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas.

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

PDR – Plano de Desenvolvimento Regional.

PEU – Plano de Estruturação Urbana.

PES – Plano Estratégico.

PLU – Plans Locaux de l’Urbanisme.

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

PPGAU-FAUUFBA – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

PPSHU – Programa de Preservação dos Sítios Históricos Urbanos.

PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento Turístico do Litoral Cearense.

PROURB – Programa de Urbanização dos Municípios Cearenses.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

4ªSR/IPHAN/CE – 4ª Superintendência Regional / IPHAN / Ceará.

RER – Réseau Express Régional.

RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza.

SDAURP – Schéma Directeur de l'Aménagement et de l'Urbanisme de la Région Parisienne.

SDE/CE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Ceará.

SDU/CE – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado do Ceará.

SDF – Sans Domicile Fixe.

SDR/CE – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo do Estado do Ceará.

SEAGRI/CE – Secretaria de Agricultura do Governo do Estado do Ceará.

SECULT/CE – Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Ceará.

SEPLAN/CE – Secretaria do Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Ceará

SDLR/CE – Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Governo do Estado do Ceará.

SEINFRA/CE – Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará.

SEM – Sociétés d'Économie Mixte.

SETUR/CE – Secretaria de Turismo do Governo do Estado do Ceará.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

TDR – Termo de Referência.

UCG/MONUMENTA – Unidade Central de Gerenciamento / Programa
MONUMENTA

UEP/MONUMENTA – Unidade Executora de Projetos / Programa MONUMENTA.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UVA – Universidade Vale do Acaraú.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura.

RIV – Relatório de Impacto de Vizinhança.

ZAC – Zone d’Aménagement Concertée.

ZUP – Zone de l’Urbanization Priorité

SUMÁRIO

REVISITANDO O SERTÃO DO CEARÁ	1
NO PERCURSO DE SOBRAL	1
ANDANDO PELAS RUAS DE ICÓ	6
INTRODUÇÃO	13
O PENSAMENTO LEFEBVRIANO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ENTRE O CONSTRUCTO <i>MENTAL</i> E O <i>SOCIAL</i>	17
CAPÍTULO I – O ESTADO E AS <i>REPRESENTAÇÕES CONSTITUÍDAS</i> ACERCA DO CEARÁ.....	37
APRESENTAÇÃO	37
1.1. SÉCULO XVIII – O CEARÁ NA PERSPECTIVA DA AMÉRICA PORTUGUESA: A BUSCA POR UMA AUTONOMIA.....	41
1.2. SÉCULO XIX – A AUTONOMIA DO CEARÁ NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO DE UMA NAÇÃO EMERGENTE.....	49
1.2.1 OS RELATÓRIOS SOBRE A PROVÍNCIA: CONTRAPONTO ENTRE OS DISCURSOS DE BARBA ALARDO E DE SILVA PAULET.....	50
1.2.2. OS CÓDIGOS DE OBRAS E POSTURAS COMO NORMATIVA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO ESTÉTICA DE UM PAÍS CIVILIZADO.....	54
1.2.3. AS REPRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS: OS RELATOS DOS VIAJANTES E A PRESENÇA DA COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO.....	56
1.2.3.1. O CEARÁ, NA <i>VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL</i> , DE GEORGE GARDNER (1836-1841).....	56
1.2.3.2. A COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO (1859-1861).....	63
1.2.4. A FERROVIA: COMBATE À CALAMIDADE A PARTIR DAS <i>REPRESENTAÇÕES DE PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO</i>	67
1.3. SÉCULO XX (PARTE 1) – O CEARÁ INSERIDO NA CONSTITUIÇÃO DAS	

REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE E DO OUTRO NORDESTE.....	75
1.3.1. ABORDAGEM FREYRIANA.....	80
1.3.2. ABORDAGEM DESENVOLVIMENTISTA.....	84
1.3.3. O CEARÁ NO CONTEXTO: DA FRAGILIDADE ESTRUTURAL À TRANSIÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO.....	88
1.4. SÉCULO XX (PARTE 2) – O CEARÁ NO CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONALIZADA DA MEMÓRIA.....	92
1.4.1. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO COMO REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL.....	92
1.4.1.1. A REPRESENTAÇÃO DAS CIDADES CEARENSES NA DÉCADA DE 1940, A PARTIR DO OLHAR DE CAÇADOR DE JOSÉ JOÃO RESCALA.....	98
1.4.2. O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA REPRESENTAÇÃO COMO RECURSO ECONÔMICO.....	104
1.4.2.1. AS CARTAS PATRIMONIAIS.....	106
1.4.2.2. REPERCUSSÃO NO BRASIL: OS ENCONTROS DE GOVERNADORES DE SALVADOR E BRASÍLIA.....	109
1.4.2.3. OS PRIMÓRDIOS DO VÍNCULO PATRIMÔNIO CULTURAL – PLANEJAMENTO URBANO: O PCH COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO.....	109
1.4.2.4. O PATRIMÔNIO CULTURAL INSERIDO NA LÓGICA DA VALORIZAÇÃO DO LUGAR.....	114
ANEXO I – PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 1.....	117
CAPÍTULO 2 – ELABORAÇÃO E DIFUSÃO DA LÓGICA DA GESTÃO URBANA EMPRESARIAL: MODELOS E REPRESENTAÇÕES CONSTITUIDOS.....	125
APRESENTAÇÃO.....	125
PERCORRENDO OS VENTRES.....	127
O VENTRE DE PARIS.....	127

O VENTRE DE BARCELONA.....	136
2.1. A PREPARAÇÃO E DIFUSÃO DO MODELO EMPRESARIALISTA: AS REPRESENTAÇÕES CONCEBIDAS A PARTIR DO ESPAÇO ABSTRATO.	143
2.1. PARTE I. A MATRIZ FRANCESA CONTEMPORÂNEA: UM NOVO URBANISMO?.....	146
I.1. LES HALLES: DE QUEM É O “CORACÃO” DE PARIS?.....	161
I.1.1. Um histórico: entre a <i>Realeza</i> e o <i>Mercado</i>.....	161
I.1.2. O Concurso <i>Les Halles</i> 2004.....	165
I.1.2.1. A proposta do escritório AJN – Atelier Jean Nouvel.....	171
I.1.2.2. A proposta do escritório MVRDV – Winy MAAS.....	172
I.1.2.3. A proposta do OMA – Rem Koolhaas.....	174
I.1.2.4. A proposta de SEURA – David Mangin e Aurélio Galfetti.....	175
ANEXO II– PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 2 – PARTE I.....	179
2.1. PARTE II. A MATRIZ CATALÃ : DO URBANISMO DEFENSIVO AO URBANISMO OFENSIVO.....	193
II. 1. AS INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS: OS BURACOS DE EL RAVAL.....	207
II. 1. 1. Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA) e <i>Casa de Caritat</i>.	209
II. 1. 2. A RAMBLA DEL RAVAL, E OUTROS ESPONJAMENTOS.....	212
ANEXO III – PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 2 – PARTE II.....	215
2.2. A INCORPORAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA GESTÃO URBANA EMPRESARIAL NAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS.....	219
2.2.1. O PROGRAMA MONUMENTA: AS REPRESENTAÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.....	221

SERTANEJOS CEARENSES NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO.....	237
APRESENTAÇÃO.....	237
3. 1. INTRODUÇÃO: O IDEÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (ANOS 1980-2000).....	239
3.1.1 O PROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CEARENSES (PROURB-CE).....	246
PARTE I - AS AÇÕES EM ICÓ.....	253
I.1. APRESENTAÇÃO DO LUGAR ICÓ.....	253
I.2. O PROCESSO RELATIVO À ELABORAÇÃO DA INSTRUÇÃO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE ICÓ.....	256
I.3. AS PRIMEIRAS AÇÕES DO IPHAN.....	264
I.4. O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE ICÓ: INSERÇÃO DO ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÃO CULTURAL NO AMBIENTE COMPETITIVO.....	266
I.5.ICÓ, IPHAN E MONUMENTA	270
I.5.1. A CIDADE DE ICÓ COMO PRIORIDADE NO PROGRAMA MONUMENTA.....	270
I.5.2. A URBANIZAÇÃO DO LARGO DO THEBERGE COMO PROJETO ESTRUTURANTE.....	273
I.5.2.1. TERMO DE REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO DO LARGO DO THEBERGE.....	273
I.5.3. A CRIAÇÃO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO E A RELAÇÃO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ E IPHAN: (DES)ARTICULAÇÃO?... 	277
I.5.4. O PROGRAMA MONUMENTA E AS AÇÕES EM IMÓVEIS PRIVADOS EM ICÓ.....	284
I.6. CONFRONTOS ENTRE AS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES	

CONSTITUÍDAS: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	289
I.6.1. O CASO DA RECUPERAÇÃO URBANA DO LARGO DO THEBERGE.....	289
1.6.1.1. A PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO URBANA DO LARGO DO THEBERGE APRESENTADA PELO ESCRITÓRIO NELSON & CAMPELO ARQUITETOS ASSOCIADOS: ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL.....	290
I.6.1.2. O POSICIONAMENTO DO IPHAN: A GARANTIA DO CARÁTER DE SIMPLICIDADE E DESPOJAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO.....	297
I.6.2. O CASO DO MERCADO PÚBLICO: TENSÕES ENTRE O CONCEBIDO E O VIVIDO.....	304
ANEXO IV – PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 3 – PARTE I.....	309
PARTE II. AS AÇÕES EM SOBRAL.....	319
II. 1. APRESENTAÇÃO DO LUGAR SOBRAL.....	319
II.2. ESTUDO PARA TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DA CIDADE DE SOBRAL	320
II.3. O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SOBRAL E SEUS DESDOBRAMENTOS	336
II.3.1. O TERMO DE REFERÊNCIA RELATIVO À URBANIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ.....	337
II.3.1.1. O CONCURSO DE ANTEPROJETO PARA URBANIZAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO ACARAÚ.....	340
II.3.1.2.SÍNTESE DA PROPOSTA VENCEDORA: ESCRITÓRIO CAMPELO COSTA.....	342
II.4. A AÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL.....	346
II.5. A ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN EM SOBRAL.....	350
II.5.1. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A PRESERVAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO CONSTITUÍDA DO SÍTIO HISTÓRICO ENQUANTO PATRIMÔNIO-NACIONAL.....	350

II.5.2. OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS PELO ESCRITÓRIO TÉCNICO	355
II. 6. UM EMBATE ENTRE DIFERENTES REPRESENTAÇÕES: AS PROPOSTAS PARA A RUA 25 DE SETEMBRO E IMEDIAÇÕES.....	358
ANEXO V – PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 3 – PARTE II	367
RETORNANDO AO SERTÃO.....	385
SOBRAL: SERRA, CIDADE, RIO.....	385
UMA CONCLUSÃO DIALOGADA.....	395
BIBLIOGRAFIA.....	434
ANEXO VI – VÍDEO (DVD) “PERCORRENDO SOBRAL”	450

(RE)DESCOBRIRAM O CEARÁ?

REPRESENTAÇÕES DOS SÍTIOS HISTÓRICOS DE ICÓ E SOBRAL: ENTRE *AREAL* E *PATRIMÔNIO NACIONAL*.

Diferente da prática assumida atualmente pelos estudos produzidos sobre a relação entre o global e o local no âmbito das políticas de planejamento urbano, que orientam as reflexões a partir da instância global, iniciamos nosso trabalho, a partir da experiência empírica, do vivenciar o lugar.

(RE) VISITANDO O SERTÃO DO CEARÁ

NO PERCURSO DE SOBRAL

Sobral, região norte do Estado do Ceará, julho de 2004. Na companhia de Clóvis, companheiro de doutorado e também apaixonado pelo sertão, rodamos pela região norte do estado do Ceará, a desenvolver nossas pesquisas de campo. Adentramos a *Princesa do Norte*, onde pretendo mostrar ao amigo um dos objetos empíricos de minha pesquisa: as intervenções urbanas que estão sendo implementadas nesta cidade, tendo como mote a valorização de seu patrimônio cultural edificado.

O alvo maior da atenção é o projeto desenvolvido à margem esquerda do rio Acaraú, uma área de fundamental importância para a conformação urbana da então *Fidelíssima Cidade Januária*, e que até meados da década de 1990 se encontrava num intenso processo de degradação.

A elevação do núcleo histórico da cidade à condição de Patrimônio Nacional, no ano de 1999, aufere a esta uma condição de elevada significação cultural, e abre a possibilidade para a elaboração por parte das instâncias competentes, de programas e de desenvolvimento de projetos de valorização deste núcleo. No caso em questão, o entendimento de que a área acima reportada necessitava passar por um processo de regeneração, aumenta a justificativa da ação.

O caminhar pela cidade nos revela algo além do tradicional calor do sertão nordestino: o ar da cultura difunde-se por suas ruas da cidade. Afinal, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, principal instrumento de ordenamento do espaço urbano, evidencia constantemente a cidade como referência histórico-cultural. A partir deste documento, são elaborados planos que buscam pôr em prática ações que possibilitem concretizar essa potencialidade da cidade. Ainda dentro deste contexto, o Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelo tombamento do núcleo histórico da referida cidade, deixa suas marcas, ora como órgão regulador e normativo, ora como órgão executor, nos restauros – como no da antiga Casa do Capitão-Mor – em intervenções de cunho arqueológico – como a intervenção que deixa marcado o local exato da primitiva Igreja Matriz – e também nas orientações direcionadas às obras da urbanização da margem esquerda do rio Acaraú.



Chegamos à margem do rio Acaraú através do belvedere, criado nas proximidades da Igreja Matriz, sendo entendido pelos responsáveis pela proposta de intervenção como um elemento de transição das duas temporalidades, área propícia à contemplação de uma proposta que busca integrar a zona outrora degradada às necessidades da vida contemporânea. O calçadão que nos convida a caminhar, o anfiteatro que penetra o leito do rio, o ancoradouro para os barcos que irão usufruir do rio para a prática dos esportes náuticos, são os elementos utilizados para esta integração que revelará o sucesso do empreendimento.

E não poderiam faltar os elementos escultóricos, como o Marco do Tombamento, uma superfície plana que penetra o rio, que marca o limite da área protegida. O nível de acabamento da obra – onde predominam o concreto e o granito – surpreende por sua qualidade. No calçadão, alguns visitantes descortinam uma imagem que aparece para eles como moderna.

Caminhamos em direção à Igreja das Dores. Contemplamos o edifício e continuamos o percurso.



Igreja das Dores

Chegamos à rua 25 de setembro, uma área onde predominam as casas de cunho popular, cujos fundos de lote estão contíguos à área recém-urbanizada. A configuração das casas apresenta uma característica tradicional nas edificações da área: as casas se voltam de costas para o rio. Entretanto, o antigo brejo agora está requalificado. Percebemos, então, que algumas casas já passam a abrir portas para a área verde implementada, conseqüências da valorização do espaço.



Olhamos para o outro lado do rio. A imagem é aproximada da que vemos na rua 25 de Setembro. Porém, contrasta com a imagem apreendida a partir do percurso realizado na área urbanizada: de um lado, o anfiteatro, o belvedere e a Matriz, conformando um conjunto de monumentos que primam pela integração entre o antigo e o novo. Do outro, algumas casas de alvenaria, outras de pau-a-pique. Vuelas que chegam ao rio. Uma margem que ficou à margem no projeto de regeneração urbana. Entre as duas margens, vemos um canoieiro fazendo o percurso de travessia de forma tradicional e, até pouco tempo atrás, indispensável à garantia da possibilidade de ligação entre as duas margens.

Fizemos um percurso mais longo. Atravessamos a ponte e chegamos ao lugar que nossa vista mirava há poucos minutos atrás. A nossa presença logo é percebida. No meio da rua, uma senhora, enquanto varre a poeira deixada pelos ventos fortes desse período do ano, coloca as novidades em dia.

Percorremos com o olhar as ruas que avistamos quando estávamos do outro lado do rio e uma delas nos leva a olhar para a forma impactante do anfiteatro. Registro em fotografia, mas não me contento e resolvo ir á beira do rio. Lá, vislumbramos o a obra como um todo. Em primeiro plano, algumas senhoras lavam roupa. Penso em indagá-las sobre o que vêem do outro lado. Porém, já escorre o suor do meio-dia, e precisamos seguir viagem. Antes, porém, pausa para algumas cervejas, uma boa carne-de-sol e várias indagações sobre o que registramos em nossa mente durante a manhã que se finda.



ANDANDO PELAS RUAS DE ICÓ

Icó, sertão centro-sul do Estado do Ceará, agosto de 2004. Aproveitando a presença em terras alencarinas, da amiga Liliane, provinda das Gerais e também apaixonada pelas questões patrimoniais, resolvo apresentá-la a realidade de uma cidade sertaneja, inserida no polígono das secas. Porém, *Icó* não é uma cidade qualquer, pois desde o final de 1997 tem o seu núcleo histórico inscrito como patrimônio nacional, por representar, através de seu quadro urbano, um significativo momento na história do povoamento do sertão nordestino, e especificamente o sertão do Ceará.

E é essa valoração que possibilita à cidade receber recursos para a implementação do programa MONUMENTA. Este programa tem como objetivo primordial a recuperação de centros históricos degradados, tendo em vista a sua sustentabilidade. No caso de *Icó*, a regeneração perseguida é para todo o município, em claro estado de decadência econômica, sendo o projeto acima referido, uma tábua de salvação. Por conseguinte, pairam sobre o álibi do patrimônio cultural boa parte dos projetos de desenvolvimento, via Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, atrelado a uma estratégia de convencimento, que aponta o turismo como canal mais eficaz para a obtenção dos resultados esperados.

É a partir desta perspectiva que apresento a *Princesa dos Sertões* à minha amiga mineira. A nossa visita parte do intuito de entrar em contato com as obras de recuperação do Largo do Theberge, espaço escolhido pelos programas de valorização do patrimônio cultural como o mais significativo para representar o núcleo histórico sertanejo.

Apesar de ser bem familiarizado à cidade – por ter esta como objeto de estudo acadêmico desde 1992 –, tenho a sensação de, em alguns aspectos, estar vivenciado um espaço novo. E aqui, lembro-me da passagem de

Heráclito: “*você não se banha no mesmo rio por duas vezes*”.

Mas são as lembranças que me orientam na caminhada. E antes de adentrarmos o espaço selecionado, decido me perder um pouco pelas ruas da cidade com minha amiga.

Depois de passarmos pelo interessante complexo da Igreja do Monte / cemitério, chegamos ao rio Salgado, que no verão perde uma parte considerável de seu volume d’água. E daí, resolvemos seguir por uma das ruas paralelas ao curso do rio. A regularidade do desenho das casas – simples, de porta e janela – e a largura generosa dos passeios chamam a atenção de Liliane. E seguimos a longitudinalidade do caminho, em meio a um sol que já mostra o seu poder, mas que ainda não evita o caminhar.

Aos poucos, começamos a perceber indícios de área nobre, como por exemplo, a construção maciça da Igreja do Bonfim e algumas das imensas empenas dos telhados já passam a dominar a paisagem. Então, percebemos a transição das vielas estreitas, delimitadas por um casario denso, que caracterizam as ruas mais próximas do rio, para um espaço aberto, amplo, definido como “*quente, seco e empoeirado*” pela arquiteta mineira.

Há outros aspectos que chamam a sua atenção, como a monumentalidade do conjunto de edifícios denotadores do poder, nos períodos de Colônia e do Império – Igrejas, Casa de Câmara e Cadeia, Teatro, grandes sobrados. Esses edifícios também me impressionaram da primeira vez que os visitei. Uma diferença, contudo, se impõe, uma vez que boa parte destes encontra-se em restauro. Aproveitamos a porta do Teatro aberta e adentramos. O restauro anuncia a implantação de um uso para fins contemporâneos, isto é, irá torna-se um Cine-Teatro. Lili gosta do que vê e me indaga se *haverá grandes espetáculos em Icó*, ao que não consigo respondê-la.



Casa de Câmara e Cadeia/Teatro da Ribeira

Continuamos a caminhada. A meu ver, o espaço se tornou mais amplo. Tenho a nítida sensação que isso tem a ver com a proposta de paginação de piso da praça, em tom claro, uniformizante. De longe, percebo alunos de uma escola, acompanhados pela *tia*, protegendo-se do sol causticante, embaixo de uma das poucas coberturas vegetais existentes no Largo. Dou uma olhada nos novos bancos da praça. Curiosamente, percebo também um morador que se senta embaixo de uma árvore, mas não em um dos bancos e sim numa cadeira que traz de sua casa.

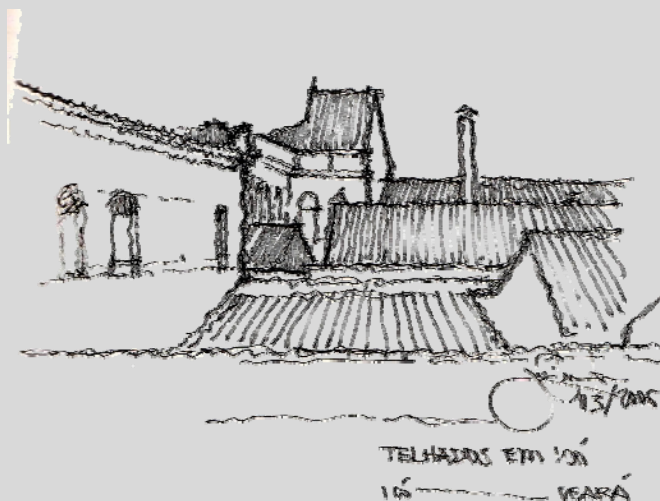
Liliane observa que o casario é semelhante ao da rua que passamos anteriormente, estes em sua maioria de porta-e-janela. Percebe também que o uso que se faz do passeio é o mesmo. No seu entender, o passeio é uma extensão da casa. Isso se dá porque, para Liliane, as pessoas fazem desse espaço, ora sala de estar, ora área de lazer, ora área de serviço. Noto que na área correspondente ao Largo do Theberge, o passeio ganha uma cor diferenciada, o vermelho, e diminui de tamanho, por conta da implantação de um canteiro. Marca-se, portanto, o espaço representativo.

Entramos em um dos becos perpendiculares ao largo, e nos deparamos com as belas empenas das casas e dos sobrados. Seguimos em direção à rua

Grande – antigamente, a rua das famílias abastadas. O nosso destino é a Secretaria de Cultura do Município, onde somos recebidos pelo secretário Getúlio Oliveira. Indago-lhe se, por acaso, alguém poderia nos acompanhar nessa visita, ao que ele nos responde que teria um enorme prazer em nos acompanhar. No entanto, devido ao excessivo volume de trabalho, não poderá fazê-lo. Dessa forma, opta por nos indicar o funcionário Afonso Medeiros, que a partir de então, se tornou o nosso guia.



Trecho da rua Hídio Sampaio



Afonso começa perguntando-nos se já conhecemos as obras do MONUMENTA e, informado que visitamos apenas as obras do Teatro, segue o rumo da Casa de Câmara e Cadeia. O edifício, que há pouco tempo atrás ainda era cadeia pública, se transformará em Centro de Referências Culturais, vinculado também à Casa do Cidadão, que segundo nosso guia é uma obra de cunho social. Pergunto a Afonso se construíram a nova cadeia, o que era ponto indispensável para a implementação da obra que estávamos visitando, e ele confirma que a cadeia não foi construída, e complementa, informando-nos que os presos estão numa casa, na rua Grande.

Entramos na Igreja Matriz, primeira obra a ser restaurada na cidade antes dos recursos do MONUMENTA. Nosso guia nos fala de algumas polêmicas que foram geradas pelas obras, mas que agora, a comunidade já a tem como parte do cotidiano. Ele também nos conta que a proposta de paginação do piso da Praça foi alvo de discussões, principalmente porque o projeto demoliu alguns elementos, como um coreto que existia no centro da praça – mas que era obra recente. No decorrer da visita, Afonso expressa sua opinião, informando que antes não existia piso nenhum na praça. Tudo era *areal*. Não se demoliu nada tradicional.



Igreja Matriz / Sobrado do Canela Preta

Seguimos pelo Largo e passamos por um espaço vazio, aberto, sem arborização. Afonso informa que esse espaço é destinado às apresentações culturais vinculadas ao Forricó, uma festa que já faz parte do calendário cultural da região. À frente, avisto a Igreja de São José, uma construção de meados do século XX, situada bem no centro do grande Largo. Lembro-me que, no projeto estruturante de Recuperação do Largo, propuseram a demolição do edifício, pois este afeta a visibilidade do conjunto tombado. No final das contas, o edifício não foi demolido, sendo proposta a sua ocultação.

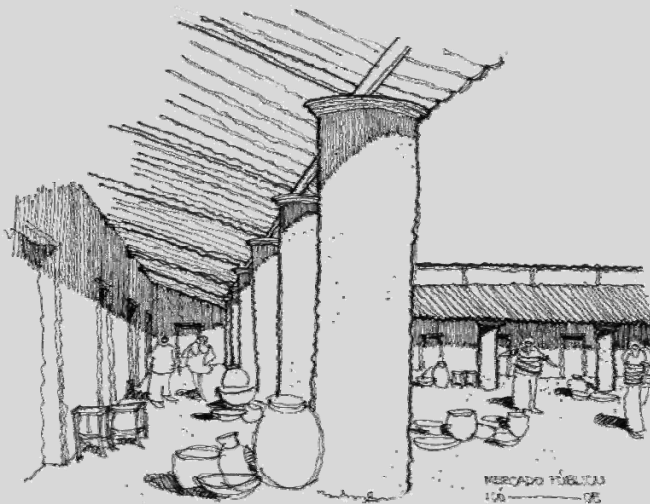
Seguimos em direção da Igreja do Rosário, um edifício que, apesar de suas dimensões, guarda uma interessante relação com seu entorno, de caráter popular. Os trabalhos da restauração da Igreja estavam sendo concluídos, e Afonso fala-nos da competência dos trabalhos, do rigor técnico. Dona Ana Maria, uma das guardiãs do monumento, no entanto, fala que as pedras que usaram no piso já mostram um certo desgaste. Afonso concorda e nos fala que os trabalhos realizados no piso do edifício teria melhor qualidade caso tivesse sido usado o material utilizado no restauro da Matriz.

Chegamos à rua do Meio, assim denominada por estar situada entre duas principais ruas do quadro urbano colonial – as ruas Grande e Larga. Em sua estrutura urbana inicial, a rua do Meio funcionava como rua de acesso às áreas de serviços dos grandes sobrados. Ao longo do tempo, ela sofre uma transformação no parcelamento: os lotes são divididos e, por conseguinte, surgem casas de cunho popular, com acesso pela rua do Meio.

Atualmente, ainda existem casas remanescentes deste período, fato que gera a intenção de se reconstituir trechos desta rua, numa busca de trazer de volta a imagem típica de um determinado período da História. Em contrapartida, as construções recentes – principalmente nos pequenos comércios, que crescem e geram a necessidade de construção de mais um pavimento para abrigar a família comerciante – evidenciam um certo conflito dentro da

poligonal de tombamento.

Sáimos da área de tombamento rígrado, e nos direcionamos a um dos monumentos tombados isoladamente: o antigo mercado público. Entramos no edifício e percebemos, nas obras que estavam sendo executadas, um caráter de higienização, pois ficaram praticamente só as atividades artesanais, enquanto que as demais, não condizentes com o caráter de limpeza, agora são realizadas num galpão próximo. Nas imediações, podemos sentir cheiros e ouvir sons típicos de uma área de intensa atividade comercial, num contraste evidente com a área tombada como núcleo histórico.



Interior do Mercado Público

Despedimos-nos do nosso guia, e resolvo voltar às imediações do Largo do Theberge. Sento no Bar Beco do Frango, peço uma cerveja e, diante de uma empena publicitária, que contém, dentre uns 50 anúncios, um da loja Xuxa Auto Peças, penso na gama de informações adquiridas durante este exercício de experimentação do espaço. Tais divagações me acompanham durante todo o trajeto que eu e minha companheira fazemos, vencendo os 375 Quilômetros que separam a *Princesa dos Sertões* da *Loura Desposada do Sol*, um dos codinomes atribuídos à cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

INTRODUÇÃO

ABRINDO UMA DISCUSSÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NOS ESPAÇOS DE SIGNIFICAÇÃO CULTURAL DO SERTÃO DO CEARÁ.

As indagações que nos referimos não são novas dentro do universo das pesquisas acadêmicas. Vemos, a cada dia, ampliarem-se os escritos e os estudos a respeito das atuais políticas de gestão urbana, referentes à sua versão mercadofila (Souza: 2002), que prima pela inserção das cidades na lógica da produtividade e da competitividade, através da transformação de áreas selecionadas dentro do espaço urbanos dessas cidades em atrativos e, por conseguinte, transformando estes espaços em imagens-sínteses propagadoras da representação idealizada.

O que queremos chamar a atenção, é que tais estudos e análises têm, na maioria dos casos, centralizado as pesquisas num encaminhamento que parte de uma escala de âmbito global, observando a partir de então as conseqüências da legitimação dos discursos construídos através da implementação dos projetos recorrentes do referido discurso em toda uma rede de cidades conectadas a partir dos modelos elaborados, propagados e materializados.

A força propagadora destes modelos torna-se evidente, se levarmos em consideração que os conceitos trazidos pela lógica da gestão urbana empresarial são utilizados nas várias instâncias territoriais, do global ao local. Assim sendo, são contemplados pelas ações de cunho demiúrgico tanto as cidades-mundial (Arantes: 2000), quanto, para citar mais precisamente o objeto de estudo aqui apresentado, as cidades situadas na área sertaneja do estado do Ceará. Nesse sentido, tomamos como foco para a pesquisa, a análise de forma crítico-reflexiva dos projetos decorrentes da tentativa de valorização do patrimônio cultural de Sobral e de Icó.

A concretização do discurso elaborado faz-se presente a partir da implementação dos projetos urbanos nestas cidades, orientados pelas esferas públicas que tratam dos itens Política Urbana, Política de Desenvolvimento e Política de Preservação do Patrimônio

Cultural, dos quais temos como exemplo, nas cidades selecionadas como objeto de estudo, projetos como o da Urbanização do Largo do Theberge e do Mercado Público, em Icó, e o da Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú, em Sobral, com os quais iniciamos o presente trabalho, a partir da prática de experimentação do espaço.

Levando em consideração estas questões, pretendemos colaborar com as discussões referidas à produção dos espaços contemporâneos, entretanto, a evidenciar um processo onde centramos as questões a partir de uma condição de *simultaneidade* entre a lógica global e apreensão gerada na escala do cotidiano, iniciaremos as discussões a partir do que se pode perceber com relação à receptividade que os projetos gerados pelos programas de valorização do patrimônio cultural alcançam, no nível de apropriação dos espaços, através do seu uso. É, a partir da confrontação entre os projetos concebidos e a sua utilização, que vão ser extraídos os questionamentos acerca de suas finalidades e seus resultados. Também é importante questionar, nessa relação entre *espaço concebido* e *espaço vivido*, a apreensão de novas formas de entendimento e produção destes espaços.

Nessa perspectiva, estabelecemos como objetivo geral da tese, a constituição de uma análise sobre a relação entre a política que orienta a produção dos espaços estudados – identificados pelas *representações constituídas* –, e o uso que se faz destes espaços, a partir das práticas sociais estabelecidas pelo cotidiano.

A partir da elaboração de uma política – pautada numa determinada lógica, apresentada como *verdadeira, absoluta* –, produz-se um espaço *a priori*, no nível do *concebido*, definido pelo filósofo francês Henri Lefebvre, cuja obra será tomada como referência na tese aqui apresentada, como *Espaço Abstrato*, que se apresenta como “*externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o estado*”, que buscam alcançar uma determinada finalidade, com o intuito de referenciar a lógica pré-estabelecida.

Este espaço, pensado para ser apropriado tendo em vista uma determinada finalidade, entretanto, pode ser utilizado para outros fins, alguns inclusive com fortes vínculos com

determinados usos que tentam ser negligenciados e / ou excluídos, durante a elaboração do discurso. Este mesmo espaço também pode ser *surpreendido* pela apresentação de outras lógicas, haja vista que, segundo Lefebvre, *fluxos múltiplos atravessam o espaço*. Portanto, apropriado sob a ótica dessa multiplicidade de fluxos, este espaço transforma-se, torna-se como coloca Lefebvre, *espaço diferencial*, onde se *mostram, respeitam e acentuam as diferenças*, fato que o torna *rico em possibilidades*.

Essa riqueza espacial se torna possível a partir do entendimento de que, ao invés de ser buscada uma negação entre lógicas, se estabeleça uma relação de *superação de oposições*. Neste processo, o espaço como constructo mental funde-se com o espaço como constructo social.

As cidades de Icó e Sobral são aqui tomadas como elementos que propiciam a compreensão deste processo contemporâneo de produção do espaço, visto que estão situadas em um estado que atualmente é tido como exemplo a ser seguido, sob o ponto de vista das Políticas de Desenvolvimento, haja vista a imagem estabelecida de reversão, onde se passou de um quadro em que predominava o conservadorismo e o atraso, para um quadro de modernização e de crescimento econômico.

Dentro desta lógica de modernização, as referidas cidades são contempladas com os Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – tidos como principais instrumentos de uma Política de Desenvolvimento Urbano do estado –, que primam pela necessidade de interiorização e melhor aproveitamento das potencialidades do estado, através da promoção de um desenvolvimento sustentável, desconcentrado e com justiça social.

Concomitante a este processo, as duas cidades recebem, por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o título de Patrimônio Nacional, como espaços representativos de um significativo momento da história do processo de conformação territorial do país.

A confluência entre as instâncias da Política de Desenvolvimento Urbano e a Política de Preservação do Patrimônio Cultural possibilita a construção de uma política que irá ter reflexo na produção do espaço a partir de intervenções urbanas marcantes, em que é inculcido um sentido de (re)qualificação / (re)geração de um espaço.

A partir do exposto, podemos compreender que o estado do Ceará passa por um processo de (re)descoberta. Desta afirmativa deriva a hipótese a ser desenvolvida, ou seja, partiremos do princípio de que há embutido nas políticas elaboradas pelos agentes responsáveis pela produção do espaço em voga – e, por conseguinte, nas ações implementadas a partir desta política – um sentido de (re) descoberta do espaço sertanejo, tendo em vista a concretização dos objetivos relacionados à lógica pré-estabelecida, a da valorização dos lugares.

O sentido de valorização do lugar, entretanto, passa pelo âmbito da transformação dos espaços em atrativos, aptos a uma competitividade, que é imposta por uma ordem mundial, predominantemente distanciada das particularidades que identificam estes espaços. É nesta lógica que se amparam e/ou se integram as instâncias que compõem o universo das Políticas de Desenvolvimento, especificamente tratadas aqui a partir da conjunção entre Política Urbana e Política de Preservação do Patrimônio Cultural.

Porém, para além desta lógica do *espaço abstrato*, o entendimento de que essa lógica é apenas uma das partes integrantes do *espaço diferencial* abre caminho para a constituição de *outras* possibilidades de apreensão e produção do espaço. Esta pesquisa prima também por apresentar essas *outras possibilidades*, através das formas de reação à lógica do concebido, ora sob forma de (re)apropriações, ora sob forma de não apropriações –, como resultantes das tensões entre a lógica da produção do concebido e a dinâmica social dos lugares (e por conseqüência, do espaço vivido). Esta *apresentação ao mundo* se fará tendo em vista a destituição de uma idéia que se faz da existência de dois mundos – *o global e o local* – que por vezes não se cruzam, ou, quando se cruzam, é na forma de tentativa de submissão de um perante outro.

A obra de Henri Lefebvre é pautada no sentido de extinguir essa distinção, através da constatação de uma inter-relação entre a *reprodução do cotidiano e da totalidade*. É neste âmbito que introduzimos uma metodologia de análise que prima pelo diálogo, que se apresenta tenso e conflituoso, entre a *ordem próxima* e a *ordem distante*, e que respaldará a análise crítico-reflexiva sobre a produção do espaço em questão.

Para uma melhor compreensão dessa possibilidade de instrumentalização metodológica da tese que aqui se apresenta, a partir do pensamento Lefebvriano, apresentaremos aspectos de sua obra que definem os conceitos a serem utilizados.

O PENSAMENTO LEFEBVRIANO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ENTRE O CONSTRUCTO *MENTAL* E O *SOCIAL*.

Henri Lefebvre, filósofo francês, foi membro do Partido Comunista Francês. O início de sua obra foi marcado por um direcionamento embasado no pensamento de Marx. Porém, a partir do estabelecimento de críticas a alguns estudos marxistas clássicos, na obra “*Critique de la Vie Quotidienne*”, escrita em 1945 e publicada em 1947¹, Lefebvre aponta para a necessidade de um aporte sociológico nos estudos respaldados pela teoria marxista, uma vez que os estudos realizados são muito voltados para uma leitura de cunho preponderantemente econômico², em que predominam os conceitos de classe, em detrimento de temas do cotidiano, considerados, por esses estudiosos, como “banais”, ou “menores”, e que fugiriam da discussão mais ampla de lutas de classe.

Na referida obra, Lefebvre aponta que, para além das “lutas de classe”, existem novas formas de lutas³, algo muito do senso comum, da realidade de cada indivíduo. Estas lutas

¹ Utilizamos aqui a edição de 1958, publicada em Paris, pela Editora l’Arche Éditeur.

² Segundo Lefebvre, “(...) *uma análise não somente econômica, mas sociológica (sobre as necessidades elementares ou diferenciadas, os graus e a estrutura das necessidades, as necessidades antigas e novas, não satisfeitas), torna-se indispensável*”. (Lefebvre: 1958,73) Tradução livre.

³ *Partindo de uma noção abstrata da luta de classes, temos negligenciado não somente de estudar as modificações recentes do capitalismo, mas a ‘socialização da produção’, e o novo conteúdo dos produtos especificamente capitalistas. Estudo que poderia modificar a noção de luta de classes e levar à descoberta de novas formas de lutas*”. (Lefebvre: 1958, 47) Tradução livre.

cotidianas são percebidas, pelos estudos marxistas clássicos, como algo “banal”, fora da pauta dos interesses ditos revolucionários. Em uma perspectiva diferente, Lefebvre aponta a vida cotidiana como um grande alvo de estudo, que deve respaldar-se em uma base filosófica diferenciada, sendo o indivíduo entendido como fruto das relações sociais. Essa abordagem filosófica deve ser adotada em detrimento da abordagem que adota a noção de *Homem Total*, já inteiramente desenvolvido, desvinculado das forças sociais. (Lefebvre: 1958).

Partindo desse pressuposto, Lefebvre apresenta uma crítica aos estudos filosóficos produzidos à época, que, ao reduzirem a condição humana ao âmbito do *Homem Teórico* – que privilegiam o “conhecimento puro” –, acabam por negligenciar as instancias relativas à vida cotidiana. Dessa forma, Lefebvre conclama os filósofos a considerarem a vida cotidiana como instancia fundamental para um entendimento mais amplo da condição humana e das relações sociais. (Lefebvre: 1958)

Opondo-se ao pensamento que identifica o “puro conhecimento” como lógica que rege a condição humana, Lefebvre respalda-se em Nietzsche para identificar que, para além de uma lógica que se apresenta como absoluta, existem várias lógicas, diferentes centros do conhecimento:

“Ao se reportar ao ‘homem teórico’, à filosofia clássica, ao pensamento que privilegia autoritariamente o ‘puro’ conhecimento, Nietzsche, irá descentralizar o pensar. Ele não abandona o conhecimento. Ele descobre vários centros do conhecer. A ciência é definida como um dos centros, entre outros; da mesma forma, a filosofia”. (Lefebvre: 1958, 80) Tradução livre.

Com base no pensamento de Nietzsche, Lefebvre indica que uma visão de conhecimento reducionista apresenta-se como um instrumento teórico e prático, ideológico e estratégico, do discurso do poder, situando-se sobre o trajeto da vontade dominadora.

Nesse sentido, Lefebvre aponta para a necessidade de estudos que apontem para um aprofundamento das relações provenientes da vida cotidiana, da análise da *vida como ela é*:

“A crítica da vida cotidiana analisa ‘a vida’, como ela é, sem a transformar em uma unidade obscura; ela estuda os elementos negativos e os elementos positivos que se afrontam; no novo, ela estuda os novos conflitos e as novas contradições”.

(Lefebvre: 1958,76) Tradução livre.

O ser humano, em suas relações sociais de contradição e de conflito, é que irá dar o caráter de totalidade da condição humana. Uma totalidade tratada a partir da *simultaneidade* entre as diversas lógicas, entre os diversos mundos. Lefebvre recorre ao personagem Carlitos para exemplificar essa condição de *simultaneidade*, de *superação* de uma condição dual, de opostos, tendo como foco, no caso específico, a superação da oposição entre a burguesia e a pobreza:

“O mundo burguês, que necessariamente produz máquinas e homens-máquinas, produz também o homem aberrante. Ele produz o vagabundo, sua imagem inversa. A relação do vagabundo com a ordem burguesa difere da relação ‘proletariado-burguesia’. Ele é notadamente mais imediato, mais sensível, relevante menos de conceitos e de reivindicações que de imagens”.

(Lefebvre: 1958, 18) (...) *A crítica da vida cotidiana toma assim a forma de um corpo dialético e vivo: de um lado, os ‘tempos modernos’ (com o que ele comporta: a burguesia, o capitalismo, a técnica e a tecnicidade, etc...) e de outro o vagabundo. Entre os dois a relação não é simples. Eles se engendram e se destroem, um ao outro, sem cessar, numa ficção mais verdadeira que a realidade imediatamente dada”.* (Lefebvre: 1958, 20)

Tradução livre.

Essa condição de aproximação de opostos, trabalhada no âmbito filosófico, vai ser evidenciada por Lefebvre com relação às instancias da apreensão e produção do espaço, tendo como referência principal a obra *“La Production de l’Espace”* (1974). Na referida obra, Lefebvre indica que, na discussão sobre a produção do espaço no decorrer da história, a proliferação das teorias matemáticas agrava o velho problema do conhecimento

sobre o espaço. As pesquisas modernas, no âmbito da filosofia, da literatura, da lingüística etc., revelam uma aceitação acerca do espaço como *coisa mental*.

Uma forte corrente ideológica exprime as representações dominantes, uma certa prática engendra um espaço mental, que se apresenta em distinção da prática social: é representado pelo *saber* dos gabinetes, dos tecnocratas. Sobre isso, Lefebvre identifica como o saber dos especialistas, gera um abismo entre os termos mental, físico e social. Nesse contexto, Lefebvre contra-argumenta com a proposição da necessidade de inclusão do homem no estudo do espaço físico e não somente o estudo do já citado *homem teórico*, sem relação com o espaço em que ele habita.

Baseado nestes preceitos é que Lefebvre irá estabelecer o que conceituará como *teoria unitária do espaço*, recorrente de um novo *espaço social*, onde prevalece uma condição de simultaneidade entre lógicas, entre o constructo *mental* e o *social*, onde *cientificidade* e *espacialidade*, ao invés de se oporem, se articulam. (Lefebvre: 1974) Segundo Cunha (et alli: 2003, 72), “(...) sua intenção não seria a de negar um ou outro termo, nem de transcende-los (*dépasser*), mas sim de revelar um contínuo movimento entre eles. (...) Tomar essas dimensões em sua simultaneidade sugere uma dimensão da tríade dialética, ou da triadética, como assim denomina”.

Na proposição Lefebvrina de *aproximação entre mundos*, iremos nos reportar mais especificamente às questões identificadas pelo autor como possibilidades de aproximação entre o que este conceitua como *ordem próxima* e *ordem distante*. Para Lefebvre, a *ordem distante* diz respeito a uma ordem estabelecida / regida pelo estado, a partir dos *códigos de especialistas*, enquanto que a *ordem próxima* se refere à prática cotidiana, entendendo aqui a importância da vida cotidiana no contexto, na medida que esta traduz-se na vida de todo homem, se tornando parte intrínseca do processo de produção e da vida política.

Segundo Limonad e Gonçalves (2003, 25):

“É no desdobramento das práticas espaciais e das representações, consoante os distintos espaços e tempos a eles correspondentes, que se vislumbra a importância da dialógica instituída entre a ordem próxima e a ordem distante. Uma dialógica

que se define por simultâneas relações de antagonismo – já que existe um elemento de oposição –, de concorrência – à medida em que há uma correlação negativa entre ambas –, e de complementaridade – atestando o traço de complexidade que marca um par dialógico”.

A produção do espaço apresenta-se, portanto, como um processo, a partir de uma ordem socialmente construída, resultando *da condensação de sucessivas aproximações* entre uma *ordem próxima* – constructo social – e uma *ordem distante* – constructo mental. Nesse processo de *ir e vir*, onde não são abolidas as ordens intermediárias, a aproximação – ou proximidade física, espacial e temporal – aparece mais como uma convergência e uma simultaneidade em que o próximo e o distante coexistem, do que em uma oposição entre coisas distintas.

Voltando para as discussões sobre a importância dada por Lefebvre ao estudo do cotidiano, segundo a assertiva de que já referida, de que *a vida cotidiana traduz-se na vida de todo homem*, abrimos a discussão em torno da importância a ser dada ao conceito de *lugar*, haja vista que, se o cotidiano assegura, a partir dessa escala de proximidade, *o lugar no mundo*, esse lugar é definido a partir de sua configuração como “(...) *a expressão mais nítida de uma ordem local, encarada como aquela que se define, sobretudo pelas relações de proximidade, pela co-presença, por um cotidiano compartilhado, enfim, por um feixe de relações que se organiza no espaço vivido*”. (Limonad e Gonçalves: 2003, 25). Ainda a partir desses autores, há no cotidiano – como *lugar de vida* - uma interessante condição de aproximação de opostos.

A valorização dada à relação cotidiano – lugar, no entanto, deve ser trabalhada de forma a não se incorrer no erro de se buscar na escala do local uma condição de “verdade absoluta” do mundo. Isso geraria o que Lefebvre chama de *vulgata localista*: uma situação em que é gerada também a partir de uma concepção redutora, com base num localismo radical. A essa condição, Lefebvre contra-argumenta com o princípio de que a relação *global-local* deverá ser apreciada a partir de um princípio federador, não devendo, portanto, apresentar-se como substitutivo ou dissociativo. As ordens próxima e distante, nesse sentido, não se

justapõem no espaço social, e sim, se interpõem e se superpõem. Em síntese: se aproximam.

Nesse contexto, onde se busca conjugar o particular e o geral, ao restabelecer a associação entre o macro e o micro, Lefebvre orienta as discussões para o estabelecimento de elementos que possibilitem uma apreensão mais aprofundada dos preceitos que regem a produção do espaço, partindo do princípio de que o espaço social contém uma multitude de representações específicas de uma tripla interação das relações sociais de reprodução, definidas pela tríade conceitual das *práticas espaciais*, das *representações do espaço* e dos *espaços de representação*, assim definidos por Lefebvre:

“(I) PRÁTICA ESPACIAL, que abrange tanto a produção como a reprodução, como também os lugares particulares e conjuntos espaciais característicos de cada formação social. (...) A prática espacial de uma sociedade secreta o espaço da sociedade; o propõe e pressupõe, numa interação dialética; (...) do ponto de vista analítico, a prática espacial de uma sociedade é revelada pela decifração de seu espaço (47)

(II) REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO, vinculadas às relações de produção e à ordem que essas relações impõem, e conseqüentemente ao conhecimento, sinais, códigos e relações frontais. (...) espaços conceptualizados, o espaço de cientistas, planejadores, tecnocratas e engenheiros sociais. (...) todos identificam o que é vivido e percebido com o que é concebido. (...) Este é o espaço dominante em qualquer sociedade (ou modo de produção). Concepções do espaço tendem (...) para um sistema de sinais verbais (e então intelectualmente trabalhados). (47)

(III) ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO, incorporando simbolismos complexos, às vezes codificados, às vezes não, relacionados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, como também à arte. (...) Espaço como diretamente vivido através de suas imagens associadas e símbolos, e conseqüentemente o espaço de “habitantes” e usuários”, mas também de alguns artistas e talvez daqueles (...), que descrevem e não aspiram fazer mais do que descrever. Este é o espaço dominado (...) que a imaginação busca mudar e apropriar. Ele se sobrepõe

ao espaço físico, na medida em que faz uso simbólico de seu objeto. Assim, pode ser dito que espaços de representação (...) tendem para sistemas de símbolos não-verbais e sinais mais ou menos coerentes”.

Estabelecidos esses conceitos, Lefebvre lança uma crítica à produção do conhecimento que toma as *representações do espaço* – de forma reducionista – para estudar a *vida*. Conforme o seu pensamento, o espaço social não pode ser entendido a partir de uma condição de dualidade, apresentando-se de maneira mais complexa, a partir de fatores como intencionalidade, superposição de códigos, implicação de formas, etc. Nesse sentido, as *representações do espaço*, elaboradas cada vez mais a partir de uma lógica distante, ao se aplicarem à realidade urbana, tendem a reduzir a interpretação do espaço social ao código do que Lefebvre conceitua como *Espaço Abstrato*, estreitamente ligado à lógica reguladora do Estado, o espaço do poder, da burguesia, do capitalismo, o seu lugar e o seu meio. Lefebvre também irá identificar esse espaço como *Espaço Concebido*, um constructo mental apoiado em lógicas puramente formais.

Lefebvre, no entanto, atesta que o *espaço concebido (representações do espaço)*, não esmaga por completo o que ele identifica como *espaços de representação*⁴. O que ocorre é um processo de simultaneidades entre lógicas, a partir do entendimento de que o espaço abstrato possui contradições que se expressam no confronto entre a lógica regida pelo concebido e a apropriação feita por essa lógica a partir da complexidade apresentada pelo espaço social, regido pela prática cotidiana, do espaço tido como *vivido*. Dessas contradições emerge o *espaço diferencial*, definido desta forma, pois, se o espaço abstrato tende para a homogeneidade, através da eliminação das diferenças, uma nova forma de produção do espaço só pode surgir a partir da acentuação das diferenças. (Lefebvre: 1974)

Ainda conforme Lefebvre:

“O espaço do usuário é vivido, e não representado (concebido). Em relação ao espaço abstrato das competências (arquitetos, urbanistas,

⁴ Conforme Limonad e Gonçalves (2003, 29), admitir essa concepção: “(...) seria eliminar a possibilidade de conflito, de contradição e de luta, de idéias e imaginários que fogem às concepções hegemônicas, seria não admitir o espaço do vivido, dos habitantes e dos “usuários”.

planificadores), o espaço das performances que realizam quotidianamente os usuários, é um espaço concreto. Espaços de ‘sujeitos’ e não de cálculos, espaço de representação, ele tem uma origem: a infância e suas provas, suas aquisições e suas faltas. O conflito entre a inevitável maturidade, longa e difícil, e a imaturidade que deixa intactos os recursos e as reservas iniciais, marca o espaço vivido”. (Lefebvre: 1974, 418) Tradução livre

De uma forma sintetizada, podemos afirmar que, segundo Lefebvre, a possibilidade de transformação social residiria, portanto, no conflito entre a apropriação e a dominação social do espaço, na disputa pela construção de um *espaço diferencial*, que surge como a superação das oposições contidas no *espaço abstrato*.

Consideramos que, amparados nos conceitos aqui apresentados, possa ser elaborada uma análise coerente do processo de produção contemporânea dos espaços de significação cultural referente às cidades de Icó e Sobral, tidas como representativas de núcleos urbanos característicos do sertão cearenses, haja vista que há, por intermédio dos elementos apresentados e apreciados no decorrer desse trabalho – a partir da análise das intervenções urbanas decorrentes dos programas de valorização do patrimônio cultural dessas cidades –, a possibilidade de reconhecimento dos conceitos estabelecidos por Lefebvre, a saber: as aproximações e distanciamentos resultantes do confronto estabelecido entre *ordem próxima / ordem distante*, entre *espaço concebido / espaço vivido*, entre *práticas sociais / representação do espaço / espaços de representação*, entre *espaço abstrato / espaço diferencial*.

Consideramos também coerente e oportuna a utilização do referencial teórico apresentado, levando em consideração a atualidade desse pensamento, ao qual alguns autores contemporâneos recorrem, para aprofundar as discussões relativas à produção e apreensão dos espaços urbanos na contemporaneidade. Nesse âmbito, faremos algumas vezes no

decorrer desse trabalho, alusões a esses autores, de forma a ratificar a coerência da utilização do pensamento Lefebvrino com relação às questões aqui apresentadas⁵.

Esses estudos nos ajudarão a analisar as discussões travadas a forma como é aceita a condição de “eficácia” estabelecida pelos difusores de elementos configuradores da política urbana contemporânea, que estabelece os parâmetros relacionados com a gestão urbana empresarial, e os Planos Estratégicos, como instrumentos de legitimação deste pensamento. A crítica a ser apresentada, pautada no pensamento Lefebvrino, é tomada nesse trabalho como um princípio norteador e desencadeador para uma discussão mais aprofundada acerca dos referidos Planos, a fim de que se perceba, em detrimento da idéia de valorização / fortalecimento dos lugares, identificada no discurso legitimador destes, uma condição de fragilidade do discurso e das ações decorrentes.

Devemos também salientar que serão utilizados no decorrer da tese, questionamentos trazidos por autores que em alguns aspectos apresentam aproximações com o pensamento Lefebvrino, como é o caso das discussões apresentadas pelo sociólogo e filósofo francês Henri-Pierre Jeudy – do qual tivemos um contato mais aproximado, como fruto de orientações ministradas durante o estágio de doutorado-sandwich realizado no período de setembro de 2004 a agosto de 2005, no âmbito de um acordo de cooperação estabelecido

⁵ Nesse âmbito, nos reportaremos ao trabalho que está sendo feito pelo Grupo de Estudos Lefebvrianos, sobre a obra de Lefebvre, e no caso em questão, sobre o pensamento Lefebvrino à respeito da produção do espaço. Em documento apresentado em Sessão Livre do Encontro da ANPUR em 2003, o referido grupo assim se reporta sobre a atualidade desse pensamento:

“O objetivo geral [da sessão livre IX ANPUR 2003, sobre o pensamento lefebvrino] é, portanto, apontar a atualidade das contribuições do pensamento de Henri Lefebvre para a reflexão de questões contemporâneas relativas à globalização e fragmentação, à relação local-global e centro-periferia, ao espaço do cotidiano e o espaço da reprodução das relações sociais, às novas formas de organização do espaço social e ao novo caráter da urbanização entre outras. (Limonad: 2003, 04) (...) Para alguns nosso esforço, sintetizado aqui nesta coletânea, pode parecer um retorno à modernidade, em um tempo em que o que está em voga são os pós-ismos. De fato parece-nos precipitadas a velocidade e “naturalidade” com que é abandonado o método dialético como um meio para apreender as transformações sociais; e a rapidez com que são substituídos os próprios instrumentais de análise em nome, da necessidade de instrumentalizar práticas que contribuam para se intervir de maneira eficaz na “realidade” – como é o caso atual do planejamento estratégico – que aparece, na última década, como o néctar pus ultra para a solução dos problemas urbanos segundo alguns analistas”. (Limonad: 2003, 05).

pelas Universidades Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e Universidade de Paris I e Universidade de Bordeaux (França).

Interessa-nos na obra de Jeudy, especificamente para as discussões apresentadas nesse trabalho, as questões relacionadas às críticas que o referido autor faz aos chamados projetos de espetacularização urbana contemporânea, incluindo nesse rol os projetos que tomam a questão da preservação patrimonial como mote. No âmbito da aproximação entre a obra de Jeudy e o pensamento de Lefebvre, atentamos para as questões apresentadas por Jeudy acerca das discussões referentes aos conflitos e confrontos estabelecidos entre a concepção de conservação patrimonial estabelecida pela lógica contemporânea de espetacularização e a vida cotidiana das cidades alvos dessas intervenções⁶.

Munidos desse referencial teórico, vinculando-o ao princípio norteador desse trabalho, a partir do estabelecimento do Objetivo Geral apresentado – que aqui voltamos a identificar como sendo a constituição de uma análise sobre a relação entre a política que orienta a produção dos espaços estudados – identificados pelas *representações constituídas* –, e o uso que se faz destes espaços, a partir das práticas sociais estabelecidas pelo cotidiano, a revelar uma condição de tensão entre o que é definido pelos modelos e diretrizes para a gestão urbana e a dinâmica social dos lugares (e por consequência, do *espaço vivido*), tensão essa que passa a definir uma condição de multiplicidade de fluxos característicos da produção do *espaço diferencial*, definido por Lefebvre como o espaço que, para além da lógica abstrata, *mostra, acentua e respeita as diferenças* –, apresentamos um quadro relativo aos Objetivos Específicos a serem trabalhados, no intuito de que seja reforçado o Objetivo Geral. Nesse âmbito, apresentamos como Objetivos Específicos:

⁶ Nessa perspectiva, nos reportamos ao prefácio da obra *O Espelho das Cidades* (2005), traduzida para a língua portuguesa, e prefaciada pela Professora Paola Berenstein Jacques, Coordenadora, no Brasil, do citado Acordo de Cooperação. Sobre a obra, Jacques afirma:

“Henri-Pierre Jeudy busca ir além da simples crítica à espetacularização urbana contemporânea e, ao homenagear seu mestre, Henri Lefebvre, nos indica uma pista para sair deste ciclo vicioso contemporâneo – do especular que se torna espetacular – que seria de se vislumbrar na própria vida cotidiana das cidades contemporâneas, e de seus cidadãos, caminhos alternativos a este processo”. (Jacques in Jeudy: 2005, 12)

1. Mostrar que a lógica indicada como *transposição de idéias*, transcorrendo entre o discurso e a materialização do mesmo é um processo historicamente construído, onde nessa tese busca-se a confirmação dessa afirmativa através da análise do processo da constituição de representações acerca do Ceará no decorrer da história, estendendo-se do período em que se buscava a inserção da capitania na lógica da produção imposta pela Coroa Portuguesa, ao momento contemporâneo, onde áreas tidas como predominantemente “problemáticas”, passam a ser alvos de propostas “regeneradoras”, tais como os sítios históricos sertanejos, a partir da articulação entre políticas de desenvolvimento urbano e políticas de valorização do patrimônio cultural, seguindo uma lógica de cunho predominantemente empresarial.

2. Mostrar como se dá a repercussão de alguns modelos de caráter predominantemente empresarial – no caso específico, as matrizes francesa e catalã – nas práticas de gestão urbana no Brasil, e no caso mais específico no Ceará, apresentando as premissas orientadoras, o discurso e, predominantemente, a difusão dessas matrizes, e a apropriação dessas lógicas no âmbito dos planos estratégicos elaborados para os municípios cearenses, feita de maneira equivocada.

3. Mostrar que as instâncias que compõem o universo das políticas de desenvolvimento urbano e de preservação do patrimônio cultural amparam-se e se integram-se nessa lógica de maneira preponderante, apresentando os princípios norteadores dos principais atores envolvidos nos programas de valorização do patrimônio cultural responsáveis pela implementação dos projetos nas cidades objetos de estudo.

4. Apresentar, a partir da articulação / imbricamento entre o referencial teórico e a base empírica, o exame do distanciamento entre o que é definido pelos modelos e diretrizes para a gestão urbana (*espaço abstrato*) e a dinâmica social dos lugares (e por consequência, do *espaço vivido*), que resulta em conflitos entre diferentes agentes e memórias institucionais. Além dessa questão, apresentar elementos que indicam também a existência de uma relação de tensão entre as instâncias que regem a própria lógica do *espaço abstrato*.

5. Apresentar as disputas de sentido – no âmbito mais específico, no que diz respeito à questão da “valorização do lugar” – que se encontram subjacentes às intervenções projetadas e efetivamente realizadas nas cidades estudadas, levando em consideração as premissas estabelecidas pelas instâncias envolvidas no processo.

Apresentado o quadro de *Objetivos*, passamos a estabelecer uma exposição da Metodologia utilizadas como princípios norteadores no desenvolvimento da Tese, a partir dos 3 (três) capítulos que a constituem.

De início, partimos, a partir da utilização dos conceitos de *Representação do Espaço* e *Espaços de Representação*, e de *Ordem Próxima e Ordem Distante* para confirmarmos a constatação – no âmbito dessa pesquisa, que tem como objeto de estudo o Estado do Ceará – do que foi exposto no *Objetivo Específico 1*: Mostrar que a lógica da *transposição de idéias*, transcorrendo entre o discurso e a materialização do mesmo é um processo historicamente construído.

O direcionamento da pesquisa é feito a partir da constatação da existência de três escalas: a local, a regional e a global. Dentro desse contexto, apontamos para o entendimento de que nestas três escalas ocorre um processo de *simultaneidades*, apresentando estas condições de *aproximação e distanciamento*, resultados do entrecruzamento entre essas escalas.

Essas características de *simultaneidade* e *entrecruzamento* serão também evidenciadas quando tratamos no decorrer da Tese, de evidenciar as relações entre os conceitos de *Espaço Abstrato / Espaço Diferencial*, entre o *Espaço Concebido* e *Espaço Vivido*, permeados pelos conceitos de *Ordem Próxima* e *Ordem Distante*, já assinalados. Nesse sentido, são estabelecidas instâncias limites, onde as leituras e abordagens feitas, permeiam essas instâncias. Daí a utilização da preposição “*entre*”, no transcorrer do texto.

Lançamos mão no decorrer da tese, da prática do “*experimentar a cidade*”, como elemento importante na tarefa empreendida de se trabalhar as escalas apresentadas numa condição de simultaneidade, de aproximação, de entrecruzamento de lógicas e de mundos. A respeito

dessa prática, assinalamos que a apreensão dos espaços leva em consideração dois aspectos que interagem e se complementam: a *experiência espacial* e a *experiência temporal*. Indicamos que a utilização desse procedimento metodológico é reforçado a partir da constatação de que os autores tomados como base para o referencial teórico, em diferentes graus, também se utilizaram (ou se utilizam desse processo). É caso, por exemplo de Randolph (2003) – membro do grupo de estudos lefebvrianos – que se reporta da seguinte maneira sobre a formas de experiências sobre o urbano:

“A construção da referida orientação para a experimentação deveria começar com as experiências sensoriais porque parece que a própria prática dos passeios por e observações de ruas e praças mais se aproxima a esse tipo de experiência da cidade (o urbano), seus lugares e sua “gente”: o uso dos olhos, nariz, ouvidos, etc. (...) Em um segundo momento passamos para experiência temporal (ou cognitiva) quando atribuímos “sentido ou significado” às aparências sensoriais – abstraíndo assim a espacialidade concreta dos lugares, procurando identificar suas temporalidades – sua história, trajetória, origem, etc. Em princípio, essa experiência está bastante limitada – mais aos artefatos visíveis (“aparentes” e estáveis), como prédios, ruas, praças, monumentos, etc. O que importa não são apenas suas características intrínsecas (seu significado) mas também sua justaposição identificada tanto sensorialmente (localização física) como cognitivamente (em relação a estilos e padrões construtivos, por exemplo)”. (Randolph: 2003, 63)⁷

Continuando na ótica do *“experimentar a cidade”*, apontamos para algumas referências acerca da obra de Henri-Pierre Jeudy, em que o autor utiliza a referida prática para identificar particularidades do cotidiano das cidades, atentando para a relação de confronto entre o cotidiano e espetacularização. É o caso do interessante relato que faz sobre a cidade

⁷ No mesmo artigo, Randolph nos fala sobre um exercício de experimentação realizado em Buenos Aires: *“(...)Este exercício prático acompanhou, num primeiro momento, a reflexão. Produzimos, assim, um conhecimento deste objeto – a cidade / o urbano – que não fica distante do senso comum (douto, de alguma maneira, no nosso caso). Mas, essas sensações, percepções, concepções implícitas e explícitas e mesmo vivências serão, num segundo momento, elementos indispensáveis num processo onde seu questionamento e reformulação (abstratos) apenas lhes afirmará seu valor (concreto) (negação dialética)”*. (Randolph: 2003, 66)

de Veneza, na segunda parte da obra “*Espelho das Cidades*”, denominada “*A Crítica da Estética Urbana*” (2005). É o caso também das apreensões que faz de algumas cidades na obra “*Courir la Ville*”, datada de 1997.

Ainda sob a mesma ótica, identificamos que Lefebvre em alguns momentos utiliza-se do expediente de relatar experiências vivenciadas no urbano, como podemos detectar na narrativa que faz em “*La Critique de la Vie Quotidienne*”, acerca de um lugar situado na periferia parisiense, apontando para a condição existente das simultaneidades entre lógicas e mundos apresentadas *no / pelo* lugar.

Nesse âmbito, consideramos necessária e oportuna a utilização do método de experimentação para estabelecermos a discussão acerca das análises referentes à condição de simultaneidades entre as *ordens próxima e distante*, entre o *espaço concebido e vivido*, identificados nas cidades objetos de estudo dessa tese.

No caso da utilização dos relatos sobre Icó e Sobral presentes na Introdução e na Conclusão desta tese, e de vídeos sobre a cidade de Sobral, em anexo à parte escrita, o que se intenciona é que, a partir da instância do *vivido*, de uma *ordem próxima*, do *espaço diferencial*, se perceba os parâmetros estabelecidos por uma *ordem distante*, que está, portanto, presente, mas não como *verdade absoluta*. Consideramos importante essa abordagem, porque parte de uma escala que para nós é a mais palpável. Ou seja, a leitura parte de uma *ordem próxima*, onde se detecta os parâmetros de uma *ordem distante*, mas as duas não se excluem, se complementam, gerando o chamado *espaço diferencial*. Nesse sentido, consideramos como de fundamental importância essa experimentação do *espaço diferencial*. Os referidos relatos e o vídeo, são utilizados como elementos do processo metodológico⁸.

Nesse mesmo sentido, os relatos feitos com relação às cidades de Barcelona e Paris – utilizados no início do *Segundo Capítulo* – ganham relevância quando inseridos dentro do próprio corpo do texto, em que se tratará da análise da elaboração e difusão dos modelos

⁸ Pelo fato de termos ficado com um tempo exíguo para a finalização da Tese, e por questões de limitação técnica, não pudemos realizar o vídeo na cidade de Icó, que de início tínhamos programado.

apresentados. No caso, estabelece-se uma interessante possibilidade de analisar a ação do *ir e vir* - da *transposição de idéias* – no que se refere à discussão de questões relativas à elaboração e difusão desses modelos (elementos de composição da lógica do espaço abstrato) e a materialização e apropriação destes, percebidas a partir da experimentação do espaço diferencial. Tanto nos “*Halles*” como no “*Raval*” podemos perceber a materialização da lógica abstrata e a apropriação desse espaço a partir de outras lógicas.

Definida a orientação metodológica, passamos a elencar, a partir do que foi proposto como “*Hipótese, Objetivo Geral e Específico*”, o conteúdo dos capítulos a serem desenvolvidos:

No *Primeiro Capítulo* será traçado um panorama que retrata o processo da constituição das *representações* acerca do Ceará, dentro de parâmetros estabelecidos a partir de *Representações do Espaço* que dizem respeito aos elementos constituintes desta lógica reguladora do estado e do capital no decorrer da história da formação urbana do Ceará, tomando como referenciais documentos oficiais, tais como relatórios de governadores da Capitania, Ordens e Cartas Régias, Resoluções Provinciais, Códigos de Obras e Posturas, relatos de comissões científicas, bem como documentos relacionados à questão da prática preservacionista no Brasil – e no Ceará – nos séculos XX e XXI, que irão estabelecer parâmetros para a inserção de Icó e Sobral no rol das “*Cidades Patrimônio-Nacional*”.

No *Segundo Capítulo* analisaremos as matrizes de alguns discursos que se apóiam e, por conseguinte, orientam a implementação da lógica da gestão urbana empresarial. Buscaremos apontar a origem dos mesmos, o que estes impõem e o que supostamente se diz trazer de *novo*, como também, em que pontos se apóiam e como e a partir de quais canais tais premissas são difundidas.

No âmbito das análises aqui formuladas, a lógica contemporânea das políticas de desenvolvimento urbano atua a partir de duas instâncias: os “*Grandes Projetos Urbanos*” e os “*Planos Estratégicos*”. Tendo a cultura como mote / alvo, estabelecem-se duas grandes matrizes de difusão e implementação de propostas e projetos: a “*matriz Francesa*” e a “*matriz Catalã*”. Nestas matrizes, a implementação de grandes projetos de impacto que

indicam no discurso, ao mesmo tempo, um sentido de “*regeneração / requalificação*” e de “*democratização das ações*”, amparados numa tática de difusão dos bons resultados, remetem a uma absorção das idéias num teor acrítico. Entretanto, dentro do âmbito de onde estes modelos surgem, estabelecem-se resistências.

Procuramos trazer a discussão a partir de experiências por mim vivenciadas em duas áreas tidas como referências para a lógica da regeneração urbana: o “*Quartier Les Halles*”, em Paris, e o Bairro “*El Raval*”, em Barcelona. Procuraremos estabelecer, nos dois exemplos, a confrontação existente entre a idéia do espaço regenerada imposta pelo discurso da *lógica abstrata* e a resposta que se dá a partir do *espaço diferencial*, da escala do cotidiano.

Com relação à escolha das matrizes, vale um esclarecimento: em parte, essa escolha justifica-se por termos tido a possibilidade de vivenciarmos os espaços que são objetos empíricos de análise nessa Tese, e a partir dessa prática da *experimentação*, pudemos perceber nesses espaços, tanto a materialização do discurso elaborado por essas matrizes, como também as resistências / reações apresentadas a esse modelo. A análise feita nesse trabalho gira, portanto, em torno do fato da possibilidade de se ter percebido nessas *experimentações* a relação entre o que *fala* o discurso dessas matrizes, e o que *fala* o discurso elaborado pela lógica que rege a gestão urbana empresarial empreendida no estado do Ceará.

É oportuno salientar também que a escolha dessas matrizes foi feita, não no sentido de se estabelecer que estas foram, única e exclusivamente, as fontes de inspiração para os gestores da experiência cearense, e sim porque, nas experimentações realizadas nas referidas áreas das cidades de Paris e Barcelona, pôde-se atestar os parâmetros da lógica do *concebido* que regem esses espaços, bem como perceber também, que de maneira preponderante, os parâmetros que regem essa lógica também são identificados na lógica da produção do espaço contemporâneo nas cidades sertanejas cearenses, porém carregada de distorções, clivagens e equívocos.

Convém também esclarecer que, por ter cumprido o estágio de doutorado-sandwich na cidade de Paris, os resultados obtidos acerca das pesquisas elaboradas sobre Paris apresentam-se de maneira mais aprofundada, com relação aos resultados relacionados à pesquisa em Barcelona, o que não desmerece a tarefa empreendida no âmbito da matriz catalã, haja vista que o que interessa para a discussão é o estabelecimento do diálogo entre essas matrizes: em que elas se aproximam e se distanciam, e a maneira como difundem os seus modelos de intervenção. O caso de Barcelona é tratado também como muito mais uma constatação do que já se tinha apropriado em diversas leituras acerca do tema, do que uma análise aprofundada sobre o modelo de gestão apresentado.

Com relação à política de preservação do patrimônio cultural, procuramos desenvolver uma análise que trouxesse como foco o estabelecimento e consolidação de uma determinada forma de ação nos centros históricos tombados por parte do IPHAN, definida como “estilo patrimônio”, que foi constituída a partir do ideário de formação de uma Identidade Nacional e que tinha como parâmetro principal o caráter de excepcionalidade, com ênfase na dimensão estética. Entretanto, dentro de um quadro de maior complexidade que foi imposto a partir dos anos 1950, foram necessários novos parâmetros, e novos conceitos foram evidenciados. As questões patrimoniais passam a serem vinculadas às questões do desenvolvimento econômico social, da cidadania, das minorias étnicas. A noção de patrimônio como “*Documento*”, toma um âmbito mais evidente, frente a noção de “*Monumento*”. O quadro de conjuntos urbanos tombados, por conseguinte, é ampliado.

No entanto, enquanto as novas conceituações apontam para uma deselitização da questão patrimonial, a prática nos revela uma consolidação cada vez maior das áreas tombadas, como áreas representativas, referências, numa clara distinção entre o que é e o que não é Patrimônio Cultural. Alia-se a esta questão, o quesito integração à vida contemporânea que, se por um lado, aponta para a necessidade de se ver tais espaços como algo não estáticos, imutáveis, a participarem, portanto da dinâmica destas cidades, por outro acaba por abrir possibilidade de utilização destes espaços como atrativos aptos a entrarem no âmbito da competitividade. Dentro deste contexto, análises sobre programas de valorização do patrimônio cultural, como o programa MONUMENTA, revelam-se esclarecedoras.

No Terceiro Capítulo, retornamos à escala local – o estado do Ceará –, a partir da qual será analisado o processo de instituição das premissas concernentes à constituição de um estado modernizador, que buscará a partir de novas práticas, a reversão de um quadro que se apresenta como conservador e atrasado.

No âmbito da política de desenvolvimento urbano, será analisado o processo de formulação dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, a partir dos conceitos-chaves que regem o discurso, o que eles trazem como referências das práticas de cunho global – revelados pela escala mundial, analisadas no capítulo anterior – e de que forma orientarão os programas, os projetos e as intervenções urbanas.

No âmbito da política de preservação do patrimônio cultural, analisamos o processo de reconhecimento das cidades cearenses no quadro das cidades patrimônio nacional. Indicamos que esta valorização é dada a partir da ampliação do quadro de bens preserváveis, vinculados às novas conceituações do que se entende como patrimônio cultural no país. No entanto, as ações de cunho preservacionistas, vistos a partir das instruções de tombamento e chegando as propostas de restauros nas duas cidades em questão, nos revelam a continuidade do caráter excepcional dos espaços-referência, que negligenciam a interação com outras áreas destas cidades.

O cruzamento entre estas duas instâncias, revelados a partir do processo de implementação dos projetos de valorização do patrimônio cultural edificado das cidades de Icó e Sobral, servirão como instrumento de afirmação do predomínio da lógica de cunho mercadofilo, de transformação de uma área de significação cultural, em espaço apto à competitividade. Nesta avaliação torna-se de fundamental importância, dentro do quadro dos programas, projetos e produtos analisados, indicar os atores envolvidos: os que elaboram os discursos, os que financiam, os que difundem, os que atuam como consultores, os que executam. A partir destes dados, apontam-se elementos que identificam uma linguagem comum, que tende a um consenso sobre os objetivos perseguidos pelos atores hegemônicos (Vainer : 2000).

O cruzamento realizado entre as perspectivas de valorização do lugar, identificam pontos de proximidades e distanciamentos entre as referidas perspectivas, vistas a partir das premissas orientadoras das *representações constituídas*, onde amplia-se o espectro da identificação das várias lógicas que permeiam o espaço, a partir da apropriação desses espaços pela comunidade, configurando-se todo esse conjunto, como *espaço diferencial*.

A apreensão desse espaço em sua totalidade aponta que o mesmo, para além de conter, ele extrapola o espaço produzido pela lógica abstrata. As análises dos processos de concepção, execução e apropriação dos projetos do Largo do Thebérge e do Mercado Público, em Icó, e da Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú, em Sobral, serão apresentadas como sínteses das questões desenvolvidas no decorrer dessa Tese.

CAPÍTULO I

O ESTADO E AS REPRESENTAÇÕES CONSTITUÍDAS ACERCA DO CEARÁ

APRESENTAÇÃO

As recentes intervenções urbanas realizadas nas cidades Patrimônio Nacional de Icó e Sobral, situadas no sertão cearense, são pautadas numa lógica que segue um a determinada *Representação do Espaço*. Estas são concebidas a partir de uma condição de positividade, onde a característica de atrativo histórico cultural as insere na esfera global, enquanto espaços aptos à competitividade.

Neste capítulo, pretende-se mostrar que a construção das representações do espaço sertanejo cearense não é uma prática que surge na contemporaneidade, e sim, faz parte de um processo historicamente construído. Objetiva-se, portanto, discorrer sobre determinadas representações feitas acerca desses espaços no decorrer da história, com base no pensamento de Henry Lefebvre, sobre dois conceitos principais: o de *Espaço Abstrato* e o de *Representação do Espaço*⁹.

Para Lefebvre (1974), a partir do entendimento de que as lógicas que regem a produção dos espaços são dotadas de intencionalidades, as representações feitas sobre estes atendem a objetivos diversos. Daí, a conceituação estabelecida pelo autor – a ser aqui utilizada – na qual entende a *Representação do Espaço* como uma linguagem constituída a partir de instrumentos estreitamente ligados à lógica reguladora do estado e do capital, que resultam na afirmação de um *espaço abstrato*, este entendido como a *externalização de práticas econômicas e políticas* que se originam desta lógica reguladora.

⁹ LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

Dentro destes parâmetros, as *Representações do Espaço* utilizadas aqui, dizem respeito aos elementos constituintes desta lógica reguladora do Estado e do capital no decorrer da história da formação territorial do Ceará, tomando como referências documentos oficiais, tais como relatórios de governadores da Capitania, Ordens e Cartas Régias, Resoluções Provinciais, Códigos de Obras e Posturas, relatos de comissões científicas, bem como documentos relacionados tanto à política de planejamento urbano, quanto à questão da prática preservacionista no Brasil – e no Ceará – nos séculos XX e XXI, que irão estabelecer parâmetros para a inserção de Icó e Sobral no rol das Cidades Patrimônio-Nacional.

Neste contexto, o século XVIII e a transição para o século XIX serão analisados a partir de discursos e determinações oficiais que orientam a linguagem das representações do espaço como elementos de inserção da Capitania do Ceará na lógica da produtividade. Para o século XIX, os Códigos de Obras e Posturas e os relatos científicos serão tomados como referências, enquanto elementos de construção de uma nova representação do espaço, dentro dos moldes civilizatórios do período; na transição do século XIX para o XX, será levada em consideração a representação gerada pela necessidade de combate à problemática da seca, a partir dos ideais de progresso e civilidade trazidos pelas orientações provindas das *personas de modernização*: dos engenheiros, que foram transformando a imagem do sertão, a partir dos caminhos do trem; da instituição de um discurso, no século XX, sobre a constituição do Nordeste enquanto Região, dentro de duas instâncias: uma de cunho cultural – baseada nas discussões a partir do pensamento do sociólogo Gilberto Freyre – e outra de cunho nacional-desenvolvimentista, que aborda os aspectos técnico-científicos utilizados para gerar soluções para uma região-problema.

Nesta perspectiva, a análise da abordagem culturalista contemplará os discursos, que uma vez disseminados, acabam por gerar as discussões a respeito da necessidade de institucionalização das práticas preservacionistas no Brasil – marcado pela criação do SPHAN na década de 1930 –, assim como, sobre o processo de seleção dos espaços representativos da Nação – e como a questão será tratada pelos que “ficaram de fora” – O Ceará incluso nesta segunda opção.

Com relação à abordagem desenvolvimentista, pretende-se vincular a percepção que se tem do Nordeste, a partir de uma visão nacional-desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubistchek, dentro de um contexto urbano onde a industrialização e urbanização das cidades brasileiras trazem profundas transformações, e onde essas cidades buscam se adequar às políticas de desenvolvimento, a partir das quais lhes são atribuídas determinadas funções. Às cidades históricas é reservada uma função de recurso econômico e as representações construídas a partir desta intenção irão orientar as ações implementadas nestes espaços urbanos, a partir da premissa da necessidade de articulação entre as políticas de planejamento urbano e as políticas de preservação do patrimônio. As cidades do sertão do Ceará não escapam dessa lógica – pelo menos, em princípio, nessa fase de proposição.

Esta necessidade de vínculo entre a política de planejamento urbano e a política de preservação do patrimônio cultural será o elo estabelecido para a transição do presente capítulo com o subsequente, que objetiva a análise das matrizes dos discursos que orientam a lógica dos programas contemporâneos implementados nas cidades sertanejas cearenses, onde buscaremos apontar a origem dos mesmos, o que estes impõem e o que supostamente dizem trazer de novo, em que pontos se apóiam e como e a partir de quais canais tais premissas são difundidas.

1.1. SÉCULO XVIII – O CEARÁ NA PERSPECTIVA DA AMÉRICA PORTUGUESA: A BUSCA POR UMA AUTONOMIA

“(…) Faço saber a todas as pessoas nobres e povo do districto desta povoação de Santo Antonio de Quixeramobim, repartição da villa de S. José de Riba-Mar do Aquiraz, cabeça desta comarca do Ceará-Grande, que havendo consideração ao quanto útil e conveniente seria ao bem commum da sociedade cível, ao socego publico, à administração da justiça, e ao real serviço que se erigisse em villa esta povoação de Santo Antonio de Quixeramobim, para nella se recolheram e congregarem todos os homens vadios e vagabundos que afastando-se da sociedade cível à maneira das fêras, vivem embrenhados pelo centro dos Mattos virgens destes sertões, tendo em horror à união social e comunicação das gentes, donde em todos os tempos tem dimanado para o estudo e membros delle a tranqüillidade universal e particular das nações, os commodos, interesses e encautos da mesma sociedade. (...)Portanto, tendo em vista, que desterrada esta abominável desordem com a nova criação desta villa se attrahirão e obrigarião nella a viver, edificar e a trabalhar os homens errantes e inofficiosos de seo districto, que por elles se rrepartiria o trafico e misteres da sociedade, que se civilisarião os povos d’arredor, promover-se-hia a ordem e felicidade publica, aplicar-se-hia o prompto castigo aos faccionorosos para o escarmento de outros, adiantar-se-hia a despresada e necessarissima agricultura, augmentar-se-hia a comunicação e commercio interior destes paizes”. (Edital de convocação para a criação da vila de Quixeramobim, in Simão: 1996, 59).

“(…) me commeteu a mesma execução, como ouvidor geral existente n’esta capitania, para ereção de duas novas villas, que n’ella faltam para levantar, sendo uma das que se determina crear n’esta serra de Baturité, a que se manda unir a antiga missão da Telha sita no Quichellô, com todos os índios habitantes e de ambas dispersos para complemento dos casaes, que o directório requer na criação de semelhantes villas, e os moradores que a estas se quizerem apegar, não o estando já nas que se acham erectas, e ainda outros quaisquer que não forem índios ou descendentes d’elles que para mesma quizerem vir, podendo ser attendidos pelos seus officiaes misteres, e procedimento com que se hajam de

empregar n'elles e no de agricultura para maior augmento d'ella..." (in Castro: Revista do Instituto do Ceará, t. 113, ano 1999: 45).

As duas citações referidas anteriormente, fazem parte de um conjunto de determinações oficiais que objetivaram a elevação de vilas na capitania do Ceará Grande no século XVIII, período caracterizado pela acentuada preocupação, por parte da Coroa e dos governantes da Capitania, com a inserção produtiva da mesma no contexto metropolitano, atitude esta que se fez presente em áreas onde o povoamento foi induzido, tendo em vista as instâncias de segurança e produtividade, como é o caso da criação de novas vilas na Amazônia e da criação de vilas na região onde a atividade pastoril começava a consolidar-se.¹⁰

No caso da Capitania do Ceará, a inserção se daria por meio da atividade do criatório, incentivada pela coroa através da doação de sesmarias a partir do final do século XVII, e que se amplia a partir da constituição de áreas de comércio no cruzamento das principais vias de comunicação.

Era preciso, no entanto, criar possibilidades para o aumento da produtividade. Daí a necessidade, por parte dos governantes, utilizando-se de discursos oficiais, de criar uma *Representação*, uma imagem positiva da Capitania, como lugar propício ao desenvolvimento das atividades produtivas. Ao mesmo tempo, era necessário um conhecimento dos “empecilhos” existentes a esta concepção de desenvolvimento, no intuito de amenizá-los e/ou extingui-los.

Analisando um conjunto de *documentos referentes do Governador Montauray sobre os produtos da capitania (1783 / 1784)* (in Revista do Arquivo Público do Ceará, nº 1, ano 2005: 33), o governante por um lado busca evidenciar a excelência da natureza, quando

¹⁰ Castro (in Revista do Instituto do Ceará, t. 113, ano 1999) cita que a determinação referente a criação da Vila de Monte-mór o Novo d'América – atual Baturité – amparava-se nas determinações reais destinadas às novas vilas da Amazônia (carta régia de 3 de março de 1755). Já Santos (2001), reporta-se a carta régia de 19 de junho de 1761, que eleva à vila oito povoados no Piauí, bem como à cidade a Vila de Mocha (atual Oeiras).

fala, por exemplo, da existência de rios navegáveis e caudalosos, ou quando evidencia a potencialidade do comércio dos produtos nativos, bem como a possibilidade de ter o algodão como fonte de riqueza; por outro lado, indica que a imagem negativa de desordem que reina na Capitania poderá ser revertida, a partir de um maior incentivo por parte da Coroa:

“(...) Por ellas todas verá V. Ex^{ca} como ilustre sabio pelas dilatadissimas luzes, e conhecimento da sua illuminadissima instrução o que pode prometer esta inculta Capitania ate o prezente enlodada na mais crassa ignorância, na mais critica desordem, e discernimento, que poderia, sendo auxiliada, promovida, e protegida ser profícua aos seus indolentes habitantes, e vantajoza ao Real Serviço, e ao Comercio do Reyno; e sobre isto mesmo já o anno passado tive a honra, ainda que ignorantemente, de fallar, e representar a V. Ex^{ca} unicamente instigado pelos princípios os da honra, desinteresse, e zelo do Real Serviço”.

A Carta do Ouvidor do Ceará, Manuel de M. Pinto Avelar, sobre a situação dos índios das suas vilas, em 03 de março de 1786, traz à luz, além de alguns complementos ao que fora exposto por Montaury, outras questões de significativa importância. Conforme Pinheiro (in Revista do Arquivo Público do Ceará, nº 1, ano 2005), este documento é parte integrante de um ideário do Estado Metropolitano, que objetivava o conhecimento das potencialidades das colônias.

No referido documento, percebe-se uma preocupação com a justiça, visto que as *memórias* (relatórios) escritas pelo ouvidor consistem em correições – visitas às vilas para o entendimento da situação em que se encontram as mesmas com relação à segurança. E, para além das preocupações com a justiça, o documento busca a partir de um conhecimento técnico-científico, indicar as potencialidades da Capitania (mineralogia / botânica). No entanto, releva também, o estado de desordem que se encontra a mesma:

“Eu não dou conta a V. Ex^a, pella rotina dos Ministros do Ultramar, do estado de perturbação, e revolta em que achei esta Capitania, e de que hua duplicada desordem tinha tido origem; tanto por não importunar mais V. Ex^a, como porque espero que, serenado já algum tanto a discórdia dos espíritos, com m^a condescendência, e prudência Eu venha a concluir toda huma pacificação geral, e

com ella a ordem, e a tranqüillidade pública". (in Revista do Arquivo Público do Ceará, nº 1, ano 2005: 40)

Com o objetivo de acabar com essa imagem negativa, Barbelo apresenta um *projeto de melhoramento da capitania*, elaborado em 3 de março de 1787, onde de início, é apresentada a insatisfação com o aproveitamento econômico da mesma, fruto de uma falta de conhecimento sobre as potencialidades da Capitania: "(...) *A capitania do Ceará Grande, jas ainda quazi inculta e desaproveitada, e se pode dizer que se acha ao dia de hoje em princípios de sua povoação, e cultura*".

A partir de então, Barbelo indica os dois principais objetivos do projeto de melhoramento:

1. A geração de recursos para a construção de cadeias, para uma melhor aquietação dos povos, visto que a imagem de que a capitania é habitada por um grande número de "desocupados e vadios" deve mudar;
2. O aproveitamento das potencialidades econômicas, tendo em vista a "natureza pródiga" da capitania. Neste ponto o ouvidor declara que, além dos rendimentos limitados, a falta de ocupação apresenta-se como um dos principais problemas com relação ao não aproveitamento produtivo da capitania.

Aqui, retornamos às citações referidas no início deste tópico, para identificar que as determinações para a elevação de vilas foram parte integrante de um amplo projeto de adequação dos territórios da colônia à política mercantilista, onde o ideário mostra-se presente nos discursos, nas determinações régias e na implementação destas ações, de modo a criar-se uma *representação de um espaço*, que tende a se identificar como verdade absoluta.

Assim sendo, são perceptíveis no corpo das determinações, tanto nas vilas denominadas *de brancos* – o caso de Quixeramobim – como no caso das vilas *de índios* – o caso de Baturité - as imagens formadas da Capitania, como região onde há a necessidade de recolher em espaço "controlável" os ociosos – sejam os índios, sejam os "vadios e facinorosos" – para que estes tornem-se "produtivos" e auxiliem no "aumento do comércio e da agricultura". Pinheiro (in Revista do Arquivo Público do Ceará, nº 1, ano 2005:22) sintetiza o ideário:

“Tudo indica que a incorporação da Capitania do Ceará como espaço produtivo para o mercado externo estava subordinada aos interesses da indústria nascente. No entanto, esse processo não foi entregue ao acaso: havia um projeto para viabilizar o movimento de adequação da população às novas relações de mercado. Esse esforço foi direcionado em duas frentes: combate à “vadiagem” e a tentativa de criar possibilidades para que a população local tivesse condições para produzir. Certamente, a preocupação primordial não era o bem-estar da população nativa, mas tornar essa região útil, usando a linguagem de época, para garantir lucros a serem apropriados pelos comerciantes metropolitanos”.

As vilas, portanto, deveriam ser preparadas a partir de conceitos vinculados ao ideário iluminista português – iniciado no governo de D. João V e exercido de forma incisiva e autoritária no governo de D. José I, sob o pulso firme do primeiro ministro Pombal – que primava pela valorização da ordem e da disciplina formal. Tais referências podem ser encontradas nas determinações que se seguiram para o ordenamento das vilas cearenses. Na *Carta Régia de Icó, de 20 de outubro de 1736*, é determinado que

“(...) se erija uma vila no Icó junto onde se acha a igreja matriz elegendo-se para ela o sítio que parecer mais saudável e com provimento de água, demarcando-lhe logo lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e em primeiro lugar se delineiem e demarquem as ruas em linha reta com bastante largura deixando sítio para se edificarem as casas nas mesmas direituras e igualdade com os seus quintais competentes de sorte que a todo tempo se conservem a mesma largura das ruas (...)” (in Santos: 2001, 51).

A *Carta Régia de Aracati, de 10 de fevereiro de 1748*, traz diretrizes mais rígidas com relação ao ordenamento do espaço, ao definir com mais clareza os pontos ordenadores do novo traçado da vila, bem como a técnica a ser utilizada (cordeamento):

“(...)E sendo em o mesmo dia mês e ano atas declarado foi o sobredito ministro comigo escrivão ao sítio chamado Cruz das Almas por ser o que se acha mais conveniente para se demarcar a praça da nova vila em razão de ser mais alto e livre de inundaçãõ do rio Jaguaribe e afastado de lá sua ribanceira o que pareceu bastante deixar-se para uso e serventia do mesmo rio e sendo aí chegado as casas

do coronel Domingos Tavares mandou-se fincar uma grande carnaúba para do lugar em que esta se por cordiar por rumos direitos o lugar que havia de servir de praça à mesma vila e depois de posto o dito marco mandou deitar o rumo da agulha de marcar e cordeando a lés-sueste com cinqüenta e oito braças e meia no fim delas em pouca distância de umas casas que se disse eram de d. Rosa se mandou fincar outra carnaúba da qual virando o rumo ao sul-sudoeste se foi correndo a corda com cento e cinco braças no fim das quais se mandou levantar outra carnaúba donde seguindo o rumo alues-noroeste com outras cinqüenta e oito braças e meia no fim delas se meteu outro marco de carnaúba que fica (...) com o primeiro que se meteu junto às casas do coronal Domingos Tavares e desta sorte ficou fixada a praça com figura quadrangular, e seguindo o rumo no nor-nordeste que é o que faz face pela parte do rio e chegando ao meio dele com cinqüenta e duas braças e meia se botou o rumo de lés-sueste a buscar o meio da praça demarcada com vinte e nove braças e uma quarta onde se assinou o lugar do pelourinho, etc”. (in Santos: 2001, 52).

No entanto, a falta de um corpo técnico habilitado – o que evidencia uma falta de controle mais rígido – bem como as necessidades de adaptações ao meio social e geográfico, fizeram com que houvesse um certo distanciamento entre o que se propôs (sua representação) e o que foi implementado. Tal questão já pode ser vista de outra forma, nas *determinações para a Vila de Monte-mór o Novo d’América*, criada em 14 de abril de 1764. Já sob as determinações do Primeiro ministro Pombal, o *Termo de Determinação e Assignação do Terreno da Vila* contou com a orientação do engenheiro Custódio Francisco de Azevedo, que se utilizando das técnicas adequadas para demarcação¹¹, procedeu o alinhamento da vila, seguindo o plano elaborado, assim descrito por Castro (in Revista do Instituto do Ceará, t. 113, ano 1999: 49)

“O plano da vila constava de uma grande praça com 80 braças de comprimento e 45 braças de largura (176m x 99m), com a “figura de um paralelogramo rectangulo”. No eixo longitudinal da praça, saía “a rua principal da entrada da

¹¹ Através do instrumento definido como *prancheta* ou círculo *dimensório*, como mandava o *novo methodo de fazer as cartas geographicas* (citado no *termo de demarcação e assignação do terreno*). (Castro in Revista do Instituto do Ceará, t. 113, ano 1999).

*mesma praça de 85 palmos de largo” (18,10m). Várias “ruas travessas” perpendiculares à praça e à rua principal estão devidamente indicadas no longo e minucioso Termo de Demarcação, além da locação dos lotes de morada, todos com “trinta palmos de frente e outros tantos de fundo”, e também dos terrenos destinados à igreja, às casas de “camara e mais officinas publicas”. A igreja localizava-se na parte central de uma das faces menores da praça (no outro lado menor saía a rua principal) enquanto as repartições públicas ocupavam também pontos centrais, mas localizados em cada um dos lados fronteiros da mesma praça. A distribuição dos lotes, permitindo a construção de 154 casas de moradas, à parte “tres que ficam fóra d’ella, que já se acham feitas”, atendia portando às determinações legais, que exigiam, como foi dito, um projeto para um mínimo previsto de 150 moradas (para índios)”.*¹²

O fato é que, com profissional habilitado e com um plano mais detalhado, a vila de Baturité foi demarcada com mais precisão, o que pôde ser verificado pelo próprio Castro, comparando a configuração física existente às determinações régias, e concluindo ser esta vila a única executada de modo fiel à legislação. Mas é o próprio autor que também irá indicar a não realização do objetivo principal da criação da vila, como espaço para reunião e aldeamento de índios para um melhor apaziguamento e aumento da produtividade dos sertões, em função de alguns fatores, tais como: a ocorrência da seca; a não adequação dos índios ao cotidiano da vida urbana; e uma paulatina expulsão dos mesmos pelos primeiros moradores brancos e mestiços. O espaço social, portanto responde à tentativa de idealização constituída pelo entendimento do mesmo como espaço abstrato. (VER PRANCHA 1, p. 118, sobre a cartografia como *representação*).

A constituição do território cearense segue, balizada entre paradoxos e conflitos, tendo como objetivo primeiro a inserção da Capitania na lógica da produtividade. Em 1799, o Governador Bernardo Manoel de Vasconcelos preparou uma Memória da Capitania, baseada em mapa elaborado por uma pessoa citada pelo governador, de nome Targini. O

¹² Para uma noção mais ampla do documento, consultar Santos (2001, 56-57).

documento utiliza-se em princípio do argumento de ser a Capitania dotada de uma natureza pródiga:

“He a Capitania do Seara bem concideravel, em sua grandeza, como o mostra hum mapa, bem circunstanciado, que o mesmo hábil Targini, trasou de todo o seu território. Pella sua ilustração se conhece, ser ar saudável, o Ceo sereno, campanhas amenas, Serras fertilíssimas, rios caudalozos, maiorm^{te} na estação das Agoas”. (in Revista do Arquivo Público do Ceará, nº 1, ano 2005:72)

São reveladas também outras potencialidades, como a facilidade de aportagem na Capitania. Entretanto, a existência dessas circunstâncias não são suficientes para que a mesma tenha um desenvolvimento adequado. Neste sentido, o documento apresenta alguns argumentos que buscam explicar este fato. Dentre eles, o não desenvolvimento da agricultura, por falta de homens hábeis e de artífices, fato que acontece, ainda por conta da subordinação desta Capitania a Pernambuco. Diante desse aspecto, o governador insiste na necessidade de uma relação mais autônoma da Capitania, através, inclusive das relações de comércio direto com Lisboa.

Para corroborar com a imagem de natureza pródiga o relatório cita a situação das vilas mais importantes, cuja representação é feita a partir do critério da produtividade:

“As Villas, e Povoações, da capitania, estabelecidas, pellos Europeos, e seus descendentes, a que tem a primeira preferencia, he a Villa de S.Cruz de Aracati, cituada nas margens, do Rio Jaguaribe, adonde a oportunidade de Barra, estabeleceu a principal Feitoria das carnes Secas, e morrera todos os annos p^a sima, de sincoenta mil rezes, e se embarcão, mais de vinte mil arrobas de algodão; A Segunda na grandeza, he a do Sobral, asentada, nas margens do Rio Acaracú – de igual feitoria, e comercio p^a m^{tas} embarcações, e especuladores, das capitancias, de Pernambuco, e Bahia; A que entra na terceira ordem, he a Villa de Icó estabelecida, no centro da capitania, na distancia, de mais de secenta legoas, do Porto do Mar, que serve de único deposito, das produções, do interior do Paiz, p^a serem conduzidas as Villas marítimas, no tempo oportuno// da Navegação; A Villa da Granja, que domina a Foz do Rio Camissi, tem em si, hum grande comercio de carnes, e algodão, q’atrahe pello seu Cômodo, m^{tas} embarcações, e traficantes, das

capitanias Circunvizinhas (...)” (in Revista do Arquivo Público do Ceará, nº 1, ano 2005: 73).

Da capital, Fortaleza, evidencia-se uma imagem de descaso, devido à sua situação, dentro do quadro econômico da Capitania: “(...)He de menor extemção, e Povoação, a Villa de Fortaleza, donde rezide o Gov^{or} e se acha acantonada, huma única Companhia, de Tropa paga, que goarneze a Fortaleza da Assumpção, estabelecida, nas praias do Oceano”. (in Revista do Arquivo Público do Ceará, no 1, ano 2005: 73).

1.2. SÉCULO XIX – A AUTONOMIA DO CEARÁ NO ÂMBITO DA CONSTITUIÇÃO DE UMA NAÇÃO EMERGENTE

Dentro de uma perspectiva nacional, a vinda da Família Real para o Brasil, e como consequência, a elevação da colônia a Reino Unido de Portugal e Algarves, foram fatores que acarretaram a necessidade de modificação da imagem do Brasil, que passa a figurar não mais como uma simples colônia, mas como um dos principais pólos de dominação do Reino Português. Um pouco mais tarde, agora já como nação independente, a busca da organização de um Estado, a criação de uma nação e a afirmação de uma hegemonia tornaram-se metas a serem conquistadas, evidenciando de maneira mais forte a necessidade de constituição e consolidação da imagem de um país promissor.

Intenções civilizatórias foram as molas propulsoras para a formação de uma nova imagem desta importante colônia, e as ações em torno das cidades passariam a ser não só de exploração. Estas trariam também a intenção de civilizar: conhecer, classificar e esquadrihar as peculiaridades do país para melhor controlá-lo, o adequando aos padrões europeus.

As preocupações com a estética e a salubridade eram evidentes e tinham como objetos de maior atenção as principais capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O discurso médico fazia-se presente através dos princípios da teoria miasmática, logo assimilados por

engenheiros e arquitetos, responsáveis pela transferência de todos esses ideais para a esfera do urbano. Ainda que esse movimento tenha sido intenso nas principais capitais, não ficou restrito às mesmas. A difusão dessas idéias contemporiza também as áreas onde manifesta-se a necessidade de inserção das mesmas na lógica da produtividade. O território cearense apresenta-se como referência dentro deste processo.

No século XIX, já politicamente desvinculada da capitania de Pernambuco – separação ocorrida em 1799 – a capitania do Ceará continua sendo alvo de *representações* que tendem a enfatizar a necessidade de desenvolvimento econômico e a necessidade de adequação aos padrões civilizatórios. É o que poderemos constatar a partir de análises realizadas em documentos e ações que buscam a inserção da província, agora autônoma, no âmbito da constituição de uma nação emergente.

1.2.1 OS RELATÓRIOS SOBRE A PROVÍNCIA: CONTRAPONTO ENTRE OS DISCURSOS DE BARBA ALARDO E DE SILVA PAULET.

No documento intitulado *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará Grande escripta em 18 de abril de 1814, pelo Governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes*, permanece a questão de como acabar com a ociosidade dentro da Capitania, através do desenvolvimento da agricultura e animação do comércio. Para isto, o documento prima pela constituição de novas comarcas na Capitania, amparado no quantitativo da população. O governador sugere a multiplicação das vilas, sempre imbuído de uma argumentação civilizatória, que visa, por exemplo, a constituição dessas vilas com a presença de uma paróquia, “para a civilização dos habitantes”.

O governador fala de uma falsa representação que se fez da capitania, como “árida e estéril”, e afirma que a capitania de Pernambuco durante muito tempo tomou partido desta imagem errônea. Visando a reversão deste quadro, Barba Alardo desenvolve uma visão positiva da capitania do Ceará, cujo objetivo principal era mostrar a partir de dados materiais que o Ceará é digno de ser incluído na classe das capitanias de primeira ordem:

“Tem poucos rios navegáveis, mas infinitas ribeiras, immensas serras de prodigiosa producção de todos os gêneros, especialmente de algodoes, excellentes águas, saborosos fructos e os seus ares talvez sejam os melhores deste continente, como se comprova do grande numero de pessoas, que tem de avançada idade.(...) De 1803 em diante a sua agricultura tem ido no maior augmento; e muito mais ainda o seu commercio, em rasão do seo local, por terem os seos portos a vantagem sobre os outros do Brazil de serem as viagens para a Europa, e d’ahi para os ditos, muito mais abreviadas; por soprarem os ventos constantemente de nordeste para leste sueste, e de se não encontrarem durante ella, baixos, e ser de fácil reconhecimento, pelas grandes montanhas, que mui de longe se avistam em toda a extensão de cento e quarenta legoas, mais ou menos, de leste a oeste (...)”.
(in Revista do Instituto do Ceará, T. 11, 1897: 40)

Complementando a *Memória*, o governador traça um quadro das vilas da capitania do Ceará grande, na maioria dos casos evidenciando um nítido desenvolvimento econômico das mesmas, a se revelar na constituição do quadro urbano.

Alguns anos mais tarde a *Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará pelo Coronel de Engenheiros Antonio José da Silva Paulet (1818)*, retrata outra imagem da capitania, que praticamente negava o que foi dito por Barba Alardo, este baseado, segundo consta, em dados fornecidos pelo Naturalista Feijó.¹³

Para Paulet, a extensão e quantidade de vilas não são elementos que contribuem para atestar o desenvolvimento e a importância econômica da Capitania. No sentido inverso do que pretende Barba Alardo, Paulet passa a enumerar vários aspectos que indicam o fraco desempenho da mesma, tais como: a inexistência de fontes e poços de captação de água, a pouca produção de frutas e hortaliças, o pouco provimento de carne seca e de farinha, a pouca safra de algodão, a fraca produção de açúcar, a má utilização dos recursos da terra, os efeitos negativos da seca. Até a própria existência de recursos mineralógicos é vista por

¹³ Conforme citam Castro (In Revista do Instituto do Ceará, t. 113, ano 1999) e Nobre (1997)

Paulet como uma certa dose de exagero, pois os recursos de fato existem, porém escassos e rarefeitos.

Com relação às vilas, Paulet traça um quadro desolador: quase todas são tidas como espaços arruinados, sem aspectos que as caracterizem como quadro urbano, com infra-estruturas deploráveis.

Seria interessante, portanto, traçar alguns paralelos das representações que fazem Barba Alardo e Paulet sobre essas vilas. Em alguns pontos essas *representações* se assemelham, como atesta a leitura que os mesmos fazem da capital, Fortaleza, como cidade com um quadro urbano incipiente, e fruto de uma economia sofrível. Imagem semelhante é feita das cidades de Aracati e Icó, como principais centros comerciais dentro do sistema econômico da Capitania. Entretanto, se analisarmos os relatos sobre a cidade de Aracati, percebemos que a leitura de Barba Alardo mostra-se bem mais positiva. Para Alardo:

“A sua matriz da invocação de Nossa Senhora do Rosário é um excellente templo, aonde se fazem, com muita dignidade, todas as funcções da nossa religião, e o mesmo se pratica nas capellas do Senhor Jesus do Bomfim, de Nossa Senhora dos Prazeres e do Rosário, que todas vi decentemente ornadas. A casa da câmara é sem duvida a melhor da toda a capitania, e a mais assejada e mobiliada. A da inspecção do algodão é muito superior á da Capital; e a do açougue é magnífica, como ainda não encontrei nenhuma.(...) Também são dignas de attenção as casas dos principaes negociantes, por serem à moderna; e como ficão todas na rua principal, de grande extensão e largura, fazem uma perspectiva muto agradável; estes negociantes, em não pequeno, numero não só são os mais ricos da capitania, mas até os mais polidos e bem educados”. (in Revista do Instituto do Ceará, T. 11, 1897: 46)

Enquanto para Paulet, Aracati, apesar de apresentar-se como

“(...) a mais opulenta da capitania, de mais população dentro da villa, e aonde se acham cazas de sobrado; o que é devido a ser o ponto de embarque das produções dos algodões e solas do seo termo, da villa das Russas ou de São-Bernardo, Campo-maior, Icó e de todo o Jaguaribe, e da villa de Monte-mór o Novo, em

parte. Conseqüentemente é o porto de desembarque dos gêneros, que de Pernambuco vem para este lado da capitania”.

Também apresenta aspectos negativos:

“(...) O porto é mui mesquinho, por bancos de areia movediça; entram n’elle sumacas, e só nas conjunções das luas; a sahida é mais dificultosa, por ser necessário combinar precisamente certos dias depois dos dois períodos da luas com o terral a uma determinada hora, circunstancias que as vezes faltam, e fazem a demora de um, dois e três mezes, depois dos barcos carregados. Augmentou-se esta villa rapidamente em relação ás outras, mas acabou-se o motivo”. (in Revista do Instituto do Ceará, T. 12, 1898 : 13)

Em descrições como as da vila de Sobral, as divergências aparecem de modo mais claro.

Enquanto Alardo elogia a situação,

“(...) É a segunda villa mais antiga do sertão, e também muito interessante em conseqüência das suas ricas serras, que produzem preciosos algodões. (...)A sua lã poderá vir a ser ainda algum dia um importante ramo de commercio; (...) Os seus ares são admiráveis e do mesmo modo as suas águas e fructos, por cuja razão se pode afirmar que é em todo o sentido uma das mais singulares da capitania”. (in Revista do Instituto do Ceará, T. 11, 1897: 52)

Paulet nos dá outra idéia da vila:

“Tem uma caza de câmara e uma cadeia por acabar. O conselho tem de renda annualmente 400\$000. (...) O commercio de exportação reduz-se a 70000 meios de sola, que annualmente se navegam para Pernambuco; o mais é gado. Não produz algodão; aonde se colhe que a villa não é da importância, que se lhe pretende dar; o que confirma o produto annualmente da décima, que monta a 130\$000. Há na villa uma única caza de sobrado.(...) O termo é pobre e mal povoado, e por isso os traficantes são de pequenos fundos, sendo suficientes trez viagens de uma sumaca cada anno para fazer o comercio d’esta villa, de Villa-Viçosa e Vila-Nova de El-Rei”. (in Revista do Instituto do Ceará, T. 12, 1898, 19)

Com relação às vilas de Índios, a divergência continua. Analisando os relatos sobre Messejana, Alardo afirma que

“(...) Na sua grande praça fica a casa da câmara, que é muito boa, e o hospício que tinham os jesuítas, ainda muito soffrivel, junto a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, de trez naves e muito bem conservada. O seu director tem debaixo do seo commando oito companhias, cujos índios não deixão de ser curiosos na cultura das terras”. (in Revista do Instituto do Ceará, T. 11, 1897: 43)

Em contraponto, Paulet discorre sobre a mesma vila:

“(...) Há uma каза de câmara e cadeia, alguma plantação, e os Índios se empregam pela maior parte em servir os habitantes da villa da Fortaleza. Os negócios forenses são taes, que o escrivão serve quazi por favor, não tira provizão do governo, porque os emolumentos não lhe dão para pagar, e serve com o provimento do ouvidor. (...) Tem a villa 59 cazas, 17 por acabar sem portas, 15 arruinadas, 7 de homens brancos e 17 em estado de habitação, todas insignificantes. Tem freguezia privativa. Parece que seria melhor extinguir a denominação de villa e unir a povoação á villa de Fortaleza”. (in Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, T. 12, 1898: 16)

A confrontação destes dois documentos nos revela, portanto, que a constituição dessas *representações* dependerá, necessariamente, do que se pretende mostrar ou estabelecer, como objetivos e metas.

1.2.2. OS CÓDIGOS DE OBRAS E POSTURAS COMO NORMATIVA PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA REPRESENTAÇÃO ESTÉTICA DE UM PAÍS CIVILIZADO.

Dentro do quadro político-administrativo da província, as principais vilas são elevadas à cidades, a saber: Sobral – Lei 229 de 12 de janeiro de 1841; Icó – Lei 244 de 25 de outubro de 1842; Aracati - Lei 244 de 25 de outubro de 1842; Crato – Lei 628 de 17 de outubro de 1853; Granja – Lei 692 de 03 de novembro de 1854; Quixeramobim – Lei 777 de 14 de

agosto de 1856; Baturité – Lei 844 de 09 de agosto de 1858; e Russas – Lei 900 de 09 de agosto de 1859. Estas cidades serão alvo da constituição de uma representação idealizada do espaço, através dos Códigos de Posturas, que irão primar por uma lógica formal de disciplinarização e uniformização, com preocupações também de caráter higienizador, todos subjugados a padrões vinculados a uma imagem de cunho europeizante. Alguns preceitos regidos pelas determinações das cartas régias são revisitados.

Dentro desse quadro, receberão Posturas Municipais, dentre outras, cidades como Aracati (Leis de 1838 e 1854), Sobral (Leis de 1844, 1845 e, posteriormente, seguindo semelhantes princípios, 1930), Icó (Lei de 1850) e Crato (Lei de 1885). Apresentamos aqui um conjunto de pontos em comum nas referidas posturas, que reforçam o caráter de tentativa de uniformização e higienização destas cidades, no intuito de transformá-las numa *representação* de imagem de cunho eurocentrista.

É ponto comum em algumas posturas a preocupação com a salubridade, onde faz-se referências à proibição de determinadas atividades dentro do quadro urbano, tais como as salgadeiras de couro, os armazéns de sal, e o abate do gado. Algumas posturas também trazem a proibição da criação de animais e da exposição de couros no perímetro urbano, bem como a localização adequada para currais e matadouros.

A obrigatoriedade do correto alinhamento das ruas, becos e travessas, sendo esta atividade uma tarefa destinada ao arruador e corduador na figura de técnicos habilitados, também é um ponto evidenciado com bastante ênfase nas posturas. Merecem destaque também a uniformização das testadas das casas, com indicação da dimensão da fachada, do número de vãos, da dimensão dos vãos, e a presença obrigatória de cornijas.

Algumas posturas revelam também a necessidade de apagamento de determinados elementos formais que evidenciavam uma certa prática construtiva vinculada aos padrões coloniais. Assim sendo, são proibidas as rótulas nas janelas, bem como se propõe a retirada de alpendres e telheiros e das urupemas. Em contrapartida presencia-se em alguns casos, a sugestão de fingimentos de vãos, para garantir a uniformidade e rigidez formal dos

edifícios. Como resultado da imposição dessa rigidez formal, um olhar atento durante percursos realizados por estas cidades irá perceber a materialização dos preceitos estabelecidos. (VER PRANCHA 2, p. 119)

1.2.3. AS REPRESENTAÇÕES CIENTÍFICAS: OS RELATOS DOS VIAJANTES E A PRESENÇA DA COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO.

Processo comum a este, revelado pelos Códigos de Obras e Posturas podemos perceber nas intenções trazidas pelo ideal de (re)conhecimento da província do Ceará, a partir das descrições contidas em relatos de viajantes, bem como nas premissas estabelecidas pelas Comissões Científicas que exploraram as terras do Brasil Imperial. Dentro desse contexto, apresenta-se aqui, como exemplificação, um relato que parte do olhar estrangeiro do botânico inglês George Gardner, que percorreu as terras brasileiras – com ênfase no interior do país e, dentre estas, o Ceará – entre 1836 e 1841, e também de algumas apreensões colhidas das descrições da Comissão Científica de Exploração, que percorreu a província do Ceará durante o período de 1859-1861.

1.2.3.1. O CEARÁ, NA VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL, DE GEORGE GARDNER (1836-1841).

Os relatos de Gardner, contidos no livro *Viagem ao Interior do Brasil*¹⁴, inserem-se na ótica do olhar naturalista do século XIX, baseados em uma leitura técnico-científica, que busca apreender o lugar sob o ponto de vista do conhecedor, já orientado a captar a paisagem – em seus aspectos físico-geográficos, naturais (fauna e flora) e econômicos – e o povo que a habita – através dos elementos identificadores do caráter, dos hábitos e costumes, e das condições sócio-econômicas – a partir do exótico, de um olhar estrangeiro, que recebe tais informações como algo novo, e as decodifica a partir de seus parâmetros de conhecimento, ou seja, apreende-se algo que não faz parte de seu universo de conhecimento, mas decodifica-se o apreendido a partir do seu próprio universo.

¹⁴ Ver Gardner, George. *Viagem ao Interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda, 1975. Coleção Reconquista do Brasil. Vol.13.

A citação contida no prefácio do referido *Viagem ao Interior do Brasil*, na qual afirma-se que o Botânico inglês faz uma descrição de um país que ninguém mostrou ao mundo, revela, para além da tentativa de captar o que ainda não é suficientemente conhecido, uma capacidade de interpretação que tende a ser tomada como verdadeira, pois apresenta-se amparada no cabedal de conhecimento do autor, viajante-cientista.

No mesmo prefácio, afirma-se que Gardner raras vezes baseou-se em informações recebidas de outros, fator que confirma também uma das grandes características do olhar do viajante naturalista do século XIX: a necessidade do contato direto com o lugar.¹⁵

Dentro deste contexto, o olhar treinado de Gardner percorre o interior do Brasil, chegando a retratar trechos da província do Ceará, mais especificamente a região do Vale do Rio Jaguaribe e o Cariri. No caminho percorrido, discorre sobre a vastidão das planícies, a paisagem marcada pelas serras, e a presença marcante da vegetação xerófila e das grandes extensões dos carnaubais, a presença dos rios. Surpreende-se com as mudanças na própria paisagem, principalmente quando sai da aridez do sertão centro-sul e encontra a chapada do Araripe, tendo como portal de entrada a vila do Crato:

“Na mesma tarde, após jornada de duas léguas e meia, chegamos à Vila de Crato. (...) Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto. (...) A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra de Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas. (...) A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da

¹⁵ “(...) Ao valorizar a viagem de pesquisa para recolher “literatura em matéria”, o escritor retoma o modelo das viagens científicas como forma privilegiada de produzir conhecimento. Dentro de uma tradição iluminista, os naturalistas consideravam insubstituível a experiência da viagem, a observação direta, as notas tomadas in loco, opondo-se radicalmente aos estudiosos de gabinete. Para eles, seguindo os preceitos de Rousseau, quem quisesse “ler o livro da natureza, deveria pisa-lo com seus próprios pés” – procedimento que não excluía o diálogo com fontes escritas anteriores, para complementar ou refutar os dados registrados”. (Costa, Ana Luiza Martins. O Olhar do Viajante, in Revista do IPHAN, nº 29, Brasília: 2001, 44-45)

paisagem, tão diferente de quanto, havia pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas ‘em paz com tudo em torno’”. (Gardner: 1975. 92).

A sensação de surpresa já tinha sido evidenciada por Gardner antes mesmo de adentrar o território cearense, por ocasião do contato que teve durante o período de transição entre verão e inverno, onde a chegada do período chuvoso transforma em campos verdejantes o que há pouco tempo era só aridez.¹⁶

Para além dos aspectos físico-geográficos descritos, Gardner também se detém sobre o exame das vilas pelas quais passou durante o referido percurso – Aracati, São Bernardo (atual Russas), Icó, Lavras da Mangabeira, Crato e Barra do Jardim – em seus aspectos demográfico, econômico, físico e sócio-cultural. Descreve também o aspecto construtivo dos edifícios públicos e das habitações. E as decodifica a partir de seu universo de conhecimento, fato que irá indicar uma sensação de “estranhamento” por parte do viajante-cientista, revelando o choque entre mundos – o mundo do conhecedor, civilizado e o mundo do que está sendo conhecido e revelado, que se mostra na maioria das vezes simplório, inculto, fora dos padrões de conveniência moral, porém, com possibilidades de reversão deste quadro, adequando-se aos padrões de progresso e civilidade.

No quadro de vilas descritas, Aracati, Icó e Crato são enfatizadas, visto que são as vilas que apresentam um maior desenvolvimento econômico, que vem a se refletir no quadro urbano. Em Aracati, Gardner descreve o espaço físico, complementado por dados demográficos e econômicos:

“A cidade de Aracati ergue-se na margem leste do rio e consiste quase só de uma rua larga. Tem quatro belas igrejas e suas casas são geralmente de dois andares. A

¹⁶“(…) Em meu regresso de Maceió a Pernambuco, o Dr. London, que então se achava na cidade, ofereceu-me generosamente o uso de sua casa de campo, onde fiquei de fins de abril a princípios de julho. Quando fui para lá, mal começado a estação das águas, pude observar o extraordinário efeito que umas poucas chuvas haviam produzido na vegetação. Três meses antes, ao partir dali, deixara murcha e queimada toda a vegetação rasteira, enquanto as próprias árvores tinham cor pardacenta e aspecto doentio. Agora, porém, tudo estava renovado e verdejante. A grama e as plantas herbáceas alastravam-se pela superfície da terra, irrompendo em flores. Árvores e arbustos vestiam-se das pompas do verão e o verde cálido das folhas casava-se aos variados matizes das flores”. (Gardner: 1975. 79)

população conta cerca de cinco mil almas, gente paupérrima na maioria. Grande quantidade de carne seca se preparava aqui, em tempos idos, para exportação a outras partes do Brasil, mas este comércio tem declinado grandemente, sendo atualmente algodão e couro os principais artigos de exportação. De algodão exportam-se anualmente cerca de cinco mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras; de couros, cerca de dois mil”. (Gardner: 1975, 81).

Com relação aos aspectos construtivos, aponta-se para a importância da carnaúba como material preponderante no sistema estrutural das edificações, mas não se reduzia a apenas esta utilização: “(...) O tronco desta utilíssima palmeira é usado pelos habitantes para quase todos os fins a que se pode aplicar a madeira. É de tal resistência que a parte inferior, especialmente dos troncos plenamente crescidos, dura anos e anos, ainda quando exposta ao tempo. Por isso, com ele se fazem todos os currais de gado, cortando-se a madeira em sentido longitudinal”. (Gardner: 1975, 82)

Na descrição feita sobre a cidade de Icó, Gardner traz, para além do descrito em Aracati – aspectos físicos e demográficos – a vocação comercial da cidade:

“A cidade de Icó, uma das principais do interior da Província do Ceará, está situada em uma planície a leste do Rio Jaguaribe, que toma aqui o nome de Rio Salgado. Diz-se que a população é de seis mil habitantes. A planície, bastante vasta, é limitada a leste pela Serra de Pereira e ao oeste por uma cadeia de montes bem mais baixos. A cidade consiste de três ruas principais que correm quase no sentido norte-sul, cortadas por outras menores. As casas são feitas de tijolos, por não se encontrar nos arredores madeira de dimensão suficiente. Com exceção de meia dúzia, são todas térreas e branqueadas por uma espécie de cal abundantíssima na região montanhosa a umas trinta léguas para o oeste. A rua principal é larga, com algumas lojas bem sortidas; tem quatro belas igrejas, um sólido cárcere, e um mercado em que diariamente se expõem à venda carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, abóboras, abacaxis, melões, melancias, laranjas e limas”. (Gardner: 1975, 87).

Porém, apesar de toda essa vocação comercial, que aponta para uma condição “positiva” do lugar:

“(...) Todas as frutas são trazidas de longe, porque os arredores secos e áridos nada produzem, salvo no tempo das águas, que dura apenas quatro meses. A curta distância avistam-se as numerosas matas decíduas chamadas caatingas, mesmo estas despidas de folhas, nada havendo à vista que mereça o nome de árvore. O próprio rio que, a julgar pelo leito, deve ser bastante largo durante as chuvas, estava agora seco em muitos lugares, apresentando apenas, aqui e ali, profundos poços, abundantes de variadas espécies de peixes, que, entretanto, logo se esgotam”. (Gardner: 1975, 87).

Os aspectos “negativos” da vila ganham uma dimensão ampliada quando se revela a condição de deficiência de serviços públicos – como a inexistência de médicos – e a ignorância e rudeza da sociedade icoense, revelada por Gardner com relação ao aspecto da religiosidade:

“Poucos dias depois de minha chegada aqui, fui visitado pela maioria da gente distinta do lugar, e, como logo lhes retribuí as visitas, em breve formei numerosas relações. Um de meus visitantes mais assíduos era um velho sacerdote, muito curioso de saber tudo o que dizia respeito à Inglaterra. Uma de suas primeiras perguntas, foi se eu era ou não batizado e em que religião. E, como eu lhe respondi que era protestante, retrucou-me: - Ah! então o sr. é pagão! (...) Esta sua ignorância vi prevalecer igualmente em quase todo o clero inferior que encontrei nas províncias do norte. Tive grande custo em convence-lo de que os princípios fundamentais de nossas respectivas religiões eram iguais; depois disso, quando perguntado sobre minha fé religiosa, limitava-me a dizer que era cristão, e isso bastava para merecer respeito”. (Gardner: 1975, 87).

Com relação à Vila do Crato, o aspecto risonho e alegre despertado no botânico, quando de sua chegada ao Cariri, contrasta com a leitura que o mesmo faz da cidade, tida como pequena e mísera:

“É uma cidade pequena e suficientemente mísera com um terço de Icó em tamanho. Suas casas, muito irregularmente construídas, são todas térreas, com uma só exceção. Tem uma cadeia e duas igrejas, mas a primeira destas, inacabada, já tem toda aparência de ruína, pelo tempo em que a deixaram assim. A

cadeia, também está de tal modo arruinada, que mal lhe cabe o nome de prisão, embora encerre sempre uns poucos criminosos”. (Gardner: 1975, 93).

Mas é nas questões relativas à moral e aos costumes que Gardner vai demonstrar o maior estranhamento e revelar com mais clareza as tensões e os conflitos gerados a partir do cruzamento dos dois mundos. Gardner indica que a população consiste na sua maioria de índios ou descendentes destes, sendo “(...)famigerados por sua índole revel às leis”. Revela também da prática comum de assassinato e outros crimes, por conta, segundo o mesmo, desta índole. Em conseqüência, os poucos homens das leis pouco podem fazer para amenizar o quadro apresentado.

Com relação à moral dos habitantes, Gardner informa que é em geral baixa, posto que o jogo de cartas é a ocupação principal: “(...)Durante o dia, quando faz bom tempo, vêem-se grupos de todas as classes, desde os que se chamam gente boa até os de ínfima condição social, sentados nos passeios à sombra das casas, profundamente absorvidos no jogo”. No que diz respeito à vida familiar, Gardner mostra-se mais perplexo diante do quadro apresentado, pois “(...) Raramente os homens da melhor classe social vivem com as esposas: poucos anos depois do casamento, separam-se delas, despedem-nas de casa e as substituem por mulheres mais moças que estão prontas a suprir-lhes o lugar sem se prenderem pelos vínculos do matrimônio. Sustentam assim duas casas. Entre outros que vivem nesta situação posso mencionar o juiz de direito, o juiz de órfãos e a maior parte dos comerciantes”.

Nem mesmo o clero escapa da observação do botânico: “(...) Nem admira que tal seja o nível da moral quando se leva em conta a conduta do clero. O vigário, que era então de setenta e oito anos, era pai de seis filhos naturais, um dos quais foi educado para ser sacerdote, depois se tornou presidente da província e era então senador do império, conquanto ainda conservasse seu título eclesiástico”.

Se o quadro das principais vilas é pintado a partir do cruzamento entre aspectos positivos e negativos, às vilas de menor importância é imputada uma imagem quase sempre desoladora, e de fragilidade do quadro urbano – associado à imagem de ruína –, onde geralmente apenas os edifícios públicos se destacam-se, notadamente as igrejas.

Assim o autor reporta-se à Vila de Barra do Jardim: “(...) *A Vila da Barra do Jardim fica ao sul de Crato, um tanto inclinada para leste, situada num vale de cerca de uma légua de extensão por meia de largura na parte mais ampla. A Vila é pequena, em forma de largo quadrado, com apenas três lados completos, tendo quase no centro sua única igreja, também inacabada*”. (Gardner: 1975, 93). E com relação à Vila de Lavras da Mangabeira, a sensação de arruinamento é mais marcante: “(...) *A Vila de Lavras da Mangabeira está situada às margens do Rio Salgado, contendo de oitenta a cem casas, todas pequenas e muitas caindo em ruínas*”. (Gardner: 1975, 89).

É interessante salientar que a região onde encontrava-se a vila de Lavras era alvo de uma apreciação mais específica, pois acreditava-se na existência de metais preciosos em abundância, o que foi levado em consideração nos estudos do botânico inglês:

“Encontra-se ouro nos arredores, em solo aluvial escuro, pouco abaixo da superfície. (...) De tempos em tempos se tem aí estabelecido lavagem de ouro, sem nenhum resultado satisfatório, tendo sido a maior destas tentativas realizadas cerca de doía anos antes de minha chegada. O presidente da província com outras pessoas organizaram-se em sociedade e mandaram vir dois mineiros ingleses para dirigir as operações; tinham continuado em seus labores até dois meses antes, quando o trabalho foi abandonado. (...) Cerca de um ano mais tarde encontrei um desses mineiros em parte bem remota do país e dele ouvi que o ouro existe em quantidade demasiada pequena para compensar o custo da extração. Outro impecilho era a falta eventual de água”. (Gardner: 1975, 89)

Malgrado toda uma representação de aridez e fragilidade econômica da província, outra *representação* gerada pela crença na existência de jazidas de recursos minerais – inclusive, o ouro – tornou-se uma das principais causas da vinda, em 1859 de uma Comissão Científica de Exploração, que trazia como novidade o fato de ser “genuinamente brasileira”.

1.2.3.2. A COMISSÃO CIENTÍFICA DE EXPLORAÇÃO (1859-1861).

A idéia da constituição da citada comissão não pode ser entendida como um fato isolado: fez parte de um projeto científico e cultural ocorrido durante o império, que buscava consolidar a imagem de um país promissor, cujo objetivo era a busca de uma identidade nacional para o mesmo, culminando na criação de algumas instituições que serviriam como amparo científico e cultural para a realização de tais premissas.¹⁷ A própria postura de D. Pedro II, sempre à frente em determinadas ações, fato evidenciado nas visitas de reconhecimento que faz às províncias mais distantes do país, revelará a importância deste empreendimento.

A busca pela identidade parte do princípio do autoconhecimento: catálogo e registro das riquezas de nosso solo e subsolo, dados estatísticos sobre a população do país, e notas sobre o desenvolvimento moral e material do nosso povo. Este autoconhecimento foi tomado como ponto fundamental, visto que era necessário, antes de tudo, que a leitura feita acerca do país, fosse elaborada não pelos estudiosos e viajantes estrangeiros, mas por um quadro constituído por intelectuais e acadêmicos brasileiros, conhecedores de uma realidade mais próxima.¹⁸

¹⁷ Conforme Porto Alegre (2003, 22), “(...) *Entre 1808 e 1840, o governo imperial patrocinou o estabelecimento de várias instituições ligadas à cultura, às ciências e às artes no Rio de Janeiro, como a Imprensa Régia, a Biblioteca Real de Belas Artes, o Real Arquivo Militar, a Academia Médico-Cirúrgica, o Conservatório Dramático, a Academia de Ópera Lírica, o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”.

¹⁸ Sobre a questão do autoconhecimento, a citação de Braga (2004, 20) é esclarecedora: “(...) *Ninguém melhor refletiu o estado de espírito reinante sobre a projetada missão do que o visconde de Sapucaí, no discurso de abertura da sessão magna do Instituto, a 15 de dezembro de 1856. Depois de afirmar que ela representava a ‘realização de um pensamento que há muito afagavam os brasileiros letrados’, pergunta, mais adiante: ‘E não vos parece, senhores, que já era tempo de entrarmos, sem auxílio estranho, no exame e investigação deste solo virgem, onde tudo é maravilhoso? De desmentirmos esses viajantes de má-fé ou levianos que nos têm ludibriado e caluniado? De mostrarmos, finalmente, ao mundo, que não nos faltam talentos e as habilitações necessárias para as pesquisas científicas?’*”

Dentro destes princípios, a comissão contou com pessoas de renome, nas seções assim constituídas, segundo Braga (2003, 248-249): “(...) *O pessoal da Comissão Científica, que desembarcou no Ceará a 4 de fevereiro de 1859, se achava assim distribuído: Seção Botânica, dirigida pelo presidente de toda a comissão, o Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão, tendo por adjunto o Dr. Manuel Freire Alemão; Seção Zoológica, a cargo do Sr. Comendador Manuel Ferreira Lagos, tendo por ajudantes os naturalistas preparadores João Pedro Vila-Real e Lucas Antônio Vila-Real, além de poucos outros empregados de categoria inferior, como fossem caçadores, etc.; Seção Geológica, a cargo do Dr. Guilherme Schuch Capanema, sendo seu adjunto o capitão João Martins da Silva Coutinho; Seção Astronômica e Geográfica, tendo por chefe o capitão-tenente Giacomo Raja Gabaglia, e por adjuntos os primeiros-tenentes d’Armada João Soares Pinto, Basílio de Siqueira Barbedo, e de engenheiros Caetano de Brito de Sousa Gaios e Dr. Agostinho Victor de Borja Castro; Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem, confiada a Antônio Gonçalves Dias; E além desses, o professor de Desenho da Escola de marinha, o tenente José dos Reis Carvalho, que acompanhou as Seções Zoologia e Botânica nas suas excursões; Um artífice trabalhador de metais, em vez do consertador de instrumentos que o chefe da Seção Astronômica e geográfica requisitara; E por fim, seis praças do corpo de artífices, exercendo diversas profissões mecânicas.(...) O pessoal da Comissão Científica se completou posteriormente com a vinda de mais dous adjuntos para a Seção Astronômica, os Srs. Capitão Antônio Álvares dos santos Sousa e 1º tenente de engenheiros Francisco Carlos Lassance Cunha, com a do Sr. Dr. Francisco de Assis Azevedo Guimarães, encarregado de trabalhos especiais e adjunto*

Porém, na visão de Porto Alegre (2004), esse conhecimento “por nós mesmos”, por ter uma visão eurocentrista como parâmetro, serviu para consolidar a idéia de inserção da nação recém-constituída no espírito cosmopolita e nos padrões de universalidade dos modelos copiados da Europa. O conhecer, portanto, tem uma meta: um melhor controle.

A autora ampara-se na leitura que é feita da cultura indígena, como algo nosso, porém, inferior às culturas mais eruditas¹⁹; na busca ao combate da ociosidade, algo já identificado nos discursos oficiais do século XVIII, que é retomado, como prática do ideário civilizatório²⁰; e na busca do aproveitamento das riquezas da terra, ponto também retomado, inclusive como gerador da escolha do Ceará como região a ser pesquisada, visto que havia, há tempos a idéia da existência de ouro na região.

Diante do exposto, conflitos de pensamento nas apreensões obtidas sobre a província, bem como nas ações sugeridas, ficam evidentes. No quadro de apreensões obtidas, mostra-se oportuno apresentar alguns relatos escritos por Francisco Freire Alemão, coordenador da Comissão e chefe da seção de Botânica e Mineralogia. Nestes relatos, Freire Alemão tenta retratar o quadro de uma sociedade que buscava se inserir nos padrões de modernidade, porém extremamente vinculada a práticas conservadoras e tradicionalistas.

Sobre o quadro urbano da cidade de Sobral, Freire Alemão (*apud* Braga: 2003, 459) comenta:

“(...) Já tem hoje bastante amplidão; com algumas ruas largas e direitas em parte, mas com solo mais ou menos em declive e com alguns prédios de boa aparência.

à Seção Etnográfica, e por fim com a chegada do chefe da Seção Geológica, Dr. Dr. Guilherme Schuch Capanema, a 3 de junho de 1859, nas proximidades da partida da Comissão para o interior da província”.

¹⁹ “(...) Vale lembrar que Gonçalves Dias foi um dos primeiros adeptos e incentivadores dos estudos sobre o folclore que tomaram corpo, a partir de 1860, e depois foram impulsionados pela atuação decisiva de Sílvio Romero. No entanto, a cultura do povo e, por extensão, a do índio eram vistas como inferiores e particulares quando contrapostas à cultura universal orientada pelo conhecimento racional, cujos valores afirmavam-se de forma crescente entre a intelectualidade. A oposição entre saber erudito e saber popular, a supremacia da cultura oficial, o desprezo pelos artistas do povo, configurados naquele momento, são expressões claras do etnocentrismo europeu que ditava os parâmetros de nossa cultura letrada”. (Porto Alegre :2004, 31)

²⁰ « (...) Entrava novamente em foco a velha ideologia de combate à “ociosidade” do índio e do caboclo, tão profundamente enraizada no pensamento social brasileiro e nas relações de trabalho, desde os tempos coloniais”. (Porto Alegre :2004, 34).

Tem bom número de sobrados; algumas casas nobres assobradadas e no gosto das casas modernas do Rio e de Pernambuco, isto é, com áticos ou empenas garatujadas de esquisitos arabescos com cores vivas azuis, etc. [Porém], (...) As salas têm seus adornos; mas em geral as casas são de telha-vã, o que produz um mau efeito porque nem sempre são convenientemente decoradas e lhes tira todo o belo qualquer que seja o modo de mobilia-las. Exemplo: - a casa do senador Paula Pessoa”.

Complementando leituras sobre o quadro urbano, o coordenador da Comissão geralmente se debruçava sobre alguns aspectos da vida moral e social da população, como podemos apreciar neste trecho, onde os alvos são as mulheres sobralenses:

“Há, seguramente, no sexo feminino, algumas meninas bonitas, mas o maior número delas não é de grande formosura. Disse-me o senador Paula Pessoa que não é na cidade de Sobral que se vê mais gente bonita; e que isto se observa porém na ribeira do Acaracu, onde se vêem moças bonitas, com bela tez, linda cor, etc., etc.(...)Provavelmente o que dá mais nome a Sobral é o desembaraço e galanteio das damas, cuja amabilidade e afabilidade, faceirice e desembaraço, toca a desenvoltura, e que mesmo embaraça o homem que não está acostumado a isso. Devo porém dizer que há nisto mais ou menos e que deve haver meninas de educação mais recatada. (...) Elas são graciosas e sedutoras, vestem-se muito bem e algumas sustentam bem uma conversação de gracejos com cavalheiros”. (apud Braga: 2003, 462-463)

Já em Icó, assim se reporta o coordenador, sobre o aspecto geral das casas:

“Há casas (como a que acaba de fazer o vigário) que têm bonito aspecto, mas dentro são simples salas e alcovas de telha-vã. Quase todo o madeirame do telhado, barrotes de soalho, etc., é de carnaúba. São pouco adornado de trastes, que são sengelos (em algumas casas, da melhor gente, vi cômodas de mógono, ou de outra madeira, na sala de visitas, assim como cadeiras de balanço). Os balcões das janelas, ou portas de sobrados são de grades de ferro. Há poucas vidraças: as

portas muitas não são pintadas. As casas térreas têm rótulas, e são ladrilhadas com tijolos hexagonais”²¹.

O aspecto de tensão entre modernidade e tradição também é percebido quando Freire Alemão se reporta à vida social do icoense, no século XIX:

*“Quando se entra em uma sala, as moças aparecem mas sentam-se à parte na conversação ... As meninas freqüentam colégios, ou casas de ensino: algumas moças tocam, ou aprendem a tocar piano ... Há na terra quatro pianos; e parece que se deve sua introdução à família Thebérge, cuja mulher e filha (francesas) tocam; e a mulher dá lições”.*²²

Essa tensão aparece como elemento constante quando analisamos tentativas de implementação de modelos idealizados a partir de uma representação que se faz de determinados espaços, e a apropriação que se faz destes mesmos, a partir da realidade, que, na maioria dos casos, acaba por “atropelar” os objetivos definidos de antemão.

Para além dos relatos, faz-se interessante constatar a utilização das imagens sob forma de desenhos, elementos de forte apelo no que diz respeito à transmissão das idéias sobre a representação de determinados elementos da paisagem. No caso da Comissão Científica de Exploração, os desenhos de Francisco de Freire Alemão e José Reis Carvalho apresentam não só aspectos de nossa botânica, como também incursões pelos quadros urbanos das cidades visitadas²³. (VER PRANCHA 3, p. 120)

²¹ Freire Alemão, Francisco – Anais da Biblioteca Nacional, volume 81, Divisão de Publicação e Divulgação, Rio de Janeiro, 1961, p. 283.

²² Freire Alemão, Francisco – Anais da Biblioteca Nacional, volume 81, Divisão de Publicação e Divulgação, Rio de Janeiro, 1961, p286.

²³ Sobre a utilização dos desenhos como meio de *representação*, por parte dos membros da Comissão Científica, nos relata Braga (2003, 71): “(...) Ao correr dessas excursões, o pintor Reis Carvalho parece ter trabalhado bastante. Por onde passou, foi fixando a paisagem física e humana em desenhos e aquarelas. Todo esse precioso documentário artístico, se não se perdeu, acha-se em local ignorado e certamente disperso. Dele, até agora, apenas se conhecem algumas aquarelas encontradas em Belchior por Gustavo Barroso e hoje em dia integradas aos arquivos do Museu Histórico Nacional. Publicando sete dessas aquarelas, relativas a capelas e igrejas sertanejas, Gustavo Barroso as atribuiu a “um artista desconhecido”, o que me levou a esclarecer-lhe a identidade do pintor, quando de uma de suas visitas ao Ceará, para “matar saudades”, como costumava dizer. (69- 70) (...)Desenhista notável era Francisco Freire Alemão. Desenhou com primor os espécimes vegetais que ia colhendo, às vezes com pormenores referentes à flor e ao fruto, em preto ou em cores. Perto de seiscentos desses esboços se encontram na Biblioteca nacional, na Seção de manuscritos. Havia, porém, outros desenhos do mesmo autor. Saldanha da Gama teve a oportunidade de vê-los no retiro do Mendanha. Referiam-se a cenas de viagens e a aspectos da vida cearense. Talvez se

1.2.4. A FERROVIA: COMBATE À CALAMIDADE A PARTIR DAS REPRESENTAÇÕES DE PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO.

Continuando na esfera da discussão entre a construção dos discursos que geram a representação de modelos idealizados e o confronto destes com a realidade concreta, especificamente no caso da transformação do território cearense, faz-se importante a referência às questões trazidas à luz a partir das conseqüências geradas pelo efeito da grande seca ocorrida entre os anos de 1877 e 1880.

O período é marcado por transformações nas esferas política, econômica e social, onde os ideais de progresso e civilização se constituem na pedra de toque dos discursos elaborados em todas as instâncias. Estas, no entanto, não são palavras novas: como já mostrado anteriormente, elas fizeram parte do discurso dos governadores da província nos séculos XVIII e início do XIX, assim como dos viajantes e dos membros das comissões científicas; fizeram-se presentes também em toda política imperial de Pedro II, onde ele demonstrou ser um incansável defensor e propagador.

Entretanto, na transição do século XIX para o século XX, estes ideais seguirão outros parâmetros, estabelecidos por algumas transformações, entre as quais, direcionando a questão para o âmbito específico aqui estudado, podemos citar: uma nova conformação política, de cunho liberal, que irá desencadear, no Brasil, o ideal republicano, em vigor a partir de 1889; a gênese de um novo modo de produção de trabalho, que começa a se desvincular do modelo agrário-exportador para o modelo industrial, facilitado por atos como o da abolição da escravatura; a influência das novas técnicas – advindas dos novos encaminhamentos gerados pela revolução industrial – e das novas premissas relacionadas ao saber médico, vinculadas ao entendimento da cidade como corpo e da necessidade de

destinassem a ilustrar a narração circunstanciada de suas viagens ao interior da província do Ceará, que pretendia escrever. Em uma de suas cadernetas de campo encontrei desenhos de portas, janelas, fechaduras e ferrolhos, telhados, cercas, cacimbas de gado e até dos diferentes formatos de chifres dos bovinos, bem como uma vista de S. João do Jaguaribe”.

tornar esse corpo “saudável”, “produtivo” e “belo”. Em consequência, fatores que estariam comprometendo estes ideários deveriam ser excluídos.

A seca e suas consequências no meio físico-social era um desses problemas. Um problema que não se apresentava como novidade, haja vista a existência de uma vasta bibliografia que atesta as referências a esta na história da província. Entretanto, no período em referência, as consequências da estiagem vão se fazer mais presentes no cotidiano da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Uma capital que só toma ares de cidade grande na segunda metade do século XIX, a partir de sua consolidação como núcleo hegemônico, fruto de uma política imperial de centralização de poderes nas capitais. Uma cidade-receptáculo dos novos ideários, políticos, sociais e culturais: dos ideais revolucionários republicanos à última moda nas boutiques de Paris, representante dos ideais de progresso e civilização.

A migração de uma grande quantidade de retirantes, maltrapilhos e famintos, portanto, passa a preocupar não só os dirigentes políticos, como também os comerciantes da cidade que se apresenta em franco processo de desenvolvimento, haja vista que segundo Oliveira (1994), a população da capital e de algumas cidades da região serrana e do litoral²⁴, cresceu de uma maneira considerável.

A solução a ser apresentada, é tida como estratégica: parte-se de uma imagem concebida – da qual a imprensa, a princípio local e posteriormente nacional, terá um papel fundamental – onde apresenta-se a província do Ceará como uma das mais assoladas pelos efeitos negativos da grande estiagem, revelados pelos quadros de miséria, desespero, morte e dor. Este discurso é encampado por engenheiros, “*personas da modernização*”²⁵, detentoras de

²⁴ “(...) Um autor ilustre [Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, in *O Ceará no começo do século XX*] nos informa: *O êxodo generalizou-se. Para a capital, Aracati, Sobral, Granja, Camocim e outros povoados do litoral afluíram milhares de pessoas*”. (Oliveira: 1994, 31)

²⁵ Confome Adelaide Gonçalves, no prefácio de Cândido, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005. Coleção Outras Histórias, 32.

um saber técnico inovador, que irão indicar meios para minorar os efeitos maléficos da seca no Ceará.

Para o engenheiro André Pinto Rebouças – responsável pela apresentação do problema aos membros do Instituto Politécnico, no Rio de Janeiro, deveria-se aliar a necessidade de resolução deste problema com alguma forma que transformasse a solução em uma prática de melhoramento social e material. Daí a idéia de converter os retirantes em trabalhadores voltados para a execução de obras de melhoramento material para as cidades e para a província. Conforme Cândido (2005, 25-26):

“Nesses termos, André Pinto Rebouças vislumbrava na grande seca um viveiro de progresso, o ‘alfa de todas as reformas’ que se constituiria em uma ‘providencial revolução’, capaz de modificar todo o cenário do sertão. De zona em solto declínio econômico, a região assolada pelas secas poderia vislumbrar na indústria as soluções necessárias para o alcance do ‘mais alto grau de prosperidade’”.

Como fato vinculado a estas determinações, é nomeada, pelo governo imperial em novembro de 1877, uma comissão de engenheiros advinda do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro. O seu presidente, Conde D’eu, sugere, para o Ceará,

(...) “Construir, quanto antes, no interior da província do Ceará e outras assoladas pela seca, represas nos rios e açudes nas localidades que para esse fim forem apropriadas”. Pensava, também, que a comissão deveria “(...) ativar ou executar, para dar trabalho e salários à população, que se tem retirado para os centros mais favorecidos: a construção das vias-férreas já estudadas na região flagelada pela seca; as obras de melhoramento dos portos marítimos e fluviais; a construção de linhas telegráficas gerais; a desapropriação dos terrenos marginais dessas vias-férreas para serem divididas pelos retirantes ou colonos nacionais” (Fala de 1º de novembro de 1878, p. 56-57).

Delineia-se a estratégia imperial de amenizar os efeitos negativos da seca, a partir de dois objetivos, que se complementam: *“erguer os monumentos do progresso, e transformar o canteiro de obras em escola do trabalho”*, a partir do aprendizado de novos ofícios e do adestramento técnico. Nas entrelinhas, a utilização do trabalho como meio de regeneração

social, a partir do combate à ociosidade – questão sempre presente nos discursos em prol do progresso e da civilidade –, o discurso da valorização do trabalho, o trabalho como elemento propulsor do progresso social, a exaltação do gênio industrioso – tendo como foco a utilização da ciência e da técnica em favor do progresso material ²⁶–, a questão relacionada ao controle da massa, em prol da garantia de segurança – mais um elemento que retorna.

Esse discurso é absorvido pelos governantes locais, amparados pelos representantes da elite nortista, estes que vêem na construção da ferrovia de Baturité uma forma de reivindicação para que o governo imperial não abandonasse as províncias tão abaladas com as grandes secas. Por trás dessa visão de abandono, o que causava preocupação, na verdade, era o quadro de declínio econômico das províncias do norte, frente à ascensão da exportação cafeeira de São Paulo.

No âmbito das posturas governamentais, a questão é abordada em duas frentes: a tentativa de convencimento da elite imperial frente à necessidade de construção da estrada de ferro de Baturité e o pedido de socorro, sob forma de provisão de víveres e aumento de contingente de tropas policiais, para a garantia da segurança pública, haja vista o entendimento de que a massa faminta tornava-se um perigo em potencial.

Caetano Estelita, então presidente da província do Ceará no ano de 1877, tem seu plano de ação pautado na ótica de que a utilização do trabalho dos retirantes, ao mesmo tempo, neutralizaria as conseqüências perniciosas da seca, e daria condições para a província ser dotada de mãos para garantir os melhoramentos materiais desejados. Na esteira do ideário regenerador, o sertanejo transformado em trabalhador era distraído dos desregramentos dos tempos de calamidade.

²⁶ Cândido (2005, 10) enfatiza a importância do discurso do engenheiro como elemento detentor do saber técnico: “(...) *Entre os formuladores consoantes à matriz do pensamento oitocentista se destacam os engenheiros. No discurso desses profissionais os melhoramentos materiais são concebidos como: alfa de todas as reformas, providencial revolução, reconquista do sertão, lucrativo empreendimento nacional, vislumbrando na instalação de indústrias e na pequena lavoura o alcance do mais alto grau de prosperidade para a região assolada pela seca. Em suma, a redenção econômica pelo combate à ociosidade, pela garantia de trabalho e salário, pelo emprego do saber técnico e, em tudo isto, ressaltando o peso da instrução geral e da instrução específica das verdades econômicas, posto que a instrução como redenção seria meio eficaz de obter a tranqüilidade social e o progresso*”.

Neste contexto, o então governador solicita às criadas *Comissões de Socorros Públicos*, “(...)quais as obras de maior utilidade de que precisa essa localidade, para que sejam executadas com os recursos do governo, se não bastarem os particulares, que por ventura forem promovidos “(Circular de 16 de abril de 1877, AN). (p. 44).

Conforme Cândido (2005, 44-45):

“A correspondência proveniente do interior indicava obras em cadeias, cemitérios, açudes, igrejas, estradas e prédios de administração pública. Em Fortaleza, as obras iniciaram-se com a construção do novo paiol da pólvora a oeste da cidade, empregando na sua primeira fase entre oitenta e cem retirantes. Também nas estradas de Soure (atual município de Caucaia) e Messejana utilizaram frentes de retirantes nesse momento. Uma comissão de engenheiros, dirigida por Adolfo Herbster, estudou projetos de novas empreitadas no perímetro urbano de Fortaleza durante aquela seca”.

Malgrado o governo Caetano Estelita ter como uma das premissas a tentativa do controle da crise gerada pelos efeitos maléficos da seca, a partir da intenção de transformação dos retirantes em trabalhadores – no sentido de curar esses males com trabalho e salário – utilizando a massa de retirantes como construtores de diversos equipamentos urbanos – signos da modernidade –, a estratégia não rendeu o resultado esperado, visto que os empreendimentos não absorveram as exigências mais imediatas destes retirantes.

Este fato, porém, não destituiu o poder público deste ideário de transformação de indigentes em trabalhadores. Ao contrário: no governo de José Júlio de Albuquerque Barros tal condição viria a ser reforçada. O decreto nº 6.918, de 1º de junho de 1878, outorgado pelo governo imperial, além de resgatar a encampação da Estrada de Ferro de Baturité, também aprovou as construções de outras duas estradas de ferro: a de Sobral, no Ceará, e a de Paulo Afonso, ligando o médio e o baixo rio São Francisco. No corpo do texto, é explícita a intenção de minorar os efeitos da seca, utilizando-se da mão-de-obra dos retirantes:

“Tirar vantagem da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis tantos braços ociosos; estabelecer um systema de serviço que sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho, mediante razoável gratificação; tal é, Senhor, o pensamento fundamental do projecto que os Ministros de Vossa Magestade Imperial resolveram submeter à sabia apreciação de Vossa Magestade Imperial, solicitando a necessária aprovação”. (Decreto 1º de junho de 1878, AN). (p. 57)

Como uma das principais investidas, a construção de ramais ferroviários, amparados por experiências em outros países:

“A experiência de outros paizes que, como essa região do Império, estão sujeitos a secas periódicas, tem mostrado não haver meio mais efficaz para minorar os effeitos de taes flagellos, como o da construcção de vias-ferreas, por onde, quando se manifestam, os habitantes do interior possam receber os soccorros de toda a parte, ou como recurso extremo, buscar na emigração lenitivo aos seus padecimentos”. (Decreto 1º de junho de 1878, AN). (p. 57)

Desta forma, os caminhos do trem rasgam o sertão cearense, tornando-se presença marcante na paisagem das cidades por onde passa, trazendo consigo a materialidade de um discurso que prima pela transformação do cenário do sertão, na busca em alcançar o mais alto grau de prosperidade. Em princípio, buscam-se as terras férteis da Serra de Baturité, com a estrada de ferro que leva o nome desta referida serra. Em complemento, constrói-se o ramal ferroviário que liga o porto de Camocim à cidade de Sobral. A partir de Sobral, busca-se o caminho da serra da Ibiapaba, estendendo-se até as proximidades do Piauí, também via sertão.

Entretanto, atrelada a essa imagem de progresso, a prática também irá revelar a outra face da moeda que é inerente àquela: as ações são marcadas por rígido controle social dos retirantes – onde qualquer forma de aglomeração era entendida como ação temerária e pernicioso; a própria ênfase no tecnicismo e no higienismo, estabelecida pelos engenheiros e médicos sanitários, irá entrar em confronto com a visão de mundo do sertanejo,

acostumados com outros hábitos e costumes que aparecem como contraste aos ideais de vida urbana impostos:

“Como focos de concentração de uma população adventícia não pertencente à dinâmica ‘normal’ da cidade, os abarracamentos eram considerados, pelas classes abastadas, uma fonte de problemas constantes. Flagelados expondo seus corpos esquálidos, ‘exalando’ doenças, eram vistos como verdadeiros focos de maldades e barbarismo. Estranhos aos costumes citadinos, os sertanejos, a todo o momento, invadiam os espaços (objetivos e subjetivos) de uma população que cultuava os valores do ‘progresso’ e da ‘civilização’”. (Cândido: 2005, 62)

Chega-se a questionar, inclusive, as resoluções técnicas, como foi o caso das controvérsias criadas a partir da escolha do trajeto da Estrada de Ferro de Sobral. Em matéria publicada no Jornal Pedro II, de Fortaleza, datado de 10 de novembro de 1878, justifica-se, a partir de procedimentos técnicos, e sob o ponto de vista econômico – no sentido de captação de produtos de áreas mais produtivas – que a escolha do ponto inicial para construção do ramal ferroviário a partir do porto de Camocim foi infeliz, se comparado em relação à localização de outro porto situado no rio Acaraú, visão que é corroborada por Antônio Bezerra, que percorreu a região norte do Estado em 1884, a serviço do Governo Provincial:

“(...) Estrada de Ferro de Sobral! Aquilo significava para mim a última vaidade humana, a ostentação caprichosa da falta de patriotismo, a impunidade do extravio dos dinheiros públicos sob fútil motivo, o ridículo mais cruciante aos sacrifícios de um povo inconsciente dos seus direitos!(...) Adiante me encarregarei de provar o que vem a ser aquele luxo de despesa, aquela gargalhada de escárnio modulada em escala ascendente, desde Camocim até Sobral, que nem o futuro com todas as suas promessas de grandeza será capaz de fazer emudecer.(...)Presentemente contento-me com dizer que não conheço nesta Província nada mais inútil, nem mais ilusório, que aquela grande mentira escrita em 131 quilômetros de trilhos de ferro.(...)Não me engano, e duvido que os homens profissionais, em quem palpito no coração resto de amor da pátria, sejam capazes de me contestar seriamente”. (in Oliveira: 1994, 49)

Com relação à questão de “*se alcançar o mais alto grau de prosperidade*” sob o ponto de vista da economia, as informações trazidas em relatório de 09 de abril de 1886, no qual o

então governador Miguel Calmon du Pin e Almeida passa algumas informações ao seu sucessor sobre a Estrada de Ferro de Sobral, desembargador Joaquim da Costa Barradas, não são muito animadoras:

“(...) Constituída no tempo da calamitosa secca de 1877, a sua directriz, ligando o porto do Camocim á cidade de Sobral foi somente justificada pela necessidade da conducção de soccorros á população do norte da província, quando de novo flagellada por esta calamidade e pela conveniencia de soccorrer os famintos que habitavam esta zona, trocando o salário pela esmola e prevenindo a agglomeração de toda a população na capital.(...) Percorrendo uma zona de 128.920 metros do solo, com insignificantes excepções, pouco fértil e habitada, apropriada somente a criação, a sua renda, como aliás era de esperar, mostra-se ainda insufficiente para supprir a despeza. (...) A experiência dos cinco annos decorridos, depois de entregue ao trafego, é, a meu ver, sufficiente para fazer desaparecer a esperança nutrida no momento de sua construcção de que o desenvolvimento da agricultura, augmentando a producção do algodão e dos cereaes, traria num futuro não mui longe sufficiente fonte de receita” .(in Oliveira: 1994, 99)

Sob o ponto de vista da transformação dos espaços urbanos, a partir da construção dos monumentos e de equipamentos urbanos como signos da modernidade, consideramos oportunas as apreensões de Antônio Bezerra²⁷ sobre a cidade de Granja, para estabelecer a tensão existente entre os ideais de progresso e civilidade constituídos nos discursos elaborados e aquilo que é de fato concretizado.

Bezerra visita a cidade no período em que esta sofre uma transformação considerável em seu quadro urbano, em consequência da implementação das obras advindas da Comissão de Socorros Públicos. Estas consistiam na construção do mercado público, do sobrado da Câmara Municipal, e do cemitério São João; em reparos na igreja matriz, inclusive com a construção das duas torres; na construção da ponte sobre o riacho Bêbado, que separava o Bairro da Matriz do Bairro da Lama; da construção de dois açudes (Lagoa Grande e

²⁷ MENEZES, Antônio Bezerra de. *Notas de Viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

Jenipapo), bem como a construção da Estação Ferroviária e da ponte sobre o Rio Coreaú, trazida da Filadélfia, pela empresa Philadelphia Bridges Works.

Esta aparente visão de transformação da cidade a partir dos ideais de progresso e civilidade – dos quais a construção desses edifícios e equipamentos são tidos como signos – é rechaçada por Bezerra, quando atesta em seu relato os aspectos “tristonho” e “ancião” da cidade. Para Bezerra, o que impera na cidade é uma imagem decadente, de ruína, de falta de asseio. Excetuando-se a boa impressão obtida do mercado público – de aspecto alegre, segundo o historiador – e a ponte sobre o rio Coreau – considerada por ele como “*um colosso da indústria humana*” – os demais signos da modernidade são denotados como signos do abandono: a Câmara Municipal e Cadeia Pública transparecem aspectos de miséria e sujeira; dos dois cemitérios, um apresenta-se “*bem tratado, com capelinha*”²⁸, o outro porém, está entregue à sorte²⁹; até a própria igreja Matriz, símbolo da cristandade, está sendo desfigurado devido o alto grau de abandono.

Sem querer reduzir à totalidade esta leitura feita por Bezerra sobre a cidade de Granja, pretendemos, no entanto, utilizá-la como um modo de inserir o questionamento a respeito dos discursos que buscam idealizar as práticas sociais e as repostas dadas pela concretização destas ações. (VER PRANCHA 4, p. 121)

No século XX, este embate continua presente, a partir de novos parâmetros, que ora se apresentam como inovações, tentando romper com a lógica existente, ora buscam reforçar as pré-existências.

1.3. SÉCULO XX (PARTE 1) – O CEARÁ INSERIDO NA CONSTITUIÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE E DO OUTRO NORDESTE.

As discussões até o presente momento partiram de questões vinculadas às tensões geradas entre os discursos idealizados sobre o espaço cearense – entendendo espaço como a

²⁸ Trata-se do recém-construído cemitério São João.

²⁹ Cemitério São José, contíguo ao São João.

articulação entre o construído e as práticas sociais nele estabelecidas – a partir de *ordens distantes* – e os resultados obtidos a partir destes discursos enquanto materialização e apropriação, na escala da *ordem próxima*.

Assim vimos, nos séculos XVII, as tensões entre o que idealizava a corte portuguesa nas ordens régias e o que era possível implementar, a partir das condicionantes do lugar; como os governadores de capitania viam/representavam o Ceará, a partir das suas próprias pretensões; como os viajantes e intelectuais das comitivas de exploração – seja estrangeira, seja nacional –, com seus saberes técnico/científicos apreendiam os sertões, seus recursos minerais, seus aspectos geográficos, suas aglomerações, como se surpreendiam com os hábitos e costumes da sociedade cearense – civilizados que eram, perante a barbárie; como os Códigos de Obras e Posturas, aparato legal e impositivo de uma rigidez formal repercutem na tentativa de constituição de uma nova imagem das cidades cearenses; como a estratégia imperial de resolução dos malefícios da seca de 1877 procura de um lado, transformar os retirantes em trabalhadores, a partir de um ideal de progresso e civilidade, e de outro, transformar o cenário do sertão cearense, a partir da construção dos monumentos e equipamentos públicos como signos da modernidade.

As relações são, portanto, estabelecidas nas escalas Metrópole – província, Metrópole – Estado. Na abertura deste item, entretanto, apresentam-se outras relações de escala: Nação-Região. Pode-se perguntar: porque a mudança de parâmetro? Porque o conceito de região constitui um aspecto fundamental na discussão?

A abordagem sobre o século XX, a ser tratada aqui, abre a perspectiva para discussões relacionadas ao surgimento do conceito de Região, conceito este vinculado ao embate travado sobre a necessidade de entender o país enquanto Nação, a partir de elementos que o definam e o representem com Identidade Nacional. Tais elementos – que serão abordados no decorrer deste item, tratados aqui sob o âmbito das políticas de desenvolvimento regional e, posteriormente, das políticas e práticas preservacionistas – são tomados enquanto discurso e enquanto materialidade, como *representações* que objetivam sintetizar o tanto o conceito de Nação como o de Região, e por se tratar de conceitos seletivos e

representativos de determinadas intencionalidades, acabam por reduzir o entendimento destes, enquanto *espaços ricos em possibilidades*.

Segundo Silveira (1984), até a primeira década do século XX, a percepção do que as classes dominantes regionais faziam dos seus espaços tinha um a abordagem estadualista, ou seja, a partir do controle que estas exerciam sobre o aparelho do Estado, distribuído nas várias unidades que compunham o Estado Nacional.³⁰

Até então, as regiões não existiam enquanto espaços articulados, não aparecendo como problemática a questão da desigualdade regional. A mudança de foco tem suas origens a partir do momento em que os efeitos gerados pela crise nos sistemas econômicos vigentes atingem os setores dominantes, que passam a perder a hegemonia econômica frente à indústria cafeeira do sul do país.

No caso do sistema açucareiro, a crise é deflagrada como decorrência da falta de capital, da perda de mão-de-obra gerada pela extinção do regime escravista, da insuficiência e da inadequação da infra-estrutura existente e dos efeitos gerados pela seca, a partir do momento em que se identifica o fenômeno da migração tendo como foco as principais cidades do litoral (Silveira: 1984).

A condição de uma crise estabelecida atinge também o sistema pecuarista-algodoeiro, e pode ser exemplificada a partir do caso cearense, onde é possível perceber, já no fim dos anos 1870, a queda da pujança econômica do algodão, que sujeita os fazendeiros do sertão a uma condição de endividamento, deixando-os numa posição subalterna em relação aos comerciantes de Fortaleza, cidade em pleno processo de hegemonia política e econômica e que se torna um dos focos de procura dos retirantes da seca. Essa condição passa a gerar incômodos à elite dominante, que se mostra insegura perante o fenômeno da migração (Neves in Souza: 2000).

³⁰ As análises feitas nos itens anteriores corroboram com a afirmação da existência desta abordagem estadualista.

Nesse sentido, às questões relativas à seca passam a ser entendidas sob outro ponto de vista: para além de uma questão climática, vira uma questão social, que o estado brasileiro não poderia mais ignorar: estabelece-se então uma *representação negativa* acerca do fenômeno, vinculada à imagem de miséria, fome e destruição. (Neves in Souza: 2000).

A constituição daquilo que se denomina como discurso oficial regionalista, partirá basicamente da proposição de medidas para defender os interesses das classes dominantes das províncias do norte, tomando como mote a necessidade de criar instrumentos de combate às causas que estão provocando a fragilização dos sistemas econômicos tradicionalistas, tendo o fenômeno das secas como um dos elementos propiciadores dessa situação desfavorável. Dentro desse contexto, observa-se que os discursos legitimadores do regionalismo apontam para uma política desigual que foi implementada, fazendo uma clara distinção entre norte e sul.

O Nordeste enquanto Região surgirá dentro desta ótica de diferenciação, no momento em que esforços são travados em busca da composição de uma imagem de elo e unidade, que constitua o país enquanto Nação. O conceito de Região passa a ser entendido e conceituado não só como forma de pensar, mas também como forma de agir (Silveira:1984). Dentro dessa perspectiva, Silveira (1984) identifica duas *representações constituídas* sobre o espaço regional nordestino, que apresentam um ponto em comum: a constatação de uma situação de crise regional, que precisa ser combatida.

A primeira representação, constituída a partir do pensamento Freyriano, identifica o Nordeste do açúcar como expressão mais autêntica da região, e tem no Outro Nordeste, o do sertão, marcado pela presença do cangaço e do misticismo religioso, apresentado pelo sociólogo cearense Djacir Menezes, o seu contraponto; a segunda, desenvolvida a partir de uma instância tecnicista, mostra a *representação* do Nordeste como área de subdesenvolvimento e tem o economista Celso Furtado como um dos principais propagadores.

Pretendemos nesse item analisar essas representações aqui apresentadas, identificando os aspectos que as definem, os pontos em que essas definições se aproximam, como também os que distanciam em objetivos a serem alcançados. Num âmbito mais específico, será estabelecida uma relação entre as definições consolidadas na instância regional e os eventuais rebatimentos identificados na instância do estado do Ceará.

Identificamos, em princípio, antes de adentrarmos nas análises estabelecidas acerca das *representações constituídas* sobre o Nordeste, que existe, no âmbito da Academia, uma vasta discussão no que diz respeito à questão da validade do uso das definições dessas representações como elementos de identificação da região. Para Maura Penna, dentro das diversas áreas de constituição dessa representação do regionalismo, o conceito de Região Nordeste, construído historicamente, “(...) *tanto através do processo concreto de relação natureza / sociedade e das relações sociais estabelecidas nessa produção de riquezas, quanto através das formas de representação simbólica*” (Penna: 1992, 47), se apresenta como uma realidade que não pode ser negligenciada, levando-se em consideração que as significações dadas a essa representação sofrem variações, conforme o momento histórico, o espaço de referência e aspectos relacionados a questões individuais de quem atribui a referida significação.

Essas variações de significação são entendidas por Albuquerque Jr., como elementos que, no sentido inverso, do que se propõem, contribuem para o obscurecimento de uma realidade. Ainda que, trabalhando dentro de uma perspectiva de análise da produção cultural nordestina, o pensamento estabelecido pelo autor abrange a questão de uma maneira geral, e é norteado pela premissa de que é necessária a desconstrução dessa imagem inventada da região, haja vista que as *representações constituídas* acerca da região, por serem dotadas de intencionalidades específicas, contribuem para a criação e o fortalecimento de imagens distorcidas da região. (Albuquerque Jr: 2001)

A visão de Rosa Silveira compactua com o pensamento de Albuquerque Jr., no sentido de apontar que as abordagens feitas sobre a região resultam em deformações na apreensão da realidade e que significam mais uma descrição de sua aparência do que a explicação de sua

substância verdadeira. Entretanto, sobre a mesma questão, ao se reportar sobre as três representações constituídas acerca do Nordeste, a autora indica que:

“(...) Embora se sucedendo na origem, nenhuma dessa [abordagem] desapareceu e todas elas convivem entre si na moldura que se tem do Nordeste. Cada uma delas carrega uma historicidade própria de um momento determinado de processo histórico regional. De modo que o Nordeste, hoje, é um cadinho formado dessas várias visões, às vezes plena de contradições entre si”. (Silveira: 1984).

Ratificando o pensamento sobre a questão, Rosa Silveira aponta que o discurso estabelecido sobre o Nordeste não se cria do vazio: *“(...) Ele é elaborado a partir da realidade. Portanto, se o discurso de uma desigualdade regional do Norte aparece, ele se fundamenta numa desigualdade regional do Norte que é substância histórica concreta”.* (Silveira: 1984). O que a autora alerta é que os discursos tendem a serem exacerbados e levados ao estabelecimento de determinadas deformações da realidade. Mas não devem, no entanto, serem negligenciados.

Tomamos como base, portanto, as premissas estabelecidas por Rosa Silveira para análise das *representações constituídas* acerca do Nordeste – e o rebatimento dessas questões no âmbito do estado do Ceará – tendo em vista que a visão estabelecida pela autora apresenta uma proximidade com os parâmetros que estão sendo seguidos no decorrer da tese aqui desenvolvida, que têm como base referencial os conceitos de *representação do espaço, espaço abstrato e espaço diferencial*, estabelecidos por Henri Lefebvre.

1.3.1. ABORDAGEM FREYRIANA

Inserido no contexto das discussões estabelecidas na dicotomia nacionalismo x regionalismo, no momento histórico em que as preocupações estabelecidas acerca das necessidades que se fizeram prementes, de identificação do país a partir do seu fortalecimento enquanto Nação e na busca da constituição de elementos que se configurem como representativos dessa Identidade Nacional, o pensamento do sociólogo pernambucano, apesar de não se configurar como um discurso proferido por um

representante da classe política, é tomado como referência na identificação da *representação* do Nordeste açucareiro, de estrutura patriarcal, aristocrática e católica.

Em seu Manifesto Regionalista, Freyre afirma que o conceito apresentado de Regionalismo, não prega nenhum tipo de separatismo, e sim aponta o regionalismo como superação à visão estadualista que é desenvolvida pelo sistema político vigente. A idéia que se busca é que as regiões se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização que vise ao fortalecimento do Brasil enquanto Nação.

Nesse sentido, o sociólogo aponta para a necessidade de se reconhecer o país a partir das suas esferas regionais, entendendo que é “(...) *de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias. Regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais*”. (Freyre: 1967, 32). A partir desse ponto de vista Freyre afirma que é Regionalmente que o Brasil deve ser administrado, e que Regionalmente “(...) *deve ser estudada, sem sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem. Regionalmente devem ser considerados os problemas de economia nacional e os de trabalho*”. (Freyre: 1967, 33)

O discurso em defesa do regionalismo acaba, no entanto, por enfatizar, dentro do universo apresentado, a região Nordeste, por esta ter sido a base física não simplesmente de uma economia ou de uma civilização regional, mas de uma nacionalidade inteira, conforme Freyre explicita em outra obra de repercussão, intitulada *Nordeste*³¹. No desenrolar dessa obra, Freyre desenvolve a idéia já preconizada no Manifesto Regionalista, de que dentre os vários Nordeste existentes – e embutida nessa acepção, está uma crítica a uma postura dualista – se sobressai o Nordeste do açúcar, o Nordeste da terra gorda e de ar oleoso, representativo de um sistema aristocrático, patriarcalista, arcaico e escravocrata que, deixou para o Brasil o legado das casas-grandes e dos engenhos, dos sobrados de azulejo, mas ao mesmo tempo, das senzalas, dos mocambos de palha ou de coberta de capim-açu, identificados de forma primorosa nos seus livros mais conhecidos: *Sobrados e Mocambos e Casa-Grande e Senzala*.

³¹ Tomamos como referência a edição publicada em 1961, pela Livraria José Olympio, do Rio de Janeiro.

Sendo mais específico, Freyre aponta Pernambuco – e sua capital, Recife – como espaço representativo da especialização mais intensa das qualidades e dos defeitos dessa organização monocultora, indicando que é na boa articulação entre esses pontos opostos que reside o valor da civilização açucareira³². Uma articulação pautada em parâmetros que identificam uma condição de boa índole – ou amaciamento³³, como prefere definir o autor – na necessidade do reconhecimento do universo das manifestações populares, na culinária, e na boa fé cristã, condição esta amparada nos parâmetros de estabilidade, garantida pela estrutura tradicional canavieira.

Nesta perspectiva, é contra o processo de fragilização dessa estrutura – processo esse entendido como de decadência social que se transforma também em decadência física – que Freyre alerta. É contra essa crise do sistema que ele brada, sem no entanto, questionar esse intenso grau de hierarquização e segregação social que ele traz em sua estrutura.

No início dessa explanação sobre o *Nordeste*, Freyre procura dissociar a imagem da região de uma representação em voga, que a associa aos efeitos maléficos da seca. O sociólogo aponta que essa imagem está vinculada a um dos Nordeste: o do Sertão, “(...) *de figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco*”, (...) o Sertão “(...) *de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como*

³² “(...) *Com todos os seus defeitos, a civilização do açúcar que se especializou, ou antes, se exagerou no Nordeste do massapé, e dentro do Nordeste, em Pernambuco – seu foco, seu centro, seu ponto de maior intensidade –, em civilização aristocrática e escravocrática, deu ao Brasil alguns dos maiores valores de cultura, hoje caracteristicamente brasileiros, dissolvidos noutras civilizações, distribuídos por outras áreas, diluídos noutros estilos de vida, mas com a marca de origem ainda visível a olho nu. Outros valores não sofreram transformação e morreram; o u existem só em resíduos muito vagos. (...) Mas foi justamente essa civilização nordestina do açúcar – talvez a mais patológica, socialmente falando, de quantas floresceram no Brasil – que enriqueceu de elementos mais característicos a cultura brasileira.*(Freyre,: 1961, 176). (...) *A antiga civilização do açúcar no Nordeste, de uma patologia social tão numerosa, dá-nos essa impressão, em confronto com as demais civilizações brasileiras – a pastoril, a das minas, a da fronteira, a do café. Civilizações mais saudáveis, mais democráticas, mais equilibradas quanto à distribuição da riqueza e dos bens. Mas nenhuma mais criadora do que ela, de valores políticos, estéticos, intelectuais*”. (Freyre: 1961, 6-7)

³³ Sobre o amaciamento, retiramos alguns trechos da obra *Nordeste*, se mostram bem significativas: “(...) *O massapé é acomodaticio. É uma terra doce ainda hoje. Não tem aquele ranger da areia dos sertões que parece repelir a bota do europeu e o pé do africano, a pata do boi e o casco do cavalo, a raiz da mangueira-da-índia e o broto da cana, com o mesmo enjão de quem repelisse uma afronta ou uma intrusão. A doçura das terras de massapé contrasta com o ranger da raiva terrível das areias secas dos sertões.* (Freyre: 1961, 177) (...) *As terras de massapé foram no Brasil as terras por excelência das boas maneiras e dos gestos suaves, onde através do século XIX os homens cresceram mamando em negras gordas, mulheres de uma grande doçura, e tomando chá desde muito pequenos*”. (Freyre: 1961, 13)

umas almas do outro mundo com medo do sol”. (Freyre: 1961, 5). Desse *Nordeste*, Freyre não fala. Entretanto, essa é a temática de outro sociólogo, o cearense Djacir Menezes, abordada em *O Outro Nordeste*³⁴, apresentada como uma outra instância dentro da configuração regional que era então estabelecida:

“Dessa civilização do açúcar não me arrogarei a falar. Venho da outra banda, lá do Outro Nordeste, a das secas, da caatinga, da carnaúba, do juazeiro verde no descampado canicular, do cactus, do mandacaru, do piqui, da mandioca, do caju, do Angelim, das chuvas repentinas que matam, como diz o matuto, cururus afogados no aguaceiro”. (Menezes: 1995, 184)

O objetivo estabelecido por Menezes nessa obra, caminha no sentido de desmistificar algumas abordagens elaboradas para depreciar o sertão nordestino, apresentando nas origens de cunho racial a justificativa para a índole violenta do sertanejo, intrinsecamente ligada à figura do índio. Para o sociólogo, o Cangaço e o Fanatismo – tidos como característicos da sociedade sertaneja – são situações extremadas das reações aos processos sociais estabelecidos dentro de um sistema extremamente fechado, porém de base frágil.

Para Menezes, a explicação para essas manifestações é de cunho sociológico. Sugere também, pontos de natureza social que irão dar a configuração ao Sertão tais como: a impossibilidade de se construir no sertão, a sociedade agrária e escravocrata que foi erguida nas terras da cana-de-açúcar; a deculturação missionária; a atmosfera agitada dos sertões, gerada pela ação violenta dos sesmeiros. Reportando-se às reações oriundas desse processo – cangaço e misticismo religioso –, o autor comenta:

“O tipo do cangaço era o tipo habitual dos nossos sertões. Indivíduos reponsivos, com alto coeficiente de adaptação à vida regular, dotados de disposições combativas que recorda a belicosidade indomável do índio, afeitos à caatinga de horizontes rasgados. E somente na sociedade se encontram os estímulos determinantes de sua conduta de desajustados. (...) Só a sociedade os explica. Emergindo entre lutas de famílias aguerridas, entre rivalidades de donos da terra, na qualidade de guarda-costas, capangas ou agregados eram, antes de tudo,

³⁴ Tomamos como referência a 3ª edição da obra, publicada em 1995, pelas Edições UFC/Casa José de Alencar e a Programa Editorial, de Fortaleza.

tangidos pelas forças daquele feudalismo bronco, que confusamente se delineava.

Eram homens do pastoreio, que dormiam de trabuco à mão. (73)

(...)

Os casos de cangaço são formas de desajustamento ao meio social, sob forma de reação violenta: reação do caboclo forte, que pega do rifle. Mas há a reação do débil, que pega do rosário: reação do fraco, que protesta misticamente”.

(Menezes: 1967, 81)

Nesse caso, o autor identifica que a sociedade sertaneja acaba por espelhar suas lutas na figuras de heróis, cangaceiros e fanáticos.

Feito esse diagnóstico, o autor apresenta como caminho para a solução, o trabalho, a partir da reorganização profunda da situação dos campos, tendo em vista a promoção da fixação do homem em processo de trabalho regular, identificando a importância do estabelecimento de diagnósticos e ações pautados em parâmetros científicos: “(...) *Todos os problemas de governo tornam-se problemas de ciência. (...) Só a ciência poderá permitir a intervenção idônea e legítima, com o menor número de erros possíveis*”. (Menezes: 1967, 17) Os estudos elaborados, portanto, deverão ter encaminhamentos de método e aplicação, e não, um mero transplante de situações aplicadas em condições diferentes das que apresenta o sertão. Aponta-se, portanto, um encaminhamento de base científica para a solução dos problemas do *Outro Nordeste*, condição levada a cabo pelas instâncias governamentais a partir do final do século XIX e durante o século XX, conforme abordaremos no item a seguir.

1.3.2. ABORDAGEM DESENVOLVIMENTISTA

Antes de aprofundarmos nas análises referentes à *representação constituída* do Nordeste enquanto área de subdesenvolvimento, a ser inserida na lógica nacional-desenvolvimentista implementada pelo governo Juscelino Kubistcheck, voltaremos ao início do século XX, para podermos identificar o processo de redefinição das soluções apresentadas para a Região, a indicar que o problema extrapola uma condição de “solução hidráulica”.

Conforme foi apresentado no início deste capítulo, a partir do final do século XIX, as abordagens feitas sobre o fenômeno seca indicam uma mudança de foco, a identificá-lo também como uma questão de cunho social, sendo necessárias intervenções estatais no sentido de amenizar o problema. Nesse âmbito, a solução mais apropriada aponta para a possibilidade de irrigação da área-problema através da construção, por parte do estado, de açudes e barragens. Como reforço à ação, foi constituído um aparato institucional do qual faz parte a criação em 1909, no governo de Nilo Peçanha, da Inspetoria de Obras contra as Secas (IFOCS), órgão diretamente subordinado ao Ministério de Viação e Obras Públicas, que a partir de 1945 se transforma no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), também diretamente subordinado ao Governo Federal, com sede no Rio de Janeiro. Conforme Cohn (1978: 58),

“(...) As atividades de ambos os órgãos compreendiam não só o planejamento e, nesse sentido, a continuidade das soluções hidráulicas para o problema das secas, como também a definição e instauração de medidas de emergência, durante os períodos de estiagem prolongada, para empregar a população atingida. Sua grande função consistia em racionalizar os investimentos públicos da área, sempre dentro da perspectiva de que o problema nordestino era a seca”.

Sob a mesma ótica, foram criados a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que, no entanto, tiveram pouco contato com o DNOCS, identificando o que Cohn (1978) considera como uma situação problemática, visto que a existência de uma multiplicidade de organismos, sem nenhuma comunicação entre eles levou a uma irracionalidade na aplicação das verbas, à superposição de serviços e de áreas, sob responsabilidade de cada organismo, dificultando em extremo o controle do Governo Central sobre eles. Aliada a essa situação desfavorável, aponta-se para uma imagem vinculada a esses órgãos, como propiciadores de práticas de politicismo e de corrupção imperante.

Continuando a constituição do aparato institucional, é criado, no ano de 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), segundo Cohn (1978), sob uma nova égide, onde se passam a pensar os problemas nordestinos como problemas econômicos, e não questões isoladas, vinculadas às soluções de engenharia hidráulica.

Durante a década de 1950, mais especificamente a partir da problemática gerada pelos efeitos da década de 1958, aponta-se para a necessidade de redefinição da ação estatal na área, devido às circunstâncias que cercaram o recebimento e utilização da ajuda federal. Segundo Cohn (1978, 71):

“a efervescência social e política regional na época confere um significado novo às medidas de combate à crise. Casos de manipulação corrupta de fundos, de falsificação de folhas de pagamento e outras práticas fraudulentas vieram a público, ganhando notoriedade a “indústria da seca”. Isso levou a uma descrença da população em face dos órgãos governamentais, e as acusações ganham tal vulto que tornam impossível a indiferença do Governo Federal”.

Nesse sentido, a redefinição da ação estatal será vinculada tanto à necessidade de desvincular a má imagem produzida pelas ações anteriores, como também à implementação de ações que primem pela descoberta de caminhos que propiciem o desenvolvimento regional. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – no ano de 1959, se deu dentro desse âmbito, e inserida num contexto mais amplo, como parte integrante das ações implementadas no programa político do governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubistcheck, que partia do entendimento que a única via de recuperação do Nordeste seria a do desenvolvimento.

Segundo o pensamento do economista Celso Furtado – responsável pela criação da SUDENE – a forma como estava sendo tratada a problemática do Nordeste a partir da ação dos órgãos criados para a resolução dos problemas, estava, na verdade, gerando a institucionalização da desigualdade econômica, bem como se constatava, por conta de posicionamentos os mais diferenciados, a formação de grupos regionais antagônicos como ameaça à unidade nacional.

A partir desse diagnóstico, o economista propõe a criação de um adequado instrumental administrativo a partir do aparelhamento do Estado no sentido de que este cumpra a função de “mentor do desenvolvimento”, e com o objetivo de recuperar o que ele identifica como “*um imenso atraso relativo*” (Furtado: 1959), pautado na premissa de que é função do

Estado tanto preservar a integridade do território, como desenvolver as potencialidades do país. São propostas, portanto, ações no sentido de estabelecer um quadro amplo de reforma administrativa e política, tendo em vista alcançar as metas propagadas.

Dentro desse contexto é criada a SUDENE, em 1959, que, nas palavras de Celso Furtado,

“(...) pretende ser um órgão de natureza renovadora, com o duplo objetivo de dar ao governo um instrumento que o capacite a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e, ao mesmo tempo, o habilite a modificar a estrutura administrativa em função dos novos objetivos”. (Furtado: 1959, 121).

O plano de ação proposto pelo órgão aponta três objetivos principais: 1. Criar uma economia resistente à seca, a partir de um conhecimento mais aprofundado da região, seus recursos de água superficial e subterrânea, sua flora, assegurando também a mobilização do crédito e a assistência técnica; 2. Incorporar ao Nordeste o que lhe falta: terras úmidas, terras com invernos regulares; 3. Proporcionar um forte aumento dos investimentos industriais na região, tendo como primeiro objetivo absorver, nas atividades do setor secundário – as indústrias – a massa enorme de população que já está sobrando nas zonas urbanas da região.

A política implementada pela SUDENE, tendo em vista a diminuição da disparidade de ritmo de crescimento entre o Nordeste e o Centro-sul, teve como um dos pontos norteadores o estabelecimento de grupos de estudo visando um melhor conhecimento da realidade e das possibilidades apresentadas pela região para a elaboração de propostas mais condizentes com o caminho a ser tomado tendo em vista a elaboração de um futuro programa de desenvolvimento desta, haja vista a constatação de que o problema do Nordeste não era apenas a limitação de disponibilidade de água, e sim o seu suposto subdesenvolvimento. Neste sentido, os estudos apresentados pelos grupos de pesquisa do quadro da instituição, foram fundamentais para a definição do plano de ação proposto.

A visão de Furtado – incorporada na ação da SUDENE – que interpreta a região Nordeste a partir de uma relação de dualidade, em que se distinguem as *representações* dos espaços

“desenvolvidos” e dos “subdesenvolvidos”, passa a ser alvo de críticas que partem principalmente dos políticos e intelectuais que seguem uma formação marxista. Para Silveira (1984), o pensamento dualista apresentado por Furtado acaba por pasteurizar e homogeneizar uma região bastante diversificada, impondo-lhe uma *representação* que a identifica como “área de subdesenvolvimento”, arcaica e agrária, contraposta mais uma vez dualmente ao Sul desenvolvido, progressista e urbano-industrial, dando a essa *representação simbólica do Nordeste* uma substância preponderantemente econômica.

Silveira (1984) chega a apontar os principais equívocos identificados na abordagem feita por Furtado: “(...) *equívoco de historicidade passada ao caracterizar o Sul como área desenvolvida, ao não reconhecer “o Brasil como um único sistema econômico” e ao não dimensionar devidamente a resistência à mudança por parte dos grupos políticos dominantes regionalmente; equívoco de historicidade futura, ao propor o modelo industrializante como via de solução da crise regional*”.

Seguindo a apresentação dos pontos críticos encontrados na postura desenvolvimentista de Celso Furtado, identifica-se que a política da SUDENE aprofunda o processo já em curso no país, de constituição de uma economia nacional regionalmente localizada, mas sob a égide do grande capital internacional e nacional oligopolista, ou seja, o Nordeste se transforma e sofre outra modernização para adequar sua estrutura produtiva aos interesses externos à região.

1.3.3. O CEARÁ NO CONTEXTO: DA *FRAGILIDADE ESTRUTURAL À TRANSIÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO*.

Dentro do quadro aqui apresentado a nível de Região, o Ceará aparece como estado cuja conjuntura político-social-econômica condiz com as características apresentadas por Menezes (1967) a *representar o Outro Nordeste*.

Identificado por Parente (in Souza: 2000) dentro de um quadro de fragilidade estrutural, onde – ao contrário da realidade apresentada por outros estados do Nordeste como Pernambuco, Paraíba e Bahia – não ocorreu a formação de oligarquias fortes, o Ceará

esteve sempre a mercê das soluções paliativas programadas para solucionar a problemática advinda do fenômeno climático da seca, soluções estas que partiam de um âmbito assistencialista e que geraram o fenômeno do clientelismo, definido como “(...) *um mecanismo tradicional de criar fidelidades quando a ideologia não consegue*”. (Parente in Souza: 2000, 386)

O quadro de conformação territorial apresentado é de migração externa e interna, de fuga dos Sertões, em busca dos pólos de concentração urbana. A cidade de Fortaleza apresenta, a partir do início da década de 1930, um crescimento populacional considerável, fato que gerou preocupações por parte dos governantes em dois sentidos: por um lado, barrar a onda migratória que era tida como um dos principais geradores da problemática urbana que estava se instaurando; por outro, a necessidade de planejar a cidade em termos urbanos, tendo em vista propiciar soluções para a problemática estabelecida.

A ótica que prevalecia, portanto, era a ênfase assistencialista que o estado dava aos problemas, a partir da *representação constituída* de um estado sem recursos próprios, miserável, e que necessitava da caridade do governo para a sua sobrevivência.

O prenúncio de novos rumos é identificado por Parente (in Souza: 2000), a partir do surgimento das lideranças políticas de Carlos Jereissati e Virgílio Távora, que apresentaram duas formas de lideranças diferentes, mas representativas de uma transição para a ideologia da modernidade e com o objetivo de implementação no Ceará do projeto de modernização conservadora das elites brasileiras, um desdobramento da ideologia nacional desenvolvimentista implementado por JK, e refletido nas idéias de Celso Furtado e do BNB para a região Nordeste.

Sobre Virgílio Távora, Parente identifica nesse líder político o intuito de que a industrialização era a forma de produção mais adequada para mudanças qualitativas não só para a economia estadual, mas para que as elites se fortalecessem e se consolidassem,

sendo então responsável, por criar as bases do processo de industrialização no estado³⁵. Para potencializar sua crença, ele procurava essas idéias buscando valores técnicos para a política. Nesse contexto, Távora abriu as portas da política à catedráticos das áreas de engenharia e economia, tais como o professor de engenharia José Lins, o economista Paulo Lustosa e o engenheiro Vicente Fialho, que irão fazer, a partir de então, carreira na política cearense.

Já Carlos Jereissati é definido como o verdadeiro fruto do nacional-desenvolvimentismo, onde sua liderança é estimulada pelo governo da União comprometida com a construção do capitalismo nacional, em detrimento de Távora, que apresenta uma política mais tradicional na prática de fidelidades, apesar de moderna na sua realização. Em síntese, a política estabelecida por Távora é definida com base nos preceitos da “modernização conservadora”, e que serão seguidos nos governos de César Cals e Adauto Bezerra. O primeiro, um tecnoburocrata com competência específica e definida, e com boas relações com os políticos do regime militar; e o segundo, que representa o poder revestido de uma dupla face: “(...) *uma moderna, no que diz respeito às relações com o capital industrial e financeiro e uma tradicional no que se refere às práticas políticas e às construções simbólicas*”³⁶. (Parente in Souza: 404)

Virgílio Távora retorna ao governo do estado em 1980, onde consolida a transição para a modernidade, realizando várias obras estruturais, bem como rodovias ligando cidades do interior, e, além disso, tomou medidas complementares para transformar o aeroporto Pinto Martins em internacional (embora só tenha acontecido com Tasso Jereissati), para a conclusão das obras do porto do Mucuripe e para a criação da Companhia das Docas do Ceará, obras que fizeram parte de um projeto de transformar o Ceará no terceiro pólo

³⁵ Conforme Parente (in Souza: 2000, 398), “(...)Távora plantou, naquele primeiro momento – 1962-66 –, as bases desse processo que culminará numa industrialização mais intensa. A obra estrutural mais significativa nesse primeiro governo foi ter trazido a energia de Paulo Afonso para o estado. No seu retorno ao governo (1979-82), ele toma um conjunto de iniciativas que consolidará o processo de industrialização. Concretizada a infraestrutura de transporte, habitação, entre outros, para a instalação do distrito industrial no município de Maracanaú, na grande Fortaleza, houve o empenho pessoal para a aprovação de projetos privados pela Sudene, naqueles setores tradicionais e mais identificados com a vocação industrial cearense, como o grupo Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado, Artex, entre outras”.

³⁶ Parente define Adauto Bezerra como o “coronel-empresário”.

industrial do Nordeste, o que veio a ocorrer já na era do empreendedorismo implementada pelo segmento político liderado pelo industrial Tasso Jereissati.

A transição da era dos “Coronéis” para a era dos “jovens empresários” foi feita no período do Governo de Gonzaga Mota, que, apesar de apoiado pelas lideranças políticas tradicionalistas, buscou incorporar em seu discurso o caráter de inovação e mudança, a partir de um pensamento atrelado à sua formação enquanto técnico do Banco do Nordeste e catedrático da área de economia da Universidade Federal do Ceará.

Há de se salientar que a ascensão ao poder do grupo liderado por Tasso Jereissati não ocorre, conforme identificado pelo próprio grupo, num clima de ruptura profunda, visto que, conforme aqui explicitado, o caminho para a modernização do estado já estava sendo trilhado, a partir de ações, como a criação do Banco do Nordeste do Brasil, da experiência de planejamento estratégico, no governo Virgílio Távora, na participação em cargos políticos de um quadro de tecnocratas. Salienta-se também que a relação do CIC – Centro Industrial do Ceará – com os coronéis, foi sempre de cordialidade, não havendo, portanto, divergências políticas mais intensas. O CIC, por exemplo, apoiou a candidatura de Gonzaga Mota, que era, à época, o candidato lançado pelos coronéis, e que em seu governo acabou atuando nas duas frentes. (Gondim in Souza: 2000). Portanto, configura-se o que é apresentado por Parente (in Souza: 2000, 407), “(...) *O contraditório desse processo é que os coronéis prepararam o cenário da modernidade, mas não eram os atores principais da cena política*”. O “Governo das Mudanças” entra em cena, utilizando-se da gestão empreendedora para estabelecer uma *representação* de um novo Ceará, livre dos atrasos e dos desmandos da política tradicionalista conservadora.

1.4. SÉCULO XX (PARTE 2) – O CEARÁ NO CONTEXTO DA CONSTITUIÇÃO DE UMA *REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONALIZADA DA MEMÓRIA*.

1.4.1. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO COMO *REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL*.

A década de 1930 é identificada no quadro político do Brasil como o momento de implementação do regime do Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, e tendo como uma das premissas básicas, a constituição de um estado politicamente forte, de caráter autoritário, ao mesmo tempo respaldado por ações de âmbito populista, de modo a fortalecer e legitimar a sua proposta interventora. Sob esse aspecto, tornaram-se de fundamental importância as discussões acerca da instituição de elementos que legitimassem o Estado enquanto Nação, tornando-se, a partir da condição de Identidade Nacional, símbolos de uma nação emergente e promissora.

É neste período que se começa a pensar na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional sob forma de institucionalização, a partir da criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Maria Cecília Londres Fonseca (1997) irá denominar este momento de Fase Heróica (1937-1970), que principia sob uma ótica de construção de uma identidade nacional, a partir da ideologia do Estado Novo – regime que se mostra ao mesmo tempo popular e autoritário – aliado ao pensamento dos intelectuais modernistas, que, como representantes do saber intelectualizado, fizeram prevalecer o ideário tecnocrático e racionalizador da corrente de pensamento preservacionista francês – tendo a frente o Engenheiro-arquiteto Violet-le-Duc – que buscava identificar, através do patrimônio histórico e artístico, uma cultura nacional, homogeneizada, em busca de evidenciar uma nação que ao mesmo tempo estava direcionada a um futuro promissor, porém voltada para um passado rico, heróico e belo.

A orientação em garantir a uniformidade dos aspectos estilísticos das cidades históricas de maior interesse, originalmente observada na política de preservação posta em prática pelo

antigo SPHAN, passa a apresentar como alvos de preservação oficial os primeiros núcleos antigos brasileiros, a partir de critérios de seleção que evidenciavam o predomínio do valor artístico sobre o valor histórico, ou seja, a cidade é evidenciada pelo seu caráter formal, como obra de arte. Prevalecerá aí uma visão ancorada na necessidade da criação de referências para a compreensão de nossa identidade nacional, onde o elemento tradição funcionará como orientador para a construção de um futuro promissor.

A *representação* que se constituirá será aqui analisada a partir dos seguintes aspectos: 1. da definição de que os valores tradicionais identificados na arquitetura colonial brasileira deverão ter garantia de transmissão para as futuras gerações; 2. de que essa arquitetura identificada como arquitetura tradicional deverá servir como parâmetro para a produção de uma nova arquitetura em que se estabeleçam também os critérios de beleza e verdade estrutural; 3. de que as manifestações que não se enquadram nesses parâmetros de beleza e verdade estrutural – identificadas por Lucio Costa como “arquitetura bastarda”, sendo dada ênfase à produção eclética – sejam relevadas a um plano secundário ou até mesmo, nos casos mais extremos, excluídas.

Nesse âmbito, partiremos para análises onde seja possível identificar as questões acima colocadas, sob o ponto de vista da compreensão dos parâmetros que indicaram se os bens analisados são considerados espaços de significação cultural, e na perspectiva apresentada da legitimação desses bens enquanto representativos da propalada identidade nacional.

Com relação ao primeiro aspecto, identificamos que a *representação constituída*, que aponta como exemplares significativos da Identidade Nacional brasileira as cidades barrocas mineiras e com especial destaque a cidade de Ouro Preto, privilegiará tipológicos da arquitetura e conseqüentemente, da cidade. No caso de Ouro Preto, a condição de cidade representativa de uma identidade nacional acaba por ser reduzida à questão da uniformidade de aspectos estilísticos, desconsiderando a cidade “(...) *como processo social e historicamente construído, como espaços que acumulam vestígios culturais no seu processo*

permanente de reapropriação social e como lugares que adquirem valor simbólico, referências culturais das comunidades que o habitam".³⁷

Nesse âmbito, a imposição de normas e regras de controle – tanto para reformas e restauros, quanto para novas construções – surgem a partir da impossibilidade de se estabelecer um controle caso a caso³⁸, ainda no período em que a cidade era entendida como objeto acabado, de acordo com a concepção de Lucio Costa: “(...) *Ouro Preto é uma cidade já pronta e as construções novas que, uma ou outra vez, lá se fizerem, serão obrigatoriamente controladas pelo SPHAN*”³⁹. Já nesse momento, onde o crescimento da cidade ainda não tinha se acentuado, tais imposições passam a ser incorporadas à rotina de construção da cidade, onde “(...) *aos poucos foi se formando uma nova imagem urbana caracterizada pela intenção estética da instituição*”.⁴⁰

Esta maneira específica de construir a paisagem perpassa vários momentos históricos, continuando ainda hoje a ser evidenciada, em detrimento tanto de novas concepções acerca das práticas patrimoniais como da própria dinâmica da cidade e gerando, em virtude do pouco teor crítico de que é imbuída, uma arquitetura bem diferente da tradicional⁴¹, cuja qualidade seria exatamente o que se pretendia originalmente resguardar. Portanto, não apenas continua-se a evidenciar os critérios fachadistas, dentro da concepção tipológica de arquitetura e cidade, como tal condição passa a abranger não só mais a área delimitada pelo sítio histórico propriamente dito, estendendo-se às áreas periféricas.⁴²

³⁷ Motta, 2000: 126.

³⁸ “*Com o tempo e o aumento dos pedidos de aprovação de projetos na cidade, começou-se a evidenciar a impossibilidade de controle particular de cada caso, e surgiram as primeiras normas. Passou-se então a exigir a utilização dos elementos estruturais da fachada em madeira, como: beirais de cachorro, vãos em caixões externos e folhas em rótulas, calhas, ou guilhotinas*”. (Motta, 1987: 112).

³⁹ Motta, 1987, 113.

⁴⁰ Motta, 1987: 113.

⁴¹ As novas disposições espaciais surgem como consequência de elementos como nova dimensão de lotes, nova implantação, nova relação com a rua, nova disposição de cômodos.

⁴² Ainda na denominada Fase Heróica do SPHAN, já se evidenciava a preocupação com a construção nas novas áreas: “*Estas normas passaram a ser empregadas nas novas áreas que iam se formando nas periferias*” (Motta, 1987:113). Já a partir da década de 50 – período dos primeiros loteamentos – continua-se com as preocupações estetizantes: “*Aquilo que na primeira fase pretendia apenas conseguir a repetição de linhas tradicionais, passando depois à definição de utilização de alguns elementos tradicionais*

Já com relação ao segundo aspecto, constatamos o papel fundamental exercido por Lucio Costa, então responsável pela aprovação dos pareceres de tombamento do recém-criado SPHAN, o arquiteto procurou exercer na prática os seus princípios teóricos em prol de uma “boa arquitetura”, que podia ser vista tanto nas cidades mineiras como na arquitetura modernista que emergia, seguindo os passos de Le Corbusier. A articulação entre esses dois tipos de manifestação artística só pode ser justificada a partir do entendimento que as mesmas guardam uma relação em comum, identificada pelos parâmetros de beleza e verdade estrutural, que irão atestar o princípio da “boa arquitetura” identificado por Lucio Costa. Nesse âmbito, tanto a arquitetura tradicional quanto a arquitetura moderna brasileira deverão ser evidenciadas como elementos identificadores de nossa identidade nacional.

Considerando, portanto, as duas arquiteturas como exemplos de beleza e verdade, Costa aponta características que as unia, evidenciando-as. A sua defesa em favor da construção do Grand Hotel de Ouro Preto – projeto de Oscar Niemeyer – torna-se, na verdade, uma defesa de dois grandes exemplos da considerada *boa arquitetura*: de um lado, Ouro Preto, obra de arte e “cidade já pronta”; de outro, o Grand Hotel, edifício

“(...)de excepcional pureza de linhas, e de muito equilíbrio plástico. (...) Uma obra de arte, e como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de artes, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior – o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura” (Costa apud RSPHAN, 1987: 109).

De acordo com Lia Motta, a cidade de Ouro Preto foi, portanto, utilizada “(...)como matéria prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista. (...) as supostamente poucas edificações novas no conjunto eram encaradas como um retoque, devendo ser executadas

anteriormente descritos, nesta fase se consolidou em exigências específicas do casario novo” Motta, 1987: 114. Na chamada “época dos planos”, na década de 70 – momento em que já se evidenciava uma distinção entre a cidade tradicional e a periferia – continua-se a atestar a idealização do espaço, conforme cita Lia Motta, ao analisar o “Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, de 1973 a 75: “O critério de ‘semelhança para harmonia com o preexistente’ passou a ser sugerido formalmente também para as **áreas periféricas**, mesmo que situadas por trás dos morros, como no caso do *Buraco Quente*, o que reforçava e dava continuidade à rotina estético-estilística e de indução ao hibridismo nas aprovações do Patrimônio” Motta, 1987:113. Grifos nossos

de forma a diluir-se no contexto antigo ou ser contemporâneas (modernistas), desde que de boa arquitetura” (Motta in RSPHAN, 1987:110).

Com relação às restaurações propostas, deveriam seguir o princípio de eliminação dos aspectos “bastardos” das edificações, ou seja, deveriam ser excluídas as modificações sofridas pelas mesmas, que a afastavam do caráter excepcional das tipologias caracterizadoras dos séculos XVII e XVIII. A preservação dos espaços tombados durante esse período era, portanto, justificada apenas pelo valor da preservação, sem maiores vínculos com os problemas urbanos. (VER PRANCHA 5, p. 122)

Levando em consideração o terceiro aspecto, constatamos o prevalecimento de uma ótica excludente no que diz respeito aos *bens representativos* dessa “boa arquitetura”, principalmente com relação às manifestações decorrentes do ecletismo no Brasil, e que prevaleceu com bastante força até mesmo depois da aposentadoria de Lucio Costa do Departamento de Estudo de Tombamento do IPHAN. Raros foram os casos, durante o período em que Costa esteve à frente do DET, em que foram considerados alvos de preservação os edifícios e / ou espaços urbanos referentes ao período de predomínio do ecletismo no Brasil.

Como síntese dos parâmetros que irão gerar uma *representação* dos bens de significação cultural e que servirão como legitimadores de um processo relativo à definição de uma identidade nacional brasileira, nos reportamos às afirmações de Cecília Fonseca (2005), ao traçar um panorama identificado como “*um retrato em pedra e cal*”. Na dita Fase Heróica, são identificadas hierarquizações sob o ponto de vista da tipologia dos bens, quanto ao estilo de época e também quanto às natureza dos referidos bens.

Nesse aspecto, a autora apresenta os números que darão um panorama da prática preservacionista no Brasil até 1969, período considerado como uma transição para a denominada fase moderna da preservação do patrimônio cultural no Brasil:

“Foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, seis bens arqueológicos, e quinze bens naturais. (...) Quanto às inscrições,

predominavam claramente as inscrições no Livro de Belas Artes (LBA) (340), seguidas pelas duplas inscrições no Livro Histórico e no de Belas Artes (LH/LBA) (217). (Fonseca: 2005, 113)

(...)

Todos sabemos que foi no final da década de 1930, mais especificamente em 1938, que foi inscrito o número mais expressivo de bens (292), a maioria de arquitetura religiosa dos séculos XVI, XVII e, sobretudo, XVIII. Salvo na cidade do Rio de Janeiro, que, por ser então a capital da República, teve a maior parte dos bens tombados com dupla inscrição, a grande maioria dos bens de arquitetura colonial, em Minas, na Bahia e em Pernambuco, foi inscrita apenas no LBA. (Fonseca: 2005, 114)

(...)

Quanto aos estilos de época, havia também uma hierarquização. O barroco era o estilo mais valorizado, sendo seguido pelo neoclássico. A arquitetura moderna que foi introduzida no Brasil em 1928, já em 1947 teve seu primeiro exemplar tombado – a igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte. Ainda nesse período foram tombados o prédio do MEC (1948), a estação de hidroaviões do Rio de Janeiro, de autoria de Atilio Correia Lima (1957), e a Catedral de Brasília, também de Oscar Niemeyer (1967). Quanto ao eclético, a ovelha negra da arquitetura brasileira aos olhos dos arquitetos modernistas, apesar de sua importância histórica como estilo característico da Primeira República, só foram então tombados três imóveis, e mesmo assim exclusivamente por seu valor histórico”. (Fonseca: 2005, 115)

Entretanto, apesar do quadro apresentado indicar uma seletividade bastante direcionada, algumas ações de reconhecimento de outras realidades foram empreendidas, nas quais os relatórios realizados por José João Rescala no Ceará, na década de 1940, constituem um exemplar significativo.

1.4.1.1. A REPRESENTAÇÃO DAS CIDADES CEARENSES NA DÉCADA DE 1940, A PARTIR DO OLHAR DE CAÇADOR DE JOSÉ JOÃO RESCALA.

Em pesquisa realizada no acervo do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – PPGAU-FAUUFBA – encontramos, na dissertação de mestrado de Eugênio de Ávila Lins, intitulada *Preservação no Brasil: a busca de uma identidade*, defendida no ano de 1989, referências ao trabalho do artista plástico José João Rescala, inserida no âmbito da ampliação das ações empreendidas pela então SPHAN – no período compreendido entre 1936 a 1945 – no sentido da execução sistemática do Inventário do patrimônio brasileiro, que objetivava, “(...) em última instância embasar as medidas de tombamento”. Conforme Lins (1989, 213),

“(...) No início de 1937, os inventários são ampliados em virtude da autorização concedida pelo Presidente da república para contratação de pessoal para compor o quadro funcional do SPHAN. Propõe então, o Diretor do Serviço ao Ministro Capanema, em ofício de 20 de abril de 1937, a criação de uma Comissão Central de Tombamentos e Fiscalização com 4 assistentes e de uma Comissão Regional com 7 técnicos, atuando nas seguintes regiões: 2ª Região com sede em Belém; 3ª Região em Fortaleza; 4ª em Recife, 5ª em Salvador, 6ª em São Paulo, 7ª em Porto Alegre e a 8ª com sede em Belo Horizonte”.

A atuação de Rescala recebe reconhecimento do Conselho Consultivo do SPHAN, que propõe a este um voto de louvor pelo material produzido, onde, segundo análise do referido conselho,

“(...) se pode verificar o interesse, a honestidade, no cumprimento das obrigações que lhe foram impostas. (...) Percorrendo os Estados do Norte do Paiz, d’ali troxe documentos, não somente dos aspectos paysagísticos, como também interessou-se pela fixação dos typos característicos, e de scenas expressivas das diversas regiões que percorreo, e assim como demonstrou também, nos estudos de fauna que executou, interesse por bem cumprir as suas obrigações”. (in Lins: 1989, 220)

Rescala desenvolveu trabalhos em Goiás no ano de 1940, recebendo boa aceitação por parte da SPHAN, fato que, provavelmente, gerou a sua indicação para a realização, no ano de 1941, de um trabalho de inventário no estado do Ceará. Sobre este trabalho, Lins (1989, 220-221) afirma:

“O inventário elaborado por Rescala nessa região pode ser considerado talvez o mais abrangente em termos de arquitetura brasileira, até hoje realizado. O mestre Rescala como era conhecido, não se limitou a documentar apenas a arquitetura erudita ou considerada de melhor valor no Estado, empreendendo um levantamento de arquitetura popular de cunho regionalista e de arquitetura vernacular, que surpreende pela variedade das edificações, como igrejas, engenhos de mandiocas, teatros, ranchos, etc. (...) A sensibilidade e a grande percepção do Mestre Rescala, o tornaria posteriormente uma das principais figuras na restauração dos bens móveis do país. Durante anos, se dedicou pessoalmente a inúmeros trabalhos de restauração em várias partes do Brasil sob os auspícios do SPHAN, além de contribuir para a formação de novos profissionais, através das aulas ministradas nos ateliers de restauração e na Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia”.

A forma manifesta de apreensão e compreensão de Rescala com relação à cidade e aos monumentos pode ser entendida a partir do ponto de vista estabelecido por Lucio Costa nos exercícios de contemplação que faz nas cidades coloniais brasileiras, reforçado pela prática do conhecer para preservar, este conhecimento tem os seus formuladores como verdadeiros caçadores de relíquias, ou melhor dizendo, de “boa arquitetura”:⁴³

“Os métodos de identificação e seleção do valor de patrimônio, tendo como referência critérios estéticos-estilísticos, resumiam-se ao reconhecimento in loco dos valores preestabelecidos – a arquitetura colonial. Quando Lúcio Costa assumiu a direção da Divisão de Estudos e Tombamentos do Iphan, em 1949, fez referência à necessidade de promover um inventário de caráter nacional, com

⁴³ Lúcio Costa, em várias de suas viagens, também exercia a tarefa de “caçador”, com fins claros, como revela a sua estadia em Rott – am – Inn: “Mas o que principalmente me interessava era ver o retábulo de Rott-am-inn, porque pelo exame fotográfico era o único que, de fato, apresentava alguma afinidade quanto ao partido geral, inclusive a figuração no fecho da composição, com os retábulos mineiros” (Costa: 2003, 85).

“informações de natureza técnico-artística”, especialmente para orientar trabalhos nos monumentos tombados e obter conhecimento da “totalidade das obras de (cada) categoria, visando a classificações que orientariam os tombamentos. Para os dois casos, propunha equipes de campo (...) “constituídas por um fotógrafo e um técnico habilitado – possivelmente a mesma pessoa – ambos com gosto por essa espécie de aventura, que deverá ser levada a cabo sem pressa, com o espírito esportivo dos caçadores e com o mesmo zelo e determinação que dão mostra os viajantes e catadores de antiguidades”. (...) A imagem do “caçador”, sugerida por Lúcio Costa, o valor “técnico-artístico” e a comparação com ao viajantes e “catadores de antiguidades” armados de uma máquina fotográfica dão a dimensão do que se procurava como valor patrimonial e do tipo de registro que se pretendia obter – a estética já definida como representação da cultura nacional. O “caçador”, diferente da idéia do explorador, já parte para a aventura sabendo o que deseja encontrar e, de fato, são vários e preciosos os registros fotográficos deste período”, sempre da arquitetura e espaços urbanos coloniais. (Motta in Oliveira (org.): 2002, 129)

E, apesar da constatação de que *“(...)Esse método de identificação dos bens culturais proposto por Lúcio Costa não chegou a ser implantado, e o reconhecimento dos imóveis e sítios ocorreu, de fato, por uma aproximação à primeira vista, pela experiência sensível nos circuitos geográficos mais freqüentados, sem que o território nacional fosse explorado de maneira sistemática”* (Motta in Oliveira (org.): 2002, 130), percebemos que o método apresentado será utilizado por Rescala, que, munido de máquina fotográfica, com a tarefa de “caçar” os monumentos existentes nas cidades e em alguns edifícios situados nas áreas rurais, passa a relatar suas características arquitetônicas e seu estado de conservação.

Em depoimento prestado, no ano de 1983⁴⁴, Rescala comenta sobre o processo de escolha para a realização do trabalho, indicando que teve o primeiro contato com Rodrigo Melo Franco de Andrade – então Diretor do SPHAN, no ano de 1937, quando conquistou o prêmio de viagem pelo Brasil, do Salão Nacional de Belas-Artes, fato que propiciou a

⁴⁴ Registrado em MINC/SPHAN/PROMEMÓRIA: SPHAN – MEMÓRIA ORAL, Depoimento Nº 3 – João José Rescala. Rio de Janeiro: 1988

condição necessária para realizar viagens pelo país, sendo a primeira destas para Vitória, em 1938. No entanto, o artista afirma o seu desejo de conhecer o Norte: “(...) *Eu preferia o Norte do Brasil, por achar que havia mais ‘brasilidade’ lá do que no Sul. E nisto eu não me enganei, não. Pois encontrei tanta coisa, legítima, aqui, pelo Nordeste, que não me arrependo* (MINC/SPHAN: 1988, 1).

Prosseguindo a viagem, Rescala conhece o Amazonas e Recife. No retorno, tem contato com Mário de Andrade, com quem manteve importantes conversas acerca das viagens realizadas pelo Brasil. Nesse período, chegou à seguinte conclusão: “(...) *e chegou a hora de eu viajar como representante do IPHAN* (MINC/SPHAN: 1988, 1). (...) (...) *Aconteceu que havia um trabalho em Goiás. Não sei por que razão, os funcionários ou não estavam disponíveis, ou não tinham a prática de andar muito pelo interior; qualquer coisa nesse sentido. Então, ele me convidou. Eu era solteiro e gostava de viajar. Aceitei a incumbência e fiz o trabalho de Goiás*”. (MINC/SPHAN: 1988, 2)

Concluído o trabalho em Goiás, Rescala recebe a incumbência de Rodrigo Melo Franco de Andrade, de realizar um trabalho semelhante no estado do Ceará, visto que o resultado apresentado muito agradou ao então Diretor do IPHAN. Porém, Rodrigo Melo Franco alerta: “*‘Olha, ninguém que ir para o Ceará!’ Porque naquela época ainda se falava muito de Lampião, de cangaceiros, dessa coisa toda ...*” (MINC/SPHAN: 1988, 3)

Rescala chega ao Ceará em 1940 e, segundo seu relato, permanece durante um ano e meio. Percorreu boa parte do território cearense, concentrando seus relatos nas seguintes cidades: Aracati, Crato, Granja, Icó, Iguatu, Itarema (Almofala), Quixeramobim, Sobral e Viçosa do Ceará. Documentou também algumas edificações rurais nos municípios de Aracati, Crato, Saboeiro e Santa Quitéria (antiga Santanópolis). O depoimento prestado pelo artista revela em alguns trechos, momentos de surpresa com relação ao que encontrou no estado, e também alguns problemas surgidos durante o roteiro que foi estabelecido:

“Aprendi muita coisa. Vi que nossa terra é muito bonita, com essas viagens. Gostei de viajar, de conhecer o Brasil primeiro, antes de ir à Europa. Isto foi muito bom para mim. E o Ceará, apesar da seca, é uma terra muito bonita, e o povo é muito trabalhador, muito interessante. (MINC/SPHAN: 1988, 4)

(...)

Para surpresa minha, na arquitetura tradicional havia coisas belíssimas e cidades muito interessantes, como Aracati, Icó ... Enfim, quase todas as cidades – Crato mesmo, naquela época. Ainda conheci a obra do Padre Cícero em Juazeiro. Padre Cícero que morreu e que tanto falavam mal dele. Mas eu pensei o seguinte lá: tomara que houvesse tantos “Padres Cíceros” no Brasil, porque ele levou tanto progresso para lá e protegia tanta gente, que por isso, depois, começaram a chamá-lo de comunista. Mas na realidade foi uma grande obra a que ele fez. No Ceará, eu viajei muito. Talvez seja o Estado que eu mais conheça, porque eu percorri ele todo. O programa era muito grande. Levei um ano e meio, mais ou menos, viajando por lá, em tudo que é meio de transporte: trem, carro e carro de boi, pau-de-arara, aquilo tudo. E sinceramente, nada me aconteceu; em cada lugar que visitava sempre fazia amigos. (MINC/SPHAN: 1988, 4)

(...)

O fato é o seguinte, eu viajei quase todo Ceará e nada houve comigo. Porque em primeiro lugar, eu não abusava de ninguém, não mexia com ninguém. Então, todos me recebiam muito bem. Até um sujeito, conhecido como “cabra espiritado”, considerado terrível em Saboeiro, lá nos sertões dos Inhamuns, na Semana santa me levou para comer na casa da mãe dele, bem longe. Pinteí o retrato dele. Ele então trazia os vaqueiros para verem o retrato. Parecia uma criança e era um sujeito perigosíssimo – assim diziam lá. Qualquer amigo dele que foi preso, ele ia à cadeia tirar a bala. No entanto, ele foi tão sensível à arte. Essa é a parte curiosa, que me impressionou muito. (MINC/SPHAN: 1988,4)

(...)

Na realidade, eu percorri todo o estado. Fiz o serviço de tombamento, documentei bem. Tanto é assim que aquele representante do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional ... e – esqueço o nome dele – disse que se guiou justamente pelos relatórios e as fotografias que eu fiz, no Ceará. Deixei uma farta documentação”. (MINC/SPHAN: 1988, 9)

Os relatórios consistiam basicamente de descrição do imóvel acompanhado de fotografia. Em alguns relatórios consta de um esboço bastante esquemático da planta baixa. Alguns bens foram documentados fotograficamente tanto interna como externamente. No caso de

algumas igrejas, foi fotografada toda a imaginária existente. Constatam também alguns desenhos, basicamente das rancharias e de algumas edificações vernaculares encontradas no município do Crato. Algumas cidades também foram alvo de registros fotográficos sob o ponto de vista do conjunto urbano. É o caso, por exemplo, das cidades de Aracati e Icó.

A leitura realizada nestes núcleos urbanos tem como premissa do entendimento desses espaços como “somatória de obras de arte”, sendo poucos os momentos em que o profissional relata alguma questão vinculada à leitura da cidade como espaço determinado por condições sócio-geográficas ou a detectar possíveis problemas urbanos. Quando assim o faz, vincula as transformações a uma “feição primitiva” da cidade, conforme atesta o relato sobre a cidade de Icó:

“A cidade passou longo período em completo abandono, a propriedade desvalorizada, vendia-se um sobrado por 1:000\$000 e até por 700\$000. Outros preferiam demolir as suas casas para venderem o material. Com a passagem da estrada de rodagem tronco, a cidade foi reabitada e está em franco progresso, progresso este pernicioso à feição primitiva da cidade. A preocupação da prefeitura é intimar os proprietários a modificarem as fachadas de suas casas, o que está infelizmente acontecendo em grande escala, prejudicando assim a única cidade talvez no Ceará que reunia um conjunto apreciável de arquitetura tradicional. Disse reunia, pois o que hoje existe é um terço do que havia 3 anos atrás”.(IPHAN,1997: 17)

Em suma, a leitura feita das cidades partem de seus monumentos. (VER PRANCHA 6, p. 123)

Entretanto, a partir dos anos 1950, a feição das cidades brasileiras passará a ser modificada, por conta das alterações impostas pela problemática urbana. Esses espaços, portanto, não poderiam mais ser entendidos como pontos fixos, estáveis: a leitura do espaço urbano como processo, passa a ser evidenciada. O entendimento dos centros históricos precisava ser revisto: a cidade como *monumento* já não bastava. Passa-se então para outro conceito: o da cidade como *Documento*, como *testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratado como acontecimento histórico*.

1.4.2. O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA REPRESENTAÇÃO COMO RECURSO ECONÔMICO.

A partir dos anos 50, entretanto, as cidades – principalmente as consideradas históricas – passam a apresentar problemas urbanos bem mais intensos, pois as mesmas passavam de uma situação de estagnação econômica para um processo de crescimento acelerado e de pressão demográfica, frutos dos avanços registrados, tais como, implantação de indústrias nas suas imediações e, como consequência, aberturas de estradas para facilitação do fluxo de mercadorias.

Algumas cidades passam a receber um fluxo turístico considerável, como também se tornam vítimas da especulação imobiliária, que passa a comprometer a paisagem natural, afetando de maneira desfavorável os conjuntos históricos. A política preservacionista, portanto, deveria, a partir de então, redirecionar as atividades, pautadas em novas conceituações, a fim de evidenciar a prática de preservação através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico, ou seja, não é possível atuar nessas cidades-monumento apenas no sentido de resolver problemas de manutenção de suas características formais.

Evidencia-se durante este período – após o término da Segunda Guerra Mundial – uma arrancada maior na política de industrialização do país, que atinge seu auge durante o Governo Kubitschek, quando a estrutura montada já apresentava-se semelhante à de países mais desenvolvidos. Portanto, o Brasil do final dos anos 50 já se configura com uma nova feição: com um modelo industrial,⁴⁵ voltado basicamente para o mercado interno e financiado pelo capital estrangeiro.

Intensifica-se a abertura do país ao aporte estrangeiro, dado, por exemplo, pelo incentivo à implantação de uma série de indústrias dinâmicas, prevalecendo a automobilística, principal vetor no modelo de urbanização a ser seguido. A premissa de que o rodoviarismo

⁴⁵ Aqui há um evidente paradoxo: o modelo buscado baseia-se na implementação de indústrias, porém a estrutura fundiária tradicionalista não é modificada.

passa a dar o tom da política de desenvolvimento urbano só se modificaria com a crise do petróleo, em 1974, abrindo espaço para outras alternativas, entre elas a que procurou, na vinculação entre preservação dos recursos naturais/patrimônio cultural e desenvolvimento, reverter a concentração urbana no sudeste através do incremento na base econômica das metrópoles do nordeste, bem como o fortalecimento dos núcleos de médio porte.

Surge, a partir de então, a possibilidade de valorizar a proteção do patrimônio, usando este último também como fator de acumulação capitalista, através do incremento da atividade turística, fato indicado por Andrade, mesmo que de maneira indireta, ao citar sugestões para o re-desenvolvimento econômico do recôncavo baiano:

“[não se pode] (...) esquecer o grande potencial turístico da área que, além de possuir belas paisagens naturais, foi, no passado, região de grande importância econômica, pelo que possui cidades com monumentos históricos de alto valor, como Cachoeira e Santo Amaro” (Andrade, 1979:121).

Sob o ponto de vista das conceituações que regem as diretrizes para conservação do patrimônio, essas novas questões colocadas pela dinâmica urbana irão gerar uma nova forma de orientação da prática preservacionista: os monumentos não podem mais ser vistos apenas como obras de arte, pois fazem parte da dinâmica das cidades; a expansão tipológica do patrimônio histórico acontece, quando se passa a privilegiar uma dita “arquitetura menor”, também digna e passível de preservação; essa expansão é respaldada pelas descobertas arqueológicas das artes e técnicas aplicadas, ampliando o campo das culturas passíveis de preservação, ou seja, descobre-se a cultura pré-histórica e a cultura dos índios; como consequência, o termo cultura é reavaliado, deselitizando-se e expandindo-se: “aparecem” as culturas minoritárias, a cultura popular, cultura do pobre, do vulgar, o Patrimônio Cultural. Ao mesmo tempo ocorre uma busca, por parte de um público menos erudito, pela visita dos monumentos históricos, vinculada a uma nova atividade de lazer: o turismo. Tais questões revelam a necessidade de reformulação das conceituações no âmbito da conservação patrimonial, as quais serão aqui apresentadas seguindo as Cartas de Recomendações propostas.

1.4.2.1. AS CARTAS PATRIMONIAIS

Dentro da análise da formação deste novo corpo de regras, será tomada como primeira referência o trabalho da UNESCO datado de 1962, que prima pela salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, estabelecendo para isto o controle dos trabalhos de construção dos novos edifícios, visando uma proteção especial às proximidades dos monumentos, o que irá caracterizar o conceito de entorno – lembrando que com isto, o que se chama de entorno não deve ser considerado com excepcionalidade, este tem por função evidenciar e valorizar o monumento tombado.

A Carta de Veneza, de 1964, ao apontar que os princípios que regem a Conservação e o Restauro devem ser elaborados e formulados num âmbito internacional, cabendo a cada país estabelecer a relação com o contexto e suas respectivas tradições, passa a evidenciar a internacionalização e exteriorização destes preceitos.

Estes princípios irão girar em torno dos seguintes aspectos: na noção de Monumento Histórico, como testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratado como acontecimento histórico; no estabelecimento da Conservação e do Restauro como um corpo disciplinar, relacionado de forma direta com as ciências e técnicas aplicadas; na conceituação de preservação dos monumentos não apenas como obras de arte, mas também sob forma de testemunho histórico; numa preocupação com a destinação desses monumentos, no sentido de os mesmos terem uma função que seja útil à sociedade; na preservação de sua ambiência em sua escala, já relacionada ao conceito de entorno, estabelecido pela UNESCO em 1962; na concepção de que as obras de restauro deverão destacar-se na composição arquitetônica e ostentar a marca de sua época, ou seja, a restauração não deve falsificar o documento de arte e de história. Neste aspecto torna-se explícito o compromisso com a verdade, ratificada pela utilização, na atividade do restauro, de técnicas e fontes documentais que evidenciem esta veracidade.

A Carta de Quito, de 1967, representa com clareza a inserção deste corpo de regras no âmbito dos países periféricos, em especial os da América Latina, como já sugeria a Carta

de Veneza, atribuindo a cada país a incumbência de relacionar os preceitos internacionais ao contexto e tradições locais.

Este documento aponta o vandalismo urbanístico e o empobrecimento que vêm sofrendo a maioria dos países americanos, como sendo as principais causas da destruição do potencial de riqueza destes países: o seu patrimônio cultural. Sugere como solução para este problema, a adoção de medidas de emergência relacionadas com a revalorização dos bens patrimoniais. Essas medidas deverão consistir em “soluções conciliatórias”, na perspectiva de aliar o passado com o presente e, para além disso, utilizá-lo como meta de desenvolvimento sócio-econômico.

Na perspectiva de um desenvolvimento no âmbito social, atribui-se ao estado, a tarefa de estabelecer e destinar ao monumento uma forma de compatibilizar interesses públicos e privados, bem como trabalhar a questão da preservação no âmbito de um programa de conscientização cívica, através da criação de uma programação educativa.

Quanto à esfera do econômico, parte-se do pressuposto de que os monumentos, assim como as riquezas naturais do país, devem ser entendidos como “recursos econômicos”, fato que atribui a estes um valor que, para além do simbólico/cultural, os inserem como elementos integrantes dos planos de desenvolvimento das cidades. Afirma-se, portanto, que a utilização dos centros históricos no processo de valorização das cidades realiza-se em função do desenvolvimento econômico da América Latina, como forma de por em produtividade uma riqueza até então inexplorada.

A atividade turística apresenta-se como possibilidade de valorização dos monumentos, no intuito de que o exercício desta atividade contribua para reconhecer e afirmar a importância do patrimônio cultural como elemento dotado de grande significação nacional, dando aos monumentos uma função tanto econômica como pedagógica.

Afirma-se neste processo a importância da atividade turística no que diz respeito à salvaguarda de uma grande parte do patrimônio cultural da Europa, que estava condenado

à completa e irremediável destruição, sendo perfeitamente cabível a utilização desta atividade como forma de evitar o desaparecimento do patrimônio cultural também nos países da América Latina, inserindo esses monumentos no processo de desenvolvimento econômico-social do novo mundo. A partir dessas análises, os esforços se concentram na busca de uma legislação eficaz que alie organização técnica e planejamento racional vinculados à atividade turística.

Com relação à forma de proteção dos monumentos, evidencia-se uma preocupação com a relação volumétrica dos espaços, sob forma de delimitação de zonas, indicando-se diferentes graus de proteção.

As questões de relação entre o bem cultural e sua área envoltória passam a ser enfatizadas com mais veemência a partir de 1975, no documento intitulado Manifesto de Amsterdã: a integração dos conjuntos históricos na vida coletiva é evidenciada de maneira mais explícita, ou seja, passa-se a atribuir uma importância “cultural” também ao entorno, no sentido de preservar uma ambiência, bem como integrá-lo como um registro de marco temporal.

Na Carta de Nairóbi, de 1976, estabelece-se uma série de conceitos que dizem respeito à visualidade e ambiência do bem tombado. Dentre estes conceitos, os que se referem a termos como centro histórico, ambiência e salvaguarda.⁴⁶ O mesmo documento afirma a necessidade do estabelecimento de normas que trabalhem os conjuntos históricos e os

⁴⁶ Conforme Documento da UNESCO de 1976, (apud GALLO, in V SHURC, 1996:04), Considera-se “**conjunto histórico** ou tradicional todo grupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, estético ou sócio-cultural. Entre esses ‘conjuntos’ que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por **ambiência** dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais.

Entende-se por **salvaguarda** a identificação, a proteção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno”.

monumentos isolados de maneira diferenciada, pois, no primeiro caso há uma forte relação entre os elementos constitutivos, o que lhes determina uma certa unidade, enquanto que no segundo as relações se estabelecem de maneira diversificada, dependendo do grau de integração deste com sua área envoltória. Quanto à regulamentação e controle das novas construções, sugere-se a busca por um enquadramento harmonioso entre o novo e o antigo, levando-se em conta a estrutura espacial e ambiência existentes.

1.4.2.2. REPERCUSSÃO NO BRASIL: OS *ENCONTROS DE GOVERNADORES DE SALVADOR E BRASÍLIA*

No caso brasileiro em questão, o apoio técnico da UNESCO apresenta-se como fator indispensável no estudo para a identificação de soluções referentes às cidades tombadas, apontando para a necessidade de reestruturação do sistema estatal de proteção do patrimônio. Neste sentido, Renato Soeiro – presidente do SPHAN no período 1967-1979 – procura estabelecer contato com o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, de onde surge a idéia de promover encontros de governadores, cujo objetivo consistia na busca de soluções em prol da defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Foram promovidos dois Encontros de Governadores, respectivamente em Brasília(1970) e Salvador(1971), nos quais são estabelecidas as linhas gerais da nova política de preservação, pautadas, basicamente, na articulação entre os poderes públicos, sob a orientação da SPHAN, respaldados pela criação de órgãos preservacionistas nos âmbitos estadual e municipal.

1.4.2.3. OS PRIMÓRDIOS DO VÍNCULO PATRIMÔNIO CULTURAL – PLANEJAMENTO URBANO: O *PCH* COMO INSTRUMENTO DE *DESENVOLVIMENTO*

No ano de 1973 é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH – que visava empreender uma compatibilidade entre interesses de preservação e desenvolvimento – através de um planejamento urbano que visa a atividade turística – bem como a importância da articulação entre todos os níveis de instância governamental,

partilhando ambos a responsabilidade pela preservação do patrimônio nacional – buscando assim uma descentralização do poder ⁴⁷. Estes pontos vão ao encontro dos preceitos orientados pelas Cartas de Veneza, de 1964, e de Quito, de 1967.

O programa foi formulado por um Grupo de Trabalho Interministerial, reunindo representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), as Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Ministério do Planejamento – através da SEPLAN – e Coordenação Geral, cujos objetivos consistiam na geração de renda para o Nordeste pautados no incremento da atividade turística, e na conservação do patrimônio histórico de acordo com o esforço integrado entre os poderes públicos, tendo como universo de abrangência os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Amparados na estratégia de valorizar o potencial turístico dessas cidades, as práticas deveriam, em princípio, implantar uma infra-estrutura mínima para o desenvolvimento desta atividade, ficando a restauração de monumentos ou pequenos conjuntos e a divulgação de belezas naturais e manifestações folclóricas a funcionarem como chamarizes para a população turística.

Como critério para seleção das cidades, e prioridades nas obras, foram levados em consideração a possibilidade de integração imediata à atividade turística, assim como a questão da manutenção, onde deu-se ênfase às cidades que mostravam algum tipo de risco de arruinamento iminente. Além disto, buscou-se privilegiar, em princípio, as cidades com feição “barroca”, visão ainda presa ao valor artístico como critério de seleção: inicialmente foram indicadas para avaliação as cidades de Salvador (BA), Cachoeira (BA), São Cristóvão (SE), Laranjeiras (SE), Penedo (SE), Marechal Deodoro (AL), Olinda (PE), Igarassu (PE), São Luis (MA) e Alcântara (MA).

⁴⁷ Sobre este segundo aspecto, é importante lembrar o Encontro de Governadores realizado em Salvador no ano de 1971, que tinha em pauta a questão da necessidade de uma articulação mais eficaz entre os poderes governamentais em relação às políticas patrimoniais.

Ao longo do processo, passou-se a identificar potencial turístico em outros requisitos que não somente na presença de monumentos históricos não excepcionais, fato que já evidencia a influência dos preceitos da Carta de Veneza, a privilegiar também conjuntos urbanos “modestos e triviais” como Lençóis, Rio de Contas, Itaparica e Mucugê, todos na Bahia, elevando-os à condição de patrimônio nacional.

O processo atinge alcance maior, onde cidades tidas como menos significativas também entram como alvos de apreciação. É o caso das cidades de Oeiras e Piracuruca no Piauí, de Icó e Aracati no Ceará, de Vila Flor no Rio Grande do Norte, conjuntos urbanos, arquitetônicos ou paisagísticos, que “(...) *estão afastados dos núcleos mais desenvolvidos ... [e, por conseguinte, se apresentam] ... degradados pelo abandono, pelas dificuldades de acesso, pela falta de qualquer apoio turístico*” (Telles, 1974:4). Entretanto, possibilidades de inserção no contexto são evidenciadas, como explicita o estudo para tombamento das cidades de Aracati e Icó:

“(...) os acervos urbanos e arquitetônicos dos séculos XVIII e XIX de Icó e Aracati conservam-se ainda bastante íntegros e, a partir de um planejamento geral, podem ser recuperados e valorizados com a recomposição de alguns edifícios descaracterizados e com a restauração de outros, degradados ou em estado de ruína”. (Telles, 1974:3).

No primeiro momento do programa, é possível considerar uma série de conquistas, entretanto, é possível também confrontar-se com inúmeras dificuldades. Podemos considerar como uma conquista, por exemplo, a criação na esfera estadual de uma estrutura para proteção do patrimônio que, aliada ao deslocamento da questão da esfera exclusivamente cultural para a econômica, evidenciam a tentativa de descentralização que girava em torno do SPHAN, como dono do poder e do saber. Entretanto, evidenciou-se, a partir dos resultados obtidos até então⁴⁸, algumas dificuldades de execução do programa: os estados dificilmente implementavam as obras de infra-estrutura básica, bem como davam prioridades a outros investimentos, vinculados basicamente às atividades agrícolas

⁴⁸ Segundo Sant’anna (1995), de 22 projetos concluídos até 1976, apenas 6 eram capazes de gerar recursos para a sua própria sustentação.

e de desenvolvimento industrial. Começa-se a questionar a atuação da atividade turística como fator de revalorização dos centros históricos, visto que os recursos despendidos geralmente favoreciam aos interesses privados ligados ao modelo capitalista da atividade turística, em detrimento da valorização da preservação do bem cultural como atividade auto-sustentável.

Quanto às práticas preservacionistas, apesar de uma mudança de conceituação, na tentativa de deselitizar a questão – como pretendia a Carta de Veneza – a preocupação ainda era prioritária para a recuperação de monumentos ditos excepcionais, evidenciando ainda o artístico sobre o histórico, ideal reverenciado pelos intelectuais do SPHAN.⁴⁹

Apesar das problemáticas, a análise positiva de alguns resultados do PCH Nordeste provocou de imediato, o interesse de estados do Sudeste, que procuraram, através da mediação política, a contemplação com os investimentos do referido programa, fato que se concretiza a partir de 1975, com a instituição de um Grupo de Trabalho para estudar a extensão do Programa inicialmente para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso. O Grupo de Trabalho foi responsável por uma minuciosa avaliação do desempenho do Programa do Nordeste, sugerindo a sua extensão e homogeneização para todo o território nacional. Atrelada a esta modificação de cunho político-administrativo, tem-se uma modificação de cunho conceitual, com o aumento de inscrições de cidades “modestas e triviais”, como patrimônios passíveis de preservação.⁵⁰

⁴⁹ “(...) O pouco interesse da administração central da DPHAN pelo tombamento de Porto Seguro se relacionava ao fato de que o conjunto era considerado sem grande valor artístico. Lúcio Costa, por exemplo, concorda com o tombamento, com a ressalva de que ele deveria ser feito apenas ‘por interesse histórico’. A falta de excepcional valor artístico também foi utilizada para encobrir a crescente hesitação do órgão em aplicar o tombamento em áreas urbanas a partir dos anos 40. As enormes responsabilidades que implicava e a falta de estrutura do órgão, levavam a constantes arquivamentos de processos ou adiamento de decisões. O caso mais notório é, sem dúvida, o da cidade de Igarassu, cujo processo de tombamento foi aberto em 1945 mas só foi concluído em 1972”. (Sant’Anna, 1995: 169).

⁵⁰ Segundo Sant’Anna, “a partir dos anos 60, a cidade-patrimônio, deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo juz ao nome de ‘cidade histórica’. Aos antigos valores histórico e artístico agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão puramente arquitetônica”. (Sant’Anna, 1995;170).

Entende-se que a principal contribuição dada pela expansão do PCH consistiu na forma como deveriam ser tratados os sítios históricos, não mais como apenas locais de valorização turística: as propostas elaboradas a partir de então evidenciavam preocupações com a política urbana. As operações de conservação de áreas urbana-patrimônio também deveriam ser realizadas através de elaboração de planos diretores e de desenvolvimento urbano.⁵¹

A abrangência da conceituação e do programa de preservação de cidades históricas abre uma nova perspectiva visando o desenvolvimento das mesmas, atreladas a uma função, mais voltadas às questões urbanas e sociais. Os resultados, porém, são, no mínimo, contraditórios: análises a respeito das intervenções processadas durante o período 1973-1979, nos revelam que, quase sempre estas eram elaboradas em defasagem com relação à estrutura urbana real.

No sentido conceitual, percebeu-se, com a descentralização das funções dentro do SPHAN, uma tentativa de diminuição do poder dos técnicos desta instituição, o que não

Novos conceitos como o de *entorno do monumento* são evidenciados, inclusive em propostas de tombamento, como o de Itaparica na Bahia, onde se tinha duas igrejas passíveis de tombamento, as Igrejas Matriz e de São Lourenço. Entretanto, para se manter a ambiência dos monumentos e a escala urbana, optou-se pelo tombamento do conjunto existente entre as duas igrejas, tornando-se um caso claro de preservação do entorno, pois o conjunto não foi tombado pelo seu valor em si, mas para guardar as características acima citadas. É também a partir deste período que se verifica uma tendência acentuada da participação da sociedade na abertura dos processos de tombamento, reagindo ora a favor, ora contra as propostas apresentadas.

⁵¹Neste sentido, foram realizados trabalhos neste nível nas cidades de Parati, Salvador, Ouro Preto, São Luis, Alcântara – elaborados pela UNESCO – bem como os planos diretores para as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe, e o de uso do solo e preservação para Marechal Deodoro, em Alagoas; o Plano Geral de Recuperação do Pelourinho, e de planejamento urbano para dez cidades de Minas Gerais, a saber: Santa Bárbara, Diamantina, São João Del Rey, Conceição do Mato Dentro, Prados, Tiradentes e Serro, Santa Rita Durão, Barão de Cocais e Catas Altas do Mato Dentro.

Com relação à vinculação entre preservação do patrimônio e desenvolvimento urbano, podemos citar o caso de Marechal Deodoro, onde o plano de uso do solo e preservação do patrimônio foi praticamente excluído em prol dos interesses especulativos relacionados a ocupação da praia do Francês, importante ponto na rota turística do estado das Alagoas. Sem contar que, apesar da tentativa de se trabalhar um plano integrado entre a política preservacionista e atividades desenvolvimentistas e modernizantes – como a construção da Rodovia AL-101 e do pólo Cloro-químico nas proximidades da cidade – não se obteve um resultado satisfatório, tendo a atividade preservacionista sido “engolida” pelas demais.

correspondeu a realidade, visto que, apesar dos novos conceitos – de atenção às culturas e arquiteturas minoritárias – continuavam os mesmos procedimentos.

Além destes aspectos atestou-se que a ênfase dada pelo PCH à utilização do potencial turístico das cidades foi tida como um dos grandes problemas do referido plano, visto que houve um direcionamento muito grande dos investimentos governamentais à atividade turística, deixando de lado a questão cultural mais ampla do patrimônio.

1.4.2.4. O PATRIMÔNIO CULTURAL INSERIDO NA LÓGICA DA VALORIZAÇÃO DO LUGAR

As ações mais recentes no âmbito da preservação dos sítios históricos vinculam a atribuição de valor concebida pelos órgãos responsáveis às premissas provenientes de outras instâncias que, conforme discursos elaborados, também primam pela condição de valorização do lugar, sob os pontos de vista do mercado e do social. Neste âmbito, Requalificação é a palavra que baliza os demais preceitos, contidos nas intenções de programas como o MONUMENTA, explicitados em seus discursos difusores:

“(...)Sustentabilidade, replicação, devolução aos municípios, parcerias com a iniciativa privada, educação, envolvimento comunitário e capacitação estão entre os princípios que fazem do Programa Monumenta uma rica experiência do exercício da cidadania”. (Cartilha do Programa Monumenta, 7).

Nesta mesma perspectiva insere-se o discurso propalado pelos elaboradores do Programa de Preservação dos Sítios Históricos Urbanos – PPSHU – aqui explicitado nas palavras do arquiteto Marcelo Britto:

“É um instrumento de gestão compartilhada que deve resultar de acordo entre os principais atores públicos e privados, no qual o processo participativo é imprescindível, [devendo] promover uma ação pública coordenada e provocar a articulação entre o Estado, os agentes privados e a comunidade local em prol da preservação do patrimônio cultural urbano (...) [buscando], antes de tudo, um equilíbrio favorável à sociedade entre o valor econômico e o valor cultural dos sítios tombados (...) [e possibilitando] a implementação de ações de curto e longo

prazos, relacionadas à adequação das necessidades da dinâmica urbana à estrutura físico-espacial que se deseja preservar”. (Britto, apud Duarte Jr : 2005, 374)

Os discursos resultantes se aproximam muito do que propõem as matrizes da gestão urbana contemporânea, que primam, a partir da valorização do lugar, por uma condição de transformação dos espaços em atrativos, no âmbito da competitividade.

Nesse sentido, faz-se necessário a elaboração de uma análise acerca dos princípios que regem a lógica apresentada por essas matrizes, tomando-a a partir de duas questões, numa perspectiva de mão dupla: 1. Como o discurso urbano contemporâneo, na matriz entendida como gestão urbana contemporânea, está penetrando na seara da prática patrimonial – no caso específico, dos sítios históricos, espaços repletos de significação cultural –, utilizando-se de suas potencialidades e tentando excluir os seus pontos fracos; 2. Como a prática patrimonial está incorporando o discurso da gestão urbana contemporânea e suas *representações constituídas*.

São essas considerações que irão balizar o capítulo a seguir.

ANEXO I
PRANCHAS REFERENTES AO CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

ELABORAÇÃO E DIFUSÃO DA LÓGICA DA *GESTÃO URBANA EMPRESARIAL*: MODELOS E REPRESENTAÇÕES CONSTITUÍDOS.

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, serão analisadas as matrizes dos discursos que orientam a lógica dos programas implementados a partir das duas instâncias que orientam a produção dos espaços de significação cultural, a saber: a lógica contemporânea das políticas de desenvolvimento urbano e a lógica seguida pela política de preservação do patrimônio cultural, onde buscaremos apontar a origem das mesmas, o que estas impõem, o que supostamente trazem de novo, em que pontos se apóiam, como e a partir de quais canais tais premissas são difundidas.

Nessa perspectiva, partimos para uma análise sobre os parâmetros que orientam a articulação entre essas duas instâncias, na busca da definição de como o modelo seguido pela prática do urbanismo contemporâneo utiliza-se dos espaços de significação cultural, tanto no âmbito da valorização do lugar, como no âmbito da transformação dessas áreas em atrativos; e, concomitantemente, como a prática patrimonial incorpora os conceitos-chaves do urbanismo contemporâneo como premissas para a valorização desses espaços.

No âmbito das análises aqui formuladas, a lógica contemporânea das políticas de desenvolvimento urbano atua a partir de duas instâncias: os Grandes Projetos Urbanos e os Planos Estratégicos. Tomando a cultura como mote/alvo, estabelece-se duas grandes matrizes de difusão e implementação de propostas e projetos: a matriz Francesa e a matriz Catalã. A implementação de grandes projetos de impacto que trazem no discurso, ao mesmo tempo, um sentido de regeneração/requalificação e de democratização das ações, amparando numa tática de difusão dos bons resultados, remetem a uma absorção das idéias num teor acrítico. Entretanto, dentro do âmbito de onde esses modelos surgem, estabelecem-se algumas resistências.

Dentro desse contexto, apresentaremos uma análise de determinadas intervenções derivadas dessas matrizes – com ênfase nos casos *Les Halles* em Paris e *El Raval* em Barcelona, buscando elucidar algumas questões surgidas durante os passeios que introduzem esse Capítulo – no sentido de identificarmos nessas intervenções os elementos configuradores da relação dialética entre os espaços abstrato e diferencial.

Conforme o que foi definido na Introdução deste trabalho, com relação à escolha das matrizes, ressaltamos que essa escolha justifica-se por termos vivenciado os espaços que são objetos empíricos de análise nessa Tese, e a partir dessa experimentação, tivemos a possibilidade de perceber nesses espaços, tanto a materialização do discurso elaborado por essas matrizes, como também as resistências/reações apresentadas a esse modelo.

Com relação à política de preservação do patrimônio cultural, enquanto as novas conceituações apontam para uma deselitização da questão patrimonial, a prática nos revela uma consolidação cada vez maior das áreas tombadas, como áreas representativas e referenciais, numa clara distinção entre o que é e o que não é Patrimônio Cultural, gerando neste aspecto, uma forma de *espaço abstrato*. Alia-se a esta questão, a partir da articulação entre a prática do urbanismo empreendedor e as políticas de preservação do patrimônio cultural, a possibilidade de utilização destes espaços como atrativos aptos a entrarem no âmbito da competitividade.

Dentro desse contexto, análises sobre programas de valorização do patrimônio cultural, como o programa MONUMENTA servirão para identificar que as premissas orientadoras da constituição das *Representações dos espaços de significação cultural* primam pela valorização do lugar, porém, uma representação carregada de intencionalidades que acabam por determinar uma lógica abstrata, de redução do próprio conceito de *lugar* às instâncias que atinjam ao objetivo esperado por estas instâncias geradoras do discurso. As ações implementadas dentro desses parâmetros atestam, portanto, a necessidade da construção de uma imagem positiva destes espaços, que demonstrem a possibilidade de regeneração urbana, e que passem a ser identificadas como elementos legitimadores do discurso elaborado.

PERCORRENDO OS VENTRES

O VENTRE DE PARIS

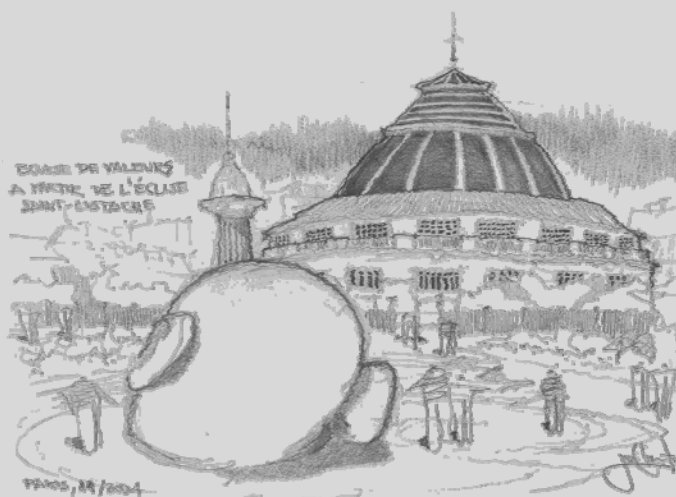
Les Halles, Paris, agosto de 2005. Chego, de RER (metrô), à estação Chatêlet. Caminho pelos subterrâneos da cidade-luz, que para mim assemelha-se a imensa Torre de Babel, invadida por turistas e imigrantes. Enquanto procuro uma das saídas da estação, percebo as diversas abordagens que são feitas a determinados grupos de pessoas no seu interior, por parte da polícia. Tais ações revelam-me uma determinada preocupação com a segurança, ameaçada pelo fluxo intenso que acontece no local.

E é seguindo esse fluxo, que chego ao centro comercial, conhecido como *Forum des Halles*: um emaranhado confuso de lojas e serviços, dispostos em quatro pavimentos, situados ainda no subterrâneo. Chego a um átrio, de onde posso avistar os elementos estruturais em ferro e vidro que marcam formalmente a área do centro comercial situada no nível do jardim. Entro de novo no espaço coberto e chego na *Place do Carreau*, onde vejo as indicações de uma das saídas do complexo: a *Porte de Saint Eustache*. Caminho em direção dessa saída e percebo que próximo a ela tem uma ligação com o Metrô. Poderia ter vindo sempre por dentro, mas acabei “me perdendo” dentro do labirinto que é este complexo metroviário.

Saio do subterrâneo pela *Porte Saint-Eustache*, e avisto imediatamente a Igreja, do mesmo nome. O monumento me fascina e marca de uma maneira forte a paisagem, apesar de estar boa parte recoberta, devido ao trabalhos de restauro e limpeza das fachadas, atividade corriqueira nos edifícios monumentais de Paris.



Percorro a praça *René Cassis*, e me aproximo da escultura *La Tête e la Main*, obra de arte que é apropriada de forma lúdica pelas crianças. Avisto o conjunto formado pela antiga *Bourse du Commerce*, outro prédio marcante. Adentro o jardim, e como é verão, percebe-se uma utilização intensa da *Pelouse*. Entretanto, já tinha percebido em outras vezes que passei nesse local, que há, com certa frequência, a utilização do mesmo por alguns grupos específicos: alguns jogadores; os *sans domicile fixe* – SDFs -, e alguns grupos de negros vestidos à moda *basket norte-americano*. Tais grupos acabam por estabelecer uma relação de domínio do território. Ao meu ver, essa área central de Paris os atraem. Mas, essa atratividade parece incomodar.



E é por conta desta indagação que resolvi fazer mais uma vez esse percurso. Os questionamentos ficaram mais evidentes para mim a partir de dezembro de 2004, quando assisti a uma das apresentações e discussões, junto à população das quatro propostas que participaram do concurso intitulado *Projet des Halles 2004*, que prima por uma proposta de requalificação da área, a partir da intenção de transformá-la num novo referencial urbano, como “Coração” de Paris.

A iniciativa de promover essa discussão revela a intenção por parte das instâncias responsáveis pela implementação do projeto, de trabalhar no âmbito da democratização das ações, da democratização do acesso às informações, e da política da proximidade, algumas das palavras-chaves constituintes de um repertório de expressões, tornados linguagem comum na elaboração do discurso que legitima o que se chama de novo urbanismo francês.

Entretanto, o reforço ao caráter de Centralidade, contido nas premissas do projeto, acaba por revelar que os caminhos a serem seguidos continuam a serem traçados da forma tradicional. É a qualidade do *coração* de Paris que está em jogo. E este espaço é diagnosticado como caótico, esquizofrênico, inseguro e sem referências.

Um espaço que apresenta como um dos principais problemas a articulação mal resolvida entre o centro comercial e o complexo metroviário: a estação *Chatelet-les Halles*, ao se apresentar como um dos pontos nodais no sistema de transportes de Paris, gerou a possibilidade de acesso da periferia, que emerge e ocupa o parque público e o seu entorno imediato.

Curiosamente, o metrô foi a mola propulsora da intervenção ocorrida no *quartier* a partir dos anos 1960, que buscou transformar uma área cuja imagem não condizia com o seu caráter de centralidade, um espaço tido como *morto* por ser monofuncional e cuja atividade exercida acentuava a imagem negativa, haja vista as péssimas condições de higiene e salubridade pelas quais passava a região.

O poder público desejava uma outra imagem para a área, aspiração corroborada pelos planejadores responsáveis pela idealização do *Forum des Halles*, grande complexo construído a partir da derrubada dos galpões de ferro e vidro projetados por Baltard em 1851. A derrubada dos galpões, a construção da grande *Gare*, do centro comercial, da praça *René Cassis* e do entorno imediato desta em elementos de ferro e vidro que evidenciavam um visual futurista, foram intervenções que intencionaram vincular o espaço a uma nova e positiva imagem, em detrimento de uma representação elaborada que apreende o referido espaço a partir de um amplo grau de negatividade.

Entretanto, outras leituras do mesmo local podem ser diagnosticadas, como a de Emile Zola, a mostrar que para além das péssimas condições de salubridade do lugar existem outros vínculos estabelecidos através das relações entre as pessoas que vivenciavam o espaço do mercado *des Halles*. Relações mais viscerais, entendidas assim até pelo próprio título do romance, que apreende o referido espaço, não só como centro, coração, mas como *Ventre*. *Les Halles: Le Ventre de Paris*.

Num momento mais recente – poucos anos antes da derrubada dos galpões – o situacionista Khatib vai mostrar a partir da apreensão do cotidiano do *quartier* – dia e noite – que o espaço não é monofuncional e sim extremamente complexo. Portanto, há vida – vidas – neste *Ventre*. Para Khatib o que há é uma necessidade imperiosa por parte da burguesia – e de seus representantes – de se estabelecer uma imagem negativa deste espaço, em prol da legitimação de uma intervenção regeneradora.

Os galpões não mais existem. Foram extirpados pela intervenção regenerativa acima referida. Uma verdadeira operação no *Ventre* de Paris, que deixou marcas na população residente no *Quartier*, haja vista que os galpões foram retirados, abriu-se um grande buraco (*Trou des Halles*) na malha urbana, para implementação do centro comercial (*Forum des Halles*) e da estação *Chatelet – les Halles*, que demorou a ser fechado – o tecido demorou a se regenerar.

Passadas pouco mais de três décadas, a intervenção é diagnosticada como caduca e ultrapassada, fato que justifica a necessidade de uma nova intervenção, pautada a partir de uma concepção urbanística renovada, que prime pelos princípios da concertação, da política de proximidade e de uma participação cidadã, amparados num estágio completo de leis que objetivam a sua regulação.

O ciclo de debates, ao qual me referi no início, faz parte deste aparato. Busca-se, portanto, uma linguagem comum, um consenso. As propostas referentes ao *Concours des Halles – 2004* partiram, portanto, da elaboração de um *Etat de Lieux*, onde foram diagnosticados pontos fortes e pontos fracos, encaminhados aos participantes do concurso – quatro escritórios de arquitetura que haviam sido, convidados. A partir destes dados, os candidatos elaboraram propostas e, como reza a cartilha da necessidade de participação cidadã, apresentaram o corpo de idéias à comunidade em geral, no intuito de receberem sugestões,

colaborando assim para a consolidação da política de proximidade.

Estando na platéia, senti um certo desconforto. Mesmo com a pouca vivência que tenho com o espaço, percebo que nas análises apontadas algumas questões relacionadas ao cotidiano não foram levadas em consideração ou foram mesmo negligenciadas.

Retornei algumas vezes ao *Les Halles*. Em todas as vezes, uma mesma apreensão: a de que para além da representação que concebe o espaço como caótico, esquizofrênico e confuso, existem outras dimensões que irão demonstrar, inclusive, que determinados pontos assinalados como indesejáveis, na verdade, podem ser entendidos como formas de resistência à tentativa de implementação de uma lógica abstrata, que negligencia as tensões e conflitos intrínsecos ao espaço diferencial. Assim sendo, territórios são estabelecidos: SDF's, negros da periferia no espaço do consumo do *Fórum*, skatistas na *Place des Innocents*, prostitutas na *Rue Saint Denis*...

Numa dessas visitas, tive contato, ao entrar na Igreja de Saint-Eustache, com uma manifestação, em forma de escultura, do artista plástico Raymond Mason, que identifica uma condição de reação ao que foi implementado no *quartier*, de forma a negligenciar aspectos intrínsecos à área, notadamente a sua condição de espaço identificado tradicionalmente como o mercado de frutas e legumes.

O relato feito pelo artista, apresentando a obra afixada no interior da referida Igreja, explicita a tensão ocasionada pela implementação da proposta de requalificação do espaço do *Marché des Halles*:

“O mercado de frutas e legumes, maravilhas da natureza, que acontecia de noite, sob o brilho das estrelas, no centro histórico da mais bela cidade do mundo, ultrapassava em muito o conceito de comércio. Era um lugar de felicidade, poderoso e vasto, pois proporcionava alegria para uma grande quantidade de pessoas.

O trabalho era duro. Agüentar chuva e frio era também uma tarefa dura. Existiam homens muito duros e muito rudes. No entanto, o encanto era tal que esta dureza transmutava-se em uma estranha doçura; e o caráter, o

mais terrível, tornava-se dócil. É claro, era o prazer do trabalho em comum, mas ele tornava-se sutilmente nobre pela nova beleza desses produtos do campo.

Para dizer a verdade, o mercado dos ‘Halles Centrales’ era a última imagem do natural dentro da cidade. Ele é agora um paraíso perdido.

Eu tentei com a presente escultura, reconstituir, com o melhor da minha capacidade, esta visão resplandecente. Minha obra será evidentemente um pobre substituto da minha emoção diante desta amostra soberba. Eu espero, pelo menos, que ela fale com bastante clareza ao espectador que lê seu título: ‘A saída das frutas e legumes do Coração de Paris’, para anunciar esta outra saída, não menos definitiva, destes homens e destas mulheres, simbolizados no meu cortejo, dos quais falei anteriormente. Um momento de silêncio. É o homem da idade média que vai embora. O ‘pequeno legume’ de nossa espécie: ele saía da terra e tomava uma forma qualquer. Mas era um homem natural e sempre. Não veremos nunca mais igual cabeça. Não veremos nunca mais alguém semelhante a ele.

Depois vem a igreja, uma das mais notáveis no seu gênero, única testemunha dos séculos agora passados. Testemunha? Atriz, ela mesma, e sem dúvida a atriz principal. De toda sua altura, ela puxava estas mil atividades e mercadorias, oferecendo-as um espaço grandioso, a dimensão essencial e espiritual – sentido, mesmo surdamente, por cada membro de uma congregação confusa e efervescente a seus pés.

Se você não acredita em mim, ainda existe uma vendedora de frutas e legumes apoiada contra o muro da Sainte Eustache. Pergunte se ela já teria querido se apoiar em outras coisas além dessas grossas pedras, durante todos esses anos de noites frias. Nos ‘Halles’ nós estávamos muito mais perto de Nossa Senhora de Paris, que do ventre de Paris.

Uma tão longa associação de idéias e de coisas tinha produzido uma interpenetração de formas e de modos que eu me descobri pouco a pouco em equilíbrio para sempre.

A certeza de que uma grande trama tinha sido o tema do que eu queria fazer reviver, me fez decidir esculpir e pintar não somente o coração de Paris, mas todas as coisas que se encontravam até o coração. Eu destacaria cada couve-flor, cada folha de alcachofra, bem como contaria cada janela das ruas Montmartre e Montorgueil. Feito um reservatório de tinta, a noite correria em cada canto, revelando o desenho.

E depois tinha os monumentos onde eu dizia para mim mesmo no fim do dia. Oh! Um nariz em forma de batata. Tinha outros ainda melhores, cor de berinjela. A couve-flor voltava dessa vez em forma de orelha, até mesmo a maçã-de-adão (ela fica atrás da folha de repolho).

Eu fiquei ainda mais satisfeito quando coloquei no fundo um casal que se beija e eu pude dizer: ‘pronto, eis aqui representado o fruto proibido’. Um espectador indigente encontrará outros sentidos – tomara que seja mais sério – o que me parece normal, pois a obra me ocupou o espírito de forma permanente durante dois anos.

Uma obra de arte. Sabe-se sempre o que se pode colocar dentro? Na hora da simplificação, a resposta parece ser: o menos possível. Para mim, ela sempre retornou mais embaraçosa: o tudo. Pessoas me explicam amigavelmente que estou na contra-corrente.

Pois é, eu estou na contra-corrente. Sem parar, eu pretendo falar dos movimentos, das tendências da arte, daqueles que fazem progredir a pintura e a escultura, da vanguarda que já atingiu o ano 2000, o movimento perpétuo que os artistas devem seguir.

Pois para mim, a arte seria, ao contrário, o meio de interceptar o pensamento no seu vôo, de confundi-la com a matéria, dar-lhe um corpo e um peso para poder justamente parar o tempo, resistir aos séculos.

‘Eu queria que meu pequeno cortejo dos ‘Halles’ nunca partisse completamente’”.

Raymond Mason

Texto escrito para o Catálogo da Exposição da Galeria Claude Bernard – Paris, 1971.

(Tradução: Eric Leurquin)



Desenho executado a partir da escultura “le départ des fruits et légumes du coeur de Paris”, localizado no interior da igreja de Saint Eustache. Obra de Raymond Mason.

Porém, a lógica abstrata – vista a partir das propostas de intervenção relativas ao concurso de 2004 – insiste em imperar: a partir da representação negativa feita, o discurso reforça alguns elementos que foram causadores dos conflitos diagnosticados – reforço à centralidade, a obsessão pelo jardim como espaço público por excelência, a regeneração pela presença do espaço verde (a natureza?). Tudo isso com um toque de atratividade / monumentalidade (ver a

proposta do Nouvel, o canteiro espetacular , para espantar o trauma gerado pelo *grande buraco* que se tornou o canteiro de obras na última intervenção. Ou a proposta do escritório MVRDV, que transforma uma considerável parte do piso do jardim em vitral , um grande *puzzle* , a representar uma unidade a partir da junção de partes diferenciadas, uma forma extremamente redutora de compreender o que se conceitua como diversidade).

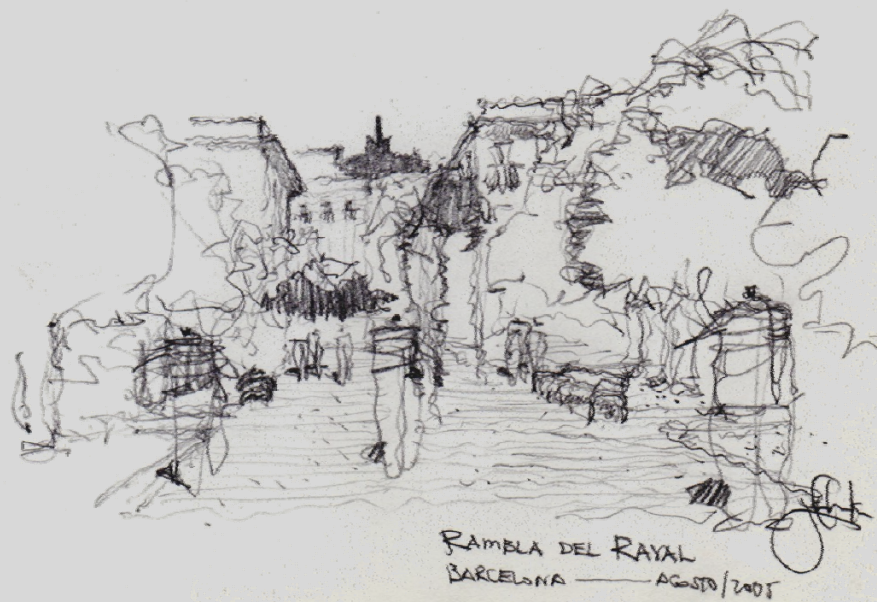
No final das contas, entendo que a proposta vencedora não inova, apenas traveste um ambiente cuja forma de apropriação atual incomoda. E o futuro, que é apresentado a partir da certeza da regeneração do espaço é vislumbrado por mim a partir da geração de grandes possibilidades de reforço do caráter de resistência, situação que incomoda a quem toma essa pretensa regeneração como verdade absoluta.

O VENTRE DE BARCELONA

El Raval, Barcelona, agosto de 2005. Retorno ao afamado bairro, cujo primeiro contato ocorreu em fevereiro de 2005, nos primeiros dias de primavera onde a temperatura oscilava entre 12 e 18 graus centígrados. Apesar de considerar o clima frio para o padrão de quem veio dos trópicos, o calor manifestado pela intensa apropriação das ruas estreitas foi o que ficou mais evidente na minha memória: um espaço denso, vivo, repleto de sons, cheiros e



O percorrer irá revelar-me também outras dimensões: obras monumentais, projetos de impacto que rasgam o tecido tradicional; restauros e reconversões em edifícios históricos; aberturas para implementações de novas *Ramblas*; grandes buracos abertos para implementação de obras de caráter modernizante. A apreensão desses aspectos, à primeira vista contrastantes, causa ao mesmo tempo incômodo e atração. A vontade de estar mais próximo desta realidade justifica a escolha de encontrar na área um local que me sirva de pouso. E assim se fez.



Em termos de localização, o Bairro do *Raval* guarda um vínculo de proximidade com um dos grandes núcleos de atração turística da capital da Catalunya: as *Ramblas*. Um espaço com vida intensa, movimentada, onde transita-se com uma certa facilidade entre o tradicional *Bairro Gótico* e o marginal *El Raval*. Refiro-me ao termo marginal, por este historicamente estar *à margem*: o espaço onde hoje localiza-se a *Rambla* delimitava o limite da cidade. E continua à margem, no sentido de que atualmente, é predominante a presença de imigrantes, não catalães.

Na minha primeira caminhada por esta região, chamou a atenção a presença de inúmeros espaços-monumentos, situados na região limítrofe do bairro. Boa parte desses monumentos passa por processo de revitalização / requalificação / restauração, para abrigar instituições com fins sócio-culturais.



Percebo, por entre o burburinho da *Rambla* – barulho que aumenta consideravelmente à noite, a infindável noite de Barcelona – em um pequeno recuo, uma espécie de porta de acesso: é a entrada principal do *Mercat St. Joseph*, mais conhecido como *El Mercat de la Boqueria*. Entre *Rambla* e *Raval* vários mundos se cruzam. Porém, é na *Boqueria* que percebo esta instância com mais intensidade: turistas, frutas, verduras, peixes, drogas, prostitutas ...

O Mercado é realmente uma espécie de porta de entrada para o mundo do *Raval*. Um *espaço diferencial*, tomando aqui a referência conceitual de Henri Lefebvre. A sua localização, no interior de um antigo pátio, por entre colunatas, já revela a força de uma apropriação *inesperada*. Resolvo (re)descobrir este lugar, recorrendo à ajuda de uma moradora do bairro, arquiteta e doutoranda como eu. Ana Paula – a partir de sugestão minha – apresenta-me o miolo do bairro, pontuando o que convencionamos a chamar de buracos: espaços rasgados no tecido urbano para a implementação de obras monumentais, de impacto, tendo em vista a sua regeneração/revitalização. As intervenções me remetem a uma lógica à qual me confrontei em Paris, no *Quartier les Halles*: uma regeneração em um espaço tido como degradado. Uma assepsia no *Ventre de Paris*.

Entendo o *Raval* como um espaço que, à semelhança do *Marché des Halles*, guarda uma característica visceral; e que, segundo a ótica dos gestores urbanos contemporâneos, precisa ser regenerado.

Na materialidade, essa ação surge a partir de intervenções cirúrgicas: operações no espaço que considero como *Ventre* da capital catalã. Dentre estas ações, a *Rambla del Raval*, espécie de área pública, contemplada inclusive com uma escultura do renomado artista Fernando Botero; O *Museu de Arte Contemporânea de Barcelona – MACBA* – contempla edifício e uma praça criada nitidamente para dar visibilidade a este.; outras obras principiadas a partir das várias aberturas no tecido urbano; dentro do contexto, obras de restauro / reconversão, como o *Hospital* e a *Casa de Caritat*, destinados a fins sócio-culturais, como já foi dito.

Este ideário de positividade, ocasionado pela implementação de obras de grande impacto no espaço urbano ganhou ênfase em Barcelona a partir do final dos anos 1970, no período de gestão de Pasqual Maragall como *Alcalde*. Há de se salientar que, no início da gestão, por conta da vocação política vinculada aos ideais esquerdistas, há uma orientação para o fortalecimento da cidadania e dos movimentos sociais urbanos. Entretanto, o período de retração econômica pelo qual passava a cidade – que caracterizava a sensação de crise – levou os gestores urbanos a uma nova orientação: passa-se de um urbanismo defensivo – resgate à normalidade administrativa e à ética na gestão – a um urbanismo ofensivo, onde a cidade é pensada prioritariamente como espaço de gestão e de consumo.

Vinculado à lógica de implementação de grandes equipamentos de impacto no espaço urbano, atenta-se para o reforço no que diz respeito à questão de uma identidade catalã, e o reflexo na produção do espaço se dá através da tentativa de (re)valorização de edifícios e espaços públicos que atuam como legitimadores da referida identidade.

Atrelada às referidas intervenções, têm-se a preparação de um determinado modelo de “Fazer Cidade”, explicitados nos Planos Estratégicos, onde predominam características como: o ideário de uma gestão urbana concertada entre as diversas instâncias – com ênfase na parceria público-privado – visando o consenso; a participação cidadã; e por fim, a transformação da cidade em espaço atrativo a partir do seu grau de competitividade. Um dos atrativos: reforço dado à identidade cultural, dentro de um quadro de respeito aos particularismos.

As mais recentes intervenções urbanas em Barcelona revelam um aspecto de continuidade deste ideário de política de gestão e consumo, porém buscam ampliar a área de atuação: procuram os espaços *periféricos, marginais*. Pode-se tomar como exemplo desse processo o *Projeto Diagonal Mar* que, também amparado num evento de grandes proporções – *Fórum Universal de las Culturas 2004* – prima pela (re)conquista de um espaço degradado através de diversas ações, a saber: a implementação de grandes equipamentos como o *Fórum* e *Centro Internacional do Congresso de Barcelona*; a transformação de uma área de usinas hidrelétricas e de incineração em parque ecológico; a vinculação deste parque a um grande centro comercial.

Aliados às intervenções, slogans que identificam imagens fortes, impactantes: a esplanada como “*um grande balcão sobre o Mediterrâneo*”; no porto náutico, “*o mar penetra no coração do projeto*”. E, apesar das críticas vinculadas principalmente ao número de visitantes inferior ao previsto, enfatiza-se uma aura de positividade na intervenção, “*pois esta permitiu recuperar dois quilômetros de front de mar para a cidade*”.

Mas ... voltemos ao *Raval*. As intervenções recentes neste bairro também podem ser inseridas na lógica explicitada no caso do *Projeto Diagonal Mar*. Espaço habitado predominantemente por imigrantes – fato que justifica a identificação deste como espaço marginal – o bairro sofreu nos anos passados

recentes e continua a sofrer uma série de intervenções urbanas que buscam impetrar a perspectiva de positividade das ações, a regenerar espaços tidos anteriormente como degradados.

Esta concepção de positividade extrapola a ação intervencionista em si, procurando instaurar um sentimento de pertença a esta população, buscando inseri-la numa condição de patriotismo consensual. Para além da formulação de uma imagem forte dada à cidade como *Barcelona Guapa*, percebi em alguns locais estratégicos do bairro – o caso dos muros limítrofes do MACBA é um exemplo – o verbo *Ravalejar* conjugado, estampado em letras garrafais. Tal fato indica a concepção do viver no *Raval*, como para além de uma ação – indicada pelo verbo – um estado de espírito. Um espírito de positividade, notadamente.

RAVALEJAR (v.)

Infinitiu	Ravalejar					
Gerundi	Ravalejant					
Participi	Sing. Ravalejat, ravalejada			Pl. Ravalejats, Ravalejades		
Present	Jo Ravalejo	Tu ravaleges	Ell/a ravaleja	Nos ravalegem	Vos ravalegeu	Ells/es ravalegen
Imperfet	Jo Ravalejava	Tu ravalejaves	Ell/a ravalejava	Nos ravalejàvem	Vos ravalejàveu	Ells/es ravalejaven
Perfet	Jo Ravalegi	Tu ravalejares	Ell/a ravalejà	Nos ravalejàrem	Vos ravalejàreu	Ells/es ravalejaren
Futur	Jo Ravalejaré	Tu ravalejarás	Ell/a ravalejarà	Nos ravalejarem	Vos ravalejareu	Ells/es ravalejaran
Condicional	Jo Ravalejaría	Tu ravalejaríes	Ell/a ravalejaría	Nos ravalejaríem	Vos ravalejaríeu	Ells/es ravalejaríen
Subjuntiu						
Present	Jo Ravalegi	Tu ravalegis	Ell/a ravalegi	Nos ravalegem	Vos ravalegeu	Ells/es ravalegín
Imperfet	Jo Ravalegés	Tu ravalegeisis	Ell/a ravalegés	Nos ravalegèssim	Vos ravalegèssiu	Ells/es ravalegessin
Imperatiu		Tu ravaleja	Ell/a ravalegi	Nos ravalegem	Vos ravalegeu	Ells/es ravalegín

Porém, o que mais chamou minha atenção, é que esse estado de espírito não está claro somente nessas intervenções regeneradoras: vai além delas. Permeia

a apropriação destes espaços, que apresentam-se como reações / resistências: das mais simples, como a utilização da praça do MACBA e de sua rampa de acesso por grupos de skatistas, à pichações feitas nos inúmeros buracos abertos nos bairros, passando por convocações para reuniões de definição de que projeto se quer para o bairro – se o “buraco” vai virar piscina pública, a comunidade precisa opinar sobre o projeto (lembro-me aqui de um convite apregoado num dos tapumes de uma das obras a serem iniciadas, convocando a comunidade para emitir sua opinião sobre como proceder para a elaboração de um projeto de piscinas públicas para o bairro).

O *espírito Ravalejar* ficou pra mim desta forma. Lembrou-me mais uma vez o caso *Les Halles* e a sua apropriação inesperada.

Fico a pensar: o espaço é dialético, tenso, conflituoso ... porém a lógica contemporânea da gestão e do consumo tende a negligenciá-lo. O consenso propagado tende à homogeneização. As minhas indagações partem agora para destrinchar os encaminhamentos que levam à consolidação dessa forma de pensar e de agir sobre o espaço: uma espécie de preparação de fórmula. No entanto, as referentes indagações, para além da apresentação desses modelos, apontam também para a apreensão de algumas formas de resistências apresentadas ao que foi proposto.

2.1. A PREPARAÇÃO E DIFUSÃO DO MODELO EMPRESARIALISTA: AS REPRESENTAÇÕES CONCEBIDAS A PARTIR DO ESPAÇO ABSTRATO.

Nos anos 1980, Peter Hall elabora uma análise sobre o *Planejamento empreendedor*, apresentando-o como uma nova forma de orientar o desenvolvimento das cidades, a partir da constatação de que o planejamento urbano tecnocrático, centralizador e autoritário, característico do alto modernismo, estava, com base em seus mecanismos de controle, emperrando a máquina de crescimento, sendo preciso, portanto, ações no sentido de azeitalá.⁵²

Essa nova forma de planejamento ganha ênfase na última década do século XX, ao ser reforçada a afirmativa de que o caos urbano vivido pelas cidades contemporâneas (marginalidade, segregação sócio-espacial, espaços desprovidos de melhores condições de habitabilidade, degradação das áreas antigas, etc) é decorrência da ineficácia do modelo totalizador e rígido do planejamento convencional, sendo necessário o surgimento de novos paradigmas na busca da requalificação destes espaços. Alguns destes paradigmas, que já são abordados por Hall (alavancamento do setor privado, a instituição de parcerias criativas, e o planejamento como empreendimento urbanístico anti-longo prazo), farão parte de um discurso bem montado, que primará pelo estabelecimento de um modelo.

As concepções vinculadas a este modelo são identificadas a partir do estabelecimento de novas formas de pensar e agir sobre a cidade, sob parâmetros de uma nova geração urbanística, a terceira geração, no entender de Campos Venutti.

Sobre esta veiculada inflexão nos parâmetros da produção do espaço contemporâneo, Arantes (2000) aponta questionamentos, posto que, segundo a autora, o que está sendo chamado de *terceira geração urbanística* é uma generalização da matriz americana – já apontada por Hall (1995 [1988]) – e a novidade estaria no fato desta matriz explicitar o

⁵² Hall (1995 [1988]). O autor toma como exemplos as cidades de Baltimore, Hong Kong e Londres, tendo como recorte temporal o período compreendido entre os anos 1975 e 1987. Atribui aos EUA a primazia desse tipo de planejamento aos EUA, vinculando a crise do planejamento convencional à crise econômica, ou seja à crise do sistema de produção industrial (fordista).

gerenciamento assumidamente empresarial como âncora na prática de planejamento urbano.

Dentro dessa lógica empresarialista, Arantes propõe, como base de sua obra, analisar a relação entre política / cultura / economia na produção contemporânea do espaço urbano, tendo em vista esse aspecto como “(...) *mais um dos efeitos da hegemonia dos Estados Unidos no mundo dito globalizado*”. (Arantes: 2000, 20)

No âmbito da crítica exposta pela autora, apoiamos nossa análise na instância relativa ao *Cultural Turn*, – ou seja, na ênfase dada ao entendimento da cultura como negócio – e dentro dos parâmetros da produção do espaço urbano na contemporaneidade, onde há a intenção de “(...) *substituição escandalosa – nos dois sentidos da palavra – do Estado Social pelo Estado Empresário Cultural*” (Arantes: 2000, 52).

Apontando para o caráter de difusão do modelo norte-americano globalizado, Arantes (2000) analisa a repercussão desse ideário na Europa, reportando-se às transformações ocorridas a partir da lógica empresarialista sob o viés cultural em importantes cidades européias, como Paris, Barcelona, Berlim, Lisboa: as *idades-regiões globais*.⁵³

Nesse contexto, interessam para o presente estudo as concepções iniciais provenientes de duas matrizes: a Francesa – com foco em Paris –, que alia a noção de cidade-emprego americana a investimentos culturais de porte industrial; e a Catalã – com foco em Barcelona –, que se espelha no exemplo de Paris ao canalizar investimentos para a área da cultura, ao mesmo tempo que investe no aprimoramento da matriz americana de gestão empresarialista, a partir da concepção dos *Planos Estratégicos*⁵⁴: “(...) *E o fizeram*

⁵³ Segundo Scott et alli (1981), “(...) *as cidades regiões funcionam (...) como nós espaciais essenciais da economia global e como atores políticos específicos na cena mundial*”.

⁵⁴ Tendo em vista que, conforme indicado na Introdução, a necessidade de articulação entre o empírico e o teórico se apresenta como elemento fundamental no quadro de objetivos traçado no referido trabalho, faz-se necessário enfatizar que as leituras e pesquisas realizadas sobre os dois modelos terão como elemento de apoio as observações empíricas realizadas a partir da prática de *experimentação do espaço*, levando-se em consideração o que foi exposto, relativo ao procedimento metodológico de integração entre *experiência cognitiva e experiência sensorial*.

com uma tal perícia que conseguiram passar a impressão de que tudo começou com Barcelona. (...) ‘Pans cap al 92’, posteriormente ‘Barcelona 2000’ – uma urbanística que passou a ser identificada justamente como a matriz do Planejamento Estratégico. (Arantes: 2000, 52).

A urbanística mais recente apontada por estas duas matrizes incorpora esses padrões consolidados e amplia os conceitos, a partir dos novos anseios de uma sociedade com um alto nível de complexidade e diversidade – elementos que vão refletir na ênfase que será dada à Cultura –, que prima pelos princípios de participação, coesão social, coerência, democratização das ações, descentralização, e política de proximidade, ao mesmo tempo em que busca enfatizar a parceria público-privado, a competitividade, a produtividade e a atratividade.

Um novo urbanismo faz-se preemente, fato que vai ser evidenciado nas abordagens trazidas pelas duas matrizes estudadas, cada uma buscando atestar suas especificidades, mas que, no cerne das suas concepções, enfatizam uma lógica comum, abstrata, e reguladas pela ação do Estado e do Capital, onde permeiam várias instâncias, incluindo saber, poder e cultura, como atesta Lefebvre (1974): “(...) *A hegemonia é exercida sobre a sociedade inteira, incluindo cultura e saber (...) Hoje, a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, inclusive o saber. O vínculo entre saber e poder torna-se manifesto*”. Tradução livre.

No âmbito da articulação entre estas instâncias, abordaremos com mais ênfase a relação entre os discursos gerados pelo pensamento academicista e o saber técnico dos especialistas, levando em consideração que, malgrado os distanciamentos habituais entre estas duas instâncias, percebemos dentro do pensamento urbanístico contemporâneo, algumas vertentes que procuram atenuar este aspecto, em busca de uma coesão em torno de um bem comum. Esses discursos passam a criar *Representações*, e tentam difundir-las como verdades absolutas. Entretanto, permeando as tentativas de implementação dessas verdades – a partir da materialização das idéias sob forma de intervenção urbana – podemos perceber, a partir da apropriação dos espaços transformados, reações a esta lógica

abstrata, que apontam para a existência de outros espaços, constituintes do que Lefebvre (1974) aponta como *espaço diferencial*.

Sob esse aspecto, a análise de determinadas intervenções derivadas destas matrizes – com ênfase nos casos *Les Halles*, em Paris e *El Raval*, em Barcelona, buscando clarificar algumas questões surgidas durante os *passeios* que introduziram este capítulo – apresentam-se como elementos utilizados para a confirmação da relação dialética entre os espaços *abstrato e diferencial*.

2.1. PARTE I - A MATRIZ FRANCESA CONTEMPORÂNEA: UM NOVO URBANISMO?

Antes de entrarmos na discussão específica dos princípios que norteiam as intervenções contemporâneas francesas vinculadas aos Grandes Projetos Urbanos, nas décadas 1990-2000, remontamos, para um melhor entendimento das propostas urbanísticas a serem implementadas no referido período, às propostas de planificação urbano-territoriais definidas nas três décadas anteriores, com ênfase, nas décadas de 1960-1970, nas propostas de planificação territorial definidas, a partir do ano de 1965, pelo *Schéma Directeur de l'Aménagement et de l'Urbanisme de la Région Parisienne (SDAURP)*, e na década de 1980, na política de renovação urbana proposta que teve como principal instrumento de ação, as denominadas *Zones d'Aménagement Concertées (ZACs)*.

O quadro traçado durante essas três décadas supõe uma condição de positividade às ações relacionadas ao fortalecimento de Paris como capital da Europa ocidental, partindo das instâncias responsáveis pela construção desse ideário, podendo ser esquematizado a partir dos pontos ordenados nos próximos parágrafos.

Numa escala de âmbito territorial, a política do SDAURP buscou trabalhar com a consolidação e fortalecimento de uma área metropolitana, tendo como metas, por um lado, a criação de *villes nouvelles* de caráter densificado, com possibilidades de construção de

um mercado de trabalho, gerando dessa forma, condições necessárias para o combate a dispersão urbana das referidas vilas; por outro lado, o fortalecimento do sistema de transportes da região metropolitana, a facilitar o acesso entre essas *villes nouvelles* e a capital. (VER PRANCHA 7, p. 180)

Na escala relativa à Paris, as décadas 1960-1970 foram marcadas, pela constituição de uma série de leis e planos urbanísticos que trouxeram como principais consequências, o reforço a uma representação de uma cidade hierarquizada, definida entre uma Paris cristalizada dentro de uma poligonal sagrada, intocável, e uma periferia, como área dita de ação excepcional, propícia às grandes reformas urbanas, a aceitar intervenções de caráter renovador e remodelador, sem limitações de altura e densidade dos edifícios. (Texier: 2005)

Esta política foi acentuada, a partir das ações elaboradas pelas ZACs, referentes às décadas de 1980-1990, que tiveram como foco a valorização da imagem de uma zona central de cunho tradicional, complementada pela escolha de áreas para expansão da cidade, localizadas no perímetro periurbano, tendo como prioridade as áreas relativas a antigas zonas industriais, tidas como degradadas. As propostas tiveram como base também uma política de intervenção que aliava renovação e reabilitação, bem como uma ênfase em proposições de cunho social.

No intuito de desenvolvermos as questões supracitadas, tomamos por referência, as informações contidas na Revista *Paris-Projet*, em seus números 22-23, sob o título “*Les Orientations Nouvelles de La Politique de Rénovations Urbaine*”.

Segundo o exposto na referida revista, as propostas de intervenções tinham como pontos a serem salientados, numa perspectiva para o futuro, a possibilidade de reutilização das zonas industriais, que se apresentavam em condições de degradação, e a ênfase a ser dada em propostas de construções de habitações sociais, levando em consideração o lançamento de uma nova forma de intervenção, que consistiria nas ações simultâneas de reabilitação e renovação:

“As operações programadas de reabilitação não pode, portanto, se limitar somente à restauração e melhoramento do edifício existente. Eles tomam a forma, numa proporção que não se é possível ainda determinar, de operações mistas, aliando às vezes a reabilitação e a renovação. É necessário a este respeito, notar que os estudos mais detalhados dos parcelamentos nos perímetros de interesse têm permitido a descoberta de numerosos terrenos descocupados, possíveis de construção”. (Paris Projet :nº 22-23, 29)

Uma análise do balanço geral do programa das ZACs, apresentado na revista, aliada à análise do mapa que apresenta a localização das áreas contempladas pelas intervenções, apontam para a ênfase que a política urbana em voga daria com relação aos pontos anteriormente referidos, onde percebe-se a intenção de reforçar uma representação constituída no que diz respeito à área central de Paris, complementada pelas ações que apontam para uma política de renovação urbana nas áreas periféricas, com forte apelo em dois aspectos: a preocupação social e a reabilitação de áreas degradadas, notadamente as antigas áreas industriais. Dentre as 19 operações, registra-se que, somente a do *Quartier Les Halles* situa-se dentro da poligonal sagrada. (VER PRANCHA 8, p. 181)

O próprio número pesquisado da revista *Paris-Projet*, ao apresentar de maneira mais aprofundada cada uma das operações provenientes das ZACs, identifica a particularidade da intervenção dos *Halles*, carecendo esta já de uma redefinição profunda do projeto, notadamente de aspectos de cunho jurídico, visto que se trata de um espaço vasto e complexo, situado em uma região que necessita de preocupações mais amplas: o centro de uma cidade bastante tradicional.

Não devemos esquecer que, a região está intrínsecamente ligada à proposta de escala territorial mais ampla, referente à política posta em prática pelo SDAURP, que teve início em 1965. No âmbito dessa proposta, que tinha como uma das premissas básicas a ampliação e fortalecimento da rede de transportes na área de influência de Paris, foi elaborado e executado o projeto do complexo metroviário *Chatelet-Les Halles*, que hoje

constituiu-se no principal eixo de articulação do sistema de transportes metropolitanos da região de Paris.

Concomitante às ações implementadas pelas ZACs, tivemos, a partir dos anos 1980, as operações ocorridas durante a *Era Mitterrand*, denominadas de *Grands Travaux*, que buscaram reforçar a dimensão simbólica da poligonal sagrada, através de uma tentativa de renovação da estrutura monumental da cidade, tomando a arquitetura como elemento legitimador desse processo. (Texier: 2005). As obras, monumentais e de cunho cultural, primaram pela busca de afirmação de uma imagem culturalmente forte, fazendo frente ao expansionismo cultural norte-americano. (Arantes: 2000)

O quadro aqui apresentado revela, portanto, uma atmosfera de positividade com relação aos objetivos traçados pelas políticas de planificação urbano-territoriais, sintetizados pelo reforço e valorização da capital francesa, e política urbana com preocupação social, visando a reabilitação de áreas degradadas. No entanto, críticas foram apresentadas durante todo esse processo, tendo como foco a disparidade entre o que foi idealizado (nível do concebido), o que foi executado, e os resultados obtidos a partir do que foi implementado.

No caso do SDAURP, o trabalho desenvolvido por Felix Damette (in Duhem et alli: 2000) alerta que é preciso relativizar o resultado obtido como sucesso, sendo alvo de críticas mais contundentes os seguintes pontos: para o autor, as *Zones de Transition à Organiser*, pensadas em torno dos pesados eixos de urbanização, dos pontos fortes e das novas cidades, não foram “pensados a sério”:

“Estes espaços não foram jamais objetos de preocupações verdadeiramente sérias. Hoje, estas zonas que foram qualificadas “a serem organizadas”, estão fora de qualquer controle. Assim, há quinze anos, a existência de uma extensão considerável de áreas a serem urbanizadas, que não tem mais nada a ver com os objetivos do SDAURP, conduz ao resultado inverso daquele inicialmente previsto”.
(Damette in Duhem et alli: 2000, 71).

Por outro lado, o que foi pensado com relação a uma proposta de densificação das *Villes nouvelles*, na tentativa de evitar o processo de dispersão urbana, acabou gerando o

resultado inverso: as novas cidades tornaram-se – ao contrário do que se esperava – motores bastante eficazes desse processo. Em suma, se a idéia era concentrar – “prender” a população –, as cidades acabaram não cumprindo essa função..

Com relação aos *Grands Travaux*, a crítica aponta que, se por um lado, essa série de grandes projetos propostos e executados anuncia o reforço da imagem de Paris como Capital Cultural da Europa, até mesmo ampliando a escala de abrangência dessa representação, fazendo frente ao imperialismo cultural norte-americano, por exemplo, e servindo como modelo a ser seguido, dentro da lógica do capital cultural de porte industrial (Arantes: 1995; Arantes, 2000), por outro lado, esses mesmos megaprojetos tornam-se alvos de severas críticas, tendo como ponto mais visado o monumentalismo autoritário e centralizador, característica também presente nas intervenções haussmannianas e modernistas de outrora.

A partir desse contexto, aponta-se para a necessidade da constituição de um novo ideário nas políticas de planificação urbano-territorial. Tais premissas, para além da instância político-administrativa, passa pelo âmbito das discussões conceituais, promovidas pelo meio acadêmico. É o que observamos a partir da análise que Damette (in Duhem et alli: 2000), faz da Paris atual, onde, segundo o autor, há uma negação do objetivo traçado pelo SDAURP, em 1965, posto que a cidade está em fase de mudança de dimensão, de estrutura, de forma e de modelo urbano, e, por conseguinte, necessitando de mudanças no âmbito da planificação urbano-territorial.

Segundo Damette (in Duhem et alli: 2000), essas mudanças deverão seguir as características peculiares apresentadas pela estrutura urbana atual, que se caracteriza por uma distinção entre dois grandes domínios urbanos – a saber: uma zona central, densa, que compreende Paris e os departamentos próximos, onde deverá ser dada prioridade aos transportes coletivos e a uma extrema densificação; e, uma área envoltória à região de Paris e arredores, que corresponde a uma região de forte crescimento demográfico, em pleno desenvolvimento, e que conta com diversas funções, sendo mais fortes as relacionadas ao ramo logístico e ao ramo comercial – e, por conseguinte, os problemas

gerados pelas condições de disparidade apresentadas entre as realidades, de formas distintas.

Como ponto para reflexão, os autores apontam que o problema relativo ao desenvolvimento da região não se configura como “(...) *um simples problema de técnica urbana. É um problema de sociedade*”. (Damette in Duhem et alli: 2000, 78).

Dentro dessa perspectiva, consideramos oportuno aprofundar as questões sobre as discussões travadas no âmbito acadêmico, no que diz respeito aos princípios a serem seguidos por uma nova forma de planificação urbano-territorial, a partir do pensamento de François Ascher. Em sua obra *Les Nouveaux Principes de L'urbanisme: la fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*⁵⁵, o autor aponta para a necessidade de um novo urbanismo⁵⁶, entendido como “terceira fase da modernidade”, que parte de uma crítica à forma moderna de planejar as cidades, a partir de uma sensação de crise.

Alguns pontos são relevantes no pensamento de Ascher: entendendo a sociedade contemporânea como a sociedade do risco, Ascher diferencia o perigo (ameaça e compromete a existência do ser e das coisas), do risco (perigo eventual mais ou menos previsível e mensurável). É enfático também na obra a imagem da sobreposição do local pelo global, no sentido de que as práticas sociais do lugar não desaparecem, mas estão subordinadas a uma outra lógica.

Sob o ponto de vista social, Ascher considera a estruturação do tecido social como fio, como elasticidade, onde prevalecem modos de comunicação múltiplos. No mesmo âmbito, considera a estrutura dessa sociedade da terceira fase da modernidade como uma série de

⁵⁵ Ascher, François. *Les Nouveaux Principes de L'urbanisme: la fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*. Paris: Éditions de l'Aube, 2001

⁵⁶ Este “novo urbanismo”, proposto por Ascher, em seus princípios, difere dos princípios estabelecidos pela corrente norte-americana definida como *New Urbanisme*, de tendência preponderantemente cenográfica.

redes conectadas, em diálogo com o pensamento de Manuel Castells, na renomada obra *a Sociedade em Rede*⁵⁷.

Com relação à questão de cunho político administrativo, ao apontar para a crise do Estado-providência, Ascher indica como caminho a ênfase na parceria público-privado.

No que diz respeito à estrutura física das cidades propriamente ditas, o autor indica que o caminho traçado para as questões urbanas encaminham para o que se conceitua como Metapolização, ou seja, a concentração de riquezas humanas e materiais nas grandes aglomerações, fato que gera uma mudança irreversível de escala e de forma das cidades, tornando também necessária a transformação das grandes aglomerações em regiões atrativas e competitivas, através de fatores como oferta de mercado de trabalho, de serviços, de infra-estruturas, etc. Neste âmbito, as cidades médias e pequenas devem se esforçar para conectar-se da melhor forma possível às grandes aglomerações, para assim beneficiarem-se da urbanidade e do potencial das mesmas.

Baseado nestes parâmetros, Ascher propõe no capítulo final da referida obra, dez sugestões, conceituadas como *Os Princípios do Novo Urbanismo*, apresentados no quadro a seguir:

OS PRINCÍPIOS DO NOVO URBANISMO

- 1. Da planificação urbana ao gerenciamento estratégico urbano:** atitudes mais reflexivas, adaptadas a uma sociedade complexa e a um futuro incerto; elaboração de uma multiplicidade de projetos, buscando a coerência; articulação entre a grande e a pequena escala, entre o coletivo e o individual; o projeto é ao mesmo tempo um analisador e uma ferramenta de negociação; a busca pelo lado “positivo” dos elementos, e inserção desta positividade na lógica estratégica.
- 2. Privilegiar os objetivos, com relação aos meios:** Privilégio dado ao projeto (intervenção pontual).

⁵⁷ Obra a ser discutida ainda neste capítulo, especificamente, nas análises direcionadas ao modelo catalão de gestão urbana.

3. *Integrar os novos modelos de performance*: Ênfase no potencial das novas técnicas e da ciência.
4. *Adaptar as cidades à diversidade das necessidades*: necessidade de *personalização das soluções*.
5. *Conceber os lugares em função das novas práticas sociais*: Espaço multifuncional / ultra-relativização.
6. *Agir numa sociedade fortemente diferenciada*: vai-se ao ponto, e não ao todo; *participação*, uma das palavras mágicas.
7. *Requalificar as funções do poder público*: elaboração de respostas específicas a cada situação. *Conciliação / sinergia*.
8. *Responder à variedade dos gostos e das demandas*: De uma arquitetura funcional a um *design* urbano atraente. O neo-urbanismo propõe combinações variadas, utilizando-se de formas antigas e vernaculares, buscando sair da uniformização moderna.
9. *Promover uma nova qualidade urbana*: das funcionalidades simples a um urbanismo multisensorial.
10. *Adaptar a democracia à terceira revolução urbana*: O governo das cidades deverá ser efetivado a partir do ideal de *governança urbana*, definido como um sistema de dispositivos e de modos de ação que congregue as instituições de representantes da sociedade civil com o objetivo de elaborar e realizar as políticas e as decisões públicas.

Dentro desse contexto, consideramos oportuno inserir nas discussões aqui travadas, uma análise a partir do exposto no livro *Projets Urbanis em France (2002)*, idealizado e produzido pelo *Ministère de l'Équipement, des Transports, du Logement, du Tourisme et de la Mer*. Esta obra é apresentada como importante publicação que objetiva a difusão do ideário urbanístico francês, a partir da lógica da gestão urbana empresarial, com uma ênfase atribuída aos Grandes Projetos Urbanos. Na referida obra, o discurso apresentado aponta para uma política que objetiva a descentralização das ações, de forma a contemplar, a partir de um mesmo ideário, regiões que se situam em áreas fora do domínio da região parisiense. Esta obra utiliza, além de um quadro discursivo, preponderantemente legitimador das práticas estabelecidas, um aparato imagético – mapas, desenhos e

fotografias –, com o intuito de atestar a “veracidade” desse ideário. (VER PRANCHA 9, p. 182)

Sob o ponto de vista dos discursos apresentados na primeira parte da referida obra⁵⁸ – proferidos por acadêmicos, arquitetos, urbanistas, economistas, jornalistas, e gestores urbanos –, o urbanismo francês é reconhecido não apenas pelo que já foi feito, com relação às obras de caráter monumental. Na contemporaneidade, testemunha-se uma grande diversidade de conceitos, de formas urbanas, de programas, que partem da necessidade do estabelecimento de novos paradigmas, a partir da atestação de uma crise da cidade, visto que os problemas urbanos crescem de maneira cancerosa em torno das pré-existências. Neste âmbito o ideário do Projeto Urbano surge como uma mensagem de esperança, em busca da defesa dos valores urbanos, sem nostalgia nem passadismo, posto sobre a dinâmica da época.

Estas questões estão presentes no urbanismo francês contemporâneo, que tem a descentralização das ações, a valorização da escala local e a alquimia entre patrimônio e modernidade como pontos fundamentais dentro do ideário da regeneração/requalificação das cidades.

Neste âmbito, percebe-se a perspectiva da constituição de novas centralidades gerada, a partir dos anos 1980, com a descentralização dos poderes, onde as decisões sobre urbanismo e gestão urbana passam a ser atribuições articuladas entre estado e coletividades locais: são criados, pelo estado, estabelecimentos públicos de organização, a serviço dos grandes interesses nacionais. Entretanto, notifica-se que são raros os casos em que a condução do projeto é de cunho estritamente municipal. A negociação aparece como

⁵⁸ Constam desta parte, o *prefácio*, escrito pelo engenheiro François Delarue; a *introdução*, e o artigo “*Le projet urbain à la française*”, pela arquiteta urbanista Ariella Masboungi; os artigos “*Jalons pour une histoire de l’urbanisme en France*”, pelo filósofo e editor, Thierry Paquot; “*Les perspectives de l’aménagement*”, pelo engenheiro Francis Ampe; “*Le projet urbain et ses règles d’aujourd’hui*”, pelo arquiteto urbanista François Grether; “*La maîtrise d’ouvrage à La française*”, pelo *inspecteur general de l’équipement*, Guy Faure; “*Le renouveau des politiques foncières*”, pelo economista Vincent Renard; “*Trois lois fondatrices d’un renouveau des démarches territoriales*”, pelo gestor urbano Jean Frébaut; e, “*Les silences des agneaux*”, pelo jornalista Frédéric Edelman. Dentre estes artigos, a pena de Edelman traz uma postura crítica frente ao ideário requalificador exposto pela política de planejamento urbano-territorial apresentada.

palavra-chave, dentro da idéia de sociedade de economia mista, que prima pelo princípio da facilitação.

Sob este aspecto, identifica-se a intenção de trabalhar com a idéia de *Mixité Sociale*, onde a parceria público-privado tem papel fundamental, apesar do discurso oficial tentar deixar claro que as práticas do urbanismo contemporâneo francês e os Projetos Urbanos decorrentes são coisas eminentemente públicas, mesmo com a forte presença da iniciativa privada.

Diante da comprovação da necessidade de mudança de parâmetros institucionais – porque os modos de vida de hoje não correspondem mais aos territórios anteriormente instituídos – a construção de uma nova legislação sobre a organização e o desenvolvimento dos territórios na França é apresentada como uma verdadeira ruptura.

Neste quadro, são indicadas três leis que irão orientar a recomposição deste território, na intenção de transformar radicalmente as relações entre o Estado Central e as coletividades locais. A *Lei Voynet (de 25 de junho de 1999)*, consta de uma orientação para a busca do desenvolvimento durável do território e dá corpo ao Projeto de Território, preparado à escala das aglomerações e / ou do país; A *Lei Chevènement (de 12 de julho de 1999)*, reforça e simplifica a cooperação intercomunitária, a partir da instituição de três tipos de agrupamentos: comunidades urbanas, aglomerações e comunas. Promove uma dotação global de funcionamento atrativo, com taxa profissional única, evitando assim a concorrência entre as comunas; e a *Lei Solidarité et Renouvellement Urbains (de 13 de dezembro de 2000)*: institui reformas nos documentos de urbanismo, constando não só de regulamentos, mas também de estratégias. As referidas leis constam de documentos setoriais, associando todos os parceiros na sua elaboração, inclusive, o estado.

Como parâmetro comum entre as leis, consta a obrigatoriedade de diálogos entre as coletividades públicas, considerando que as referidas leis regulam a mobilidade entre as várias escalas do território, incluindo as áreas periurbanas. Assim, busca-se a consagração

de uma nova realidade: o estado-Centro repensado, manifesto na imagem recorrente do *banlieue* (periferia) *nas proximidades*.

Torna-se senso comum também uma meta a ser alcançada no que concerne à articulação entre as operações de urbanismo e as operações públicas: dentro do contexto as *Zones de Aménagement Concerté (ZAC)* – instituídas desde 1967 – constituem-se no quadro jurídico e administrativo para a realização dos processos urbanísticos referentes ao quadro instituído, atuando em consonância com duas grandes famílias de organização: *Les Établissements Publics d'Aménagement (EPA)* e *Les Sociétés d'Économie Mixte (SEM)*.

A primeira – (EPA) – funciona sob a tutela do estado, que assegura o risco financeiro final das intervenções. Procura-se sempre contar com o consenso das coletividades locais concernentes. As decisões são tomadas no seio de um Conselho de Administração composto a partir de Administradores do Estado e de Administradores eleitos dentro das coletividades locais.

A segunda – (SEM) – surgida nos anos 1950, se constitui em operações criadas pelas coletividades locais como sociedades de direito privado, cujo capital é constituído majoritariamente por ações de coletividades públicas.

Dentre a prática urbanística, há uma ênfase nas *Zones de l'Urbanisation Priorités (ZUP)*, a definir grandes conjuntos urbanos a serem tratados urbanisticamente, e os novos *Plans Locaux de l'Urbanisme (PLU)*, que são amparados na lei *Solidarité et Renouvellement Urbains*, que toma por prioridade a definição de uma estratégia explícita e não somente a simples definição de um conjunto de regras limitativas.

Tais ações são apresentadas como pontos inovadores, carregados de originalidades, a partir de dois aspectos predominantes: a dupla natureza das ações (entre concepção e operação); e a idéia de que mesmo sendo a ação de caráter público, não deve haver impedimento de que a gestão da referida ação funcione a partir de uma lógica de cunho empresarial.

Os difusores desse novo urbanismo salientam também que a atestação deste caráter de diversidade não exclui a existência de algumas constantes nos projetos urbanos que representam esta forma de produzir o espaço urbano na contemporaneidade, sendo algumas destas constantes:

1. Lugares de intervenção: zonas industriais, portuárias, ferroviárias, em processo de reestruturação;
2. Programas vinculados à habitação e ao espaço público, com ênfase nas intervenções em áreas de âmbito cultural;
3. Visão de futuro / empreendedora;
4. Necessidade da constituição de parcerias, apresentando estas, como ponto obrigatório, a prática da *concertação*;
5. Importância dada ao papel da infra-estrutura (notadamente, a de transportes);
6. Reinvenção da noção de re-ordenamento, sob um olhar *moderno*;
7. Trabalho na área de Patrimônio, de caráter menos conflitual;
8. Amenidade e qualidade de vida como essencialidade;
9. Importância da Paisagem em todos os projetos (uma das características da *Escola Francesa*, reconhecida no plano internacional);
10. Intercâmbios: presença dos grandes arquitetos internacionais assinando os grandes projetos.

Consta também no discurso oficial a descrição dos pontos tomados como estratégicos para a eficácia da implementação do referido ideário:

1. valorização dos centros históricos patrimoniais;
2. recomposição das vias rápidas em boulevares urbanos, construindo a cidade, e não a destruindo;
3. criação de novos bairros próximos de indústrias ou ferrovias (renovação do tecido periférico, com noção de reordenamento urbano);
4. renovação urbana dos bairros *modernistas* (desqualificados nos planos sócio econômico e cultural).

Somada a todos estes aspectos, há a condição indispensável de que as intervenções transformem-se em pontos de atratividade econômica. E ainda, como resultado prático, as intervenções, pensadas a partir de um plano de conceitos, métodos e realizações, e concebidas como um ato de vontade, profissionalismo e coragem política, devem seguir à representação de acupuntura urbana, ou seja, o pontual, mas realizável.

Como resultado dessa lógica, serão eleitas zonas em estado de degradação, a serem requalificadas, na intenção de inclusão de áreas periurbanas, numa prática de democracia de proximidade, onde busca-se dar voz aos usuários. Tais zonas de renovação urbana devem transformarem-se em um atrativo, a partir da ação demiúrgica dos planejadores e gestores urbanos, onde busca-se eliminar os aspectos negativos da área, valorizando suas potencialidades.

Respeito à complexidade, mixité, coerência, coesão social, desenvolvimento durável, constituem as palavras-chave no vocabulário do discurso da Nova Ordem. O objetivo é, portanto, materializar esse discurso em projetos onde essa imagem positiva se faça presente de maneira absoluta e inquestionável, tornando-se o mais abrangente possível.⁵⁹

Esta materialização passa a ser apresentada na segunda parte da obra, denominada “*Les Villes et Leurs Projets*”, e desenvolvida por Frédérique de Gravelaine, autor de obras que versam sobre arquitetura e urbanismo na França. Nesta segunda parte, são apresentados alguns projetos de requalificação urbana, regidos pelo ideário estabelecido através da lógica dos Grandes Projetos Urbanos implementados em cidades de pequeno, médio e grande porte, abrangendo uma parte considerável do território francês.

A apresentação desses projetos é estruturada a partir de textos sobre as intervenções, que primam pela confirmação dos pontos-chaves que foram expostos nos discursos apresentados na primeira parte da obra. Neste sentido, observamos, num contexto geral, a

⁵⁹ Com relação à abrangência, podemos perceber tal dimensão na lista de instâncias alcançadas pelos exemplos citados no livro *Projets Urbains en France: Espaces publics, Paysage, infrastructures, patrimoine, reconversion, régénération urbaine, nouvelles centralités, nouveaux quartiers*.

partir das análises das obras apresentadas⁶⁰, o reforço a determinados pontos, que passamos a listar:

- O efeito requalificador / regenerador das intervenções de projetos urbanos como “mensagens de esperança”, frente ao quadro desolador herdado pelas cidades, com ênfase, aos tecidos antigos, onde a prática urbanística seguida busca retomar o “tempo perdido”, e assumir as conseqüências sociais causadas pelos erros do passado;
- A adaptação das cidades às novas demandas sociais;
- A ação dos projetos como alavancas no âmbito econômico e social;
- A ênfase nas parcerias (especialmente as público-privadas);
- A ênfase dada às intervenções no espaço público;
- A busca pela constituição de “novas centralidades”;
- A observação de que, independente, de dimensão e escala, qualquer cidade pode ser contemplada pela política do Projeto Urbano;
- A descentralização das decisões e das ações, ao se dar ênfase às coletividades locais, e à política de proximidade;

⁶⁰ As intervenções são apresentadas a partir de duas escalas: a primeira, no âmbito territorial mais amplo, onde são identificadas as seguintes propostas: em *Aix-en-Provence*, “*retrouver l’esprit Du lieu*”; Em *Bayonne*, “*démolir pour préserver Le patrimoine*”; Em *Bordeaux*, “*revitaliser le centre de l’agglomération*”; Em *Dunkerque*, “*un pôle fédérateur de l’agglomération*”; Em *Eurallille*, “*ruptures et continuités*”; Em *Roubaix*, “*la renaissance d’une ville en crise*”; Em *Lorient*, “*Renouveau sans table rase*”; Em *Lyon*, “*des espaces publics pour une ville belle et solidaire*”; Na *Cité Internationale*, “*Nature généreuse, urbanisme maîtrisé*”; Em *Décines – Le Prainet*, “*ordonner des espaces appropriables*”; Em *Vaulx-em-Velin*, “*recomposer une ville à part entière*”; Em *Montpellier*, “*manifester le dynamisme*”; Em *Nabtes*, “*La lente conquête d’une grande ambition*”; Em *Sainte Nazaire*, “*le projet urbain, moteur du développement*”; Em *Rennes*, “*recomposer La ville sur elle-même*”; Na *Agglomération Rennaise*, “*à l’échelle de La région urbaine*”; em *Saint-Denis de La Réunion*, “*une infrastructure comme projet urbain*”; em *Strasbourg*, “*Le tramway, outil de continuité urbaine*”.

Com relação à região *Île-de France*, foram listados os seguintes projetos: Em *Paris*: *Bercy*, “*La modernité emménage dans les traces de l’histoire*”; *Viaduc et faubourg Saint-Antoine*, “*réparer Le patrimoine pour dynamiser l’économie*”; *Rive Gauche*, “*une ville d’avenir*”; *Rue Nationale*, “*remodeler par densification légère*”; *Citroen*. “*un parc moteur de ville*”; *Amandiers*, “*renovation douce d’un faubourg*”; *Cité Fougères*, “*renouveler avec diversité*”; *Cergy-pontoise*, “*la ville paysage*”; *La Corneuve*, “*contre le dégradation et l’injustice*”; *La Défense*, “*devenir une vraie ville*”; *Marne-la-Vallée – Val d’Europe*, “*précurseur des nouveaux pôles urbains*”; *Plaine Saint-Denis*, “*La renaissance par l’espace public*”; *Sénart-Le Carré*, “*un centre d’un nouveau type*”

- A definição de que a estrutura das paisagens e das formas urbanas deve ser definida de forma global, à medida dos lugares e, neste âmbito, a busca de uma relação de articulação entre o antigo e o novo;
- A difusão da lógica, a partir de um quadro de aceitação das propostas.

Como exemplos destas ações, apresentamos, nas PRANCHAS 10, 11 E 12 (pags. 183, 184 e 185), um quadro ilustrativo dessas propostas, a partir das ilustrações utilizadas no livro, como reforço imagético ao objetivo traçado, de difundir o caráter demiúrgico das intervenções. Na referida prancha – onde apresentamos imagens de intervenções em *Bercy*, *Rive gauche* e *Faubourg Saint-Antoine*, na cosmopolita Paris, e em cidades de menor porte, como *Saint Denis* e *Bayonne* –, poderemos observar que as ações, mesmo apresentando objetivos diversos – de acordo com o porte, escala, estrutura e forma urbana da área a sofrer a intervenção – apresentam a mesma forma de ação, pontual, e de forte impacto urbano, e apelo imagético.

Neste sentido, a perspectiva que se anuncia é a de que *monumentalidade* e *escala local*, *cultura* e *negócios*, estão todos *de mãos dadas* num consenso estabelecido, onde fica difícil o exercício da crítica, como nos fala Frederic Edelmann (in *Projets Urbains en France: 2002*)⁶¹.

Ao analisarmos a obra em questão, consideramos que o quadro conceitual difundido, ao invés de fortalecer o caráter de descentralização, como se apregoa, acaba por reforçar cada vez mais a idéia da região parisiense como principal centro político-econômico-cultural da Europa, ainda que, em princípio, por se tratar de uma lógica disseminada por boa parte do território francês, seja possível pensar que esta não se configura como uma “rede” estabelecida. As cidades recebem um mesmo tratamento, mas não há uma política de articulação territorial. Nesse sentido, consideramos que a política propagada de descentralização, deverá ser entendida a partir da lógica do *descentralizar-centralizando*,

⁶¹ Consultar Edelmann, Frederic. *Le Silence des Agneaux*, in *Projets Urbains en France : 2002*.

onde a região parisiense continua a ser reforçada, e a atrair os investimentos de maior porte.

Apresentaremos, a partir dessa configuração, o projeto pensado para o *Quartier Les Halles*. Tomaremos como base outra publicação produzida pela esfera governamental francesa – no caso, a *Mairie* de Paris –, denominada *Les Halles – Concours 2004*. Identificamos que, tal como o livro “*Projets Urbains en France*”, esta obra também é utilizada como forma de referendar o discurso que prima pela necessidade de regeneração/requalificação da referida área.

Antes de adentrarmos na análise da referida obra, consideramos oportuno traçar um breve histórico sobre a área, com o objetivo de identificarmos as suas particularidades, e a partir daí, entender em que contexto foram propostas as ações de cunho regenerador.

I.1. LES HALLES: DE QUEM É O “CORACÃO” DE PARIS?

I.1.1. Um histórico: entre a *Realeza* e o *Mercado*.

O *quartier Les Halles* é um dos bairros que compõem o 1º *Arrondissement* da cidade de Paris, numa região que se identifica com a origem da antiga vila, e se tornou ponto de partida para a divisão territorial centralizante que atualmente forma os 20 *arrondissements* definidores do perímetro da capital francesa, o que leva a mesma a ser considerada como “o coração de Paris”. (VER PRANCHA 13, p. 186)

Historicamente, três funções preponderam na região: a primeira, vinculada à presença da nobreza, do poder, das suas atribuições simbólicas e das atividades e instituições que giram em torno destas⁶²; a segunda, relacionada ao desenvolvimento da vocação comercial da área, atuando como um dos principais vetores de desenvolvimento da cidade, inclusive

⁶² Fato que se confirma a partir da existência dos Palácios do *Louvre* e das *Tuileries*.

com influências na construção de edifícios que se tornaram referências no quadro urbano em constituição, como por exemplo, a Igreja de *Saint-Eustache*; e uma terceira, referente à circulação, onde, desde os primórdios a região já era cortada por grandes eixos, tais como as ruas *Saint-Honoré* e *Saint-Denis*, que satisfaziam as necessidades das duas funções existentes.

O convívio dessas funções imprimiu à área uma intensa complexidade, onde as tensões e os conflitos estabelecidos deram forma a um espaço extremamente vivificado, rico em possibilidades, e paradoxal, atravessado por diversas transformações, que insere o mesmo num processo de rupturas e permanências.

Assim, dentro desse processo de transformação, de um lado, a nobreza resolve morar em outro lugar⁶³, porém deixando a área com uma forte afirmação de caráter burguês⁶⁴; de outro, a atividade comercial, baseada na concentração de víveres por atacado se mostra cada vez mais forte, a ponto de gerar a necessidade de um melhor planejamento, na busca da racionalização do espaço, tendo em vista o caráter comercial da área. Fatos que exemplificam tal questão são a construção do *Marché au Blé*, “nascido das tentativas de racionalização do mercado dos Halles no século XVIII”, e a construção, em 1851, dos pavilhões de abastecimento comercial, pelo arquiteto Baltard, utilizando-se das novas tecnologias e dos materiais em voga – ferro e vidro – que exprimem bem o espírito de uma época de inovações e novos rumos tomados por uma sociedade que necessitava apresentar-se como “moderna”.

Porém, a modernidade é paradoxal. Enquanto os planos de racionalização do espaço são elaborados e postos em prática, as atividades que giram em torno do comércio são intensificadas, e este mesmo espaço, em sua instância do vivido, passa a identificar determinados tipos de uso que tendem a gerar conflitos e tensões com relação à idéia concebida de espaço civilizado e racionalizado. (VER PRANCHA 14, p. 187)

⁶³ Em 1671, o Rei Louis XIV transfere a Residência Real para *Versailles*.

⁶⁴ Nesse mesmo período foram construídas as praças *Vendome* e *Victoires*, que são também referências simbólicas do caráter burguês da área.

Nos anos 1950, intensifica-se a discussão sobre uma possível proposta de transformação urbana na área, a partir da constatação de que o centro da cidade estaria perdendo sua vitalidade e sua referência como coração de Paris. O grande mercado des Halles era tido como uma das causas, por conta de neutralizar as possibilidades de uso de um espaço polifuncional, dada a sua grande dimensão e a realização de uma única atividade. A retirada dos galpões de Baltard, portanto, poderia gerar a oportunidade da implementação de um grande projeto de renovação da área.

Essa condição de espaço monofuncional, que norteou a necessidade de renovação é refutada por Abdelhaf Khatib, membro da Internacional Situacionista, quando, em 1958, escreve o *Esboço de Descrição Psicogeográfica do Les Halles de Paris* (Khatib in Jacques (org.): 2003) apresentando o bairro em quatro áreas de ambiência, com características próprias, porém guardando algumas relações de interação entre si. Khatib analisa o domínio territorial exercido pelas instituições vinculadas às práticas burguesas que, concentradas num espaço restrito, “fazem dele, prática e simbolicamente, um perímetro defensivo dos magníficos bairros capitalistas”. (Khatib in Jacques (org.): 2003, 84). E acrescenta:

“O projeto que visa a deslocar o mercado Les Halles para fora da cidade é mais uma perda do setor popular de Paris que, há cem anos, um movimento contínuo tenta expulsar para a periferia” (Khatib in Jacques (org.): 2003, 84).

No final dos anos 1960, no entanto, o poder público resolve retirar efetivamente os pavilhões, transferindo a atividade para *Rungis*, apesar de toda mobilização pública contrariando a intervenção. (VER PRANCHA 14, p. 187)

E, enquanto a abertura do *Trou* des Halles passa a gerar consequências em várias instâncias (social, política, econômica), algumas propostas são pensadas tendo em vista uma ampla reflexão sobre a questão da imagem do centro de uma grande capital, a partir também de uma certa crítica às políticas urbanas vigentes :

“Após o malogro da consulta de 1967 e sobretudo pelo traumatismo causado pela destruição dos pavilhões de Baltard em Agosto de 1971, o futuro do bairro deve

ser inteiramente reinventado. O “buraco do Halles” encarna então, vários anos de malogro de uma certa política urbana”. (Texier: 2005, 192) Tradução livre.

Em 1973, inicia-se o processo de elaboração do atual projeto da área do *Les Halles*, a partir de uma proposta dos arquitetos Claudio Vasconi e George Pencreac’h, projeto este que passou por uma série de modificações, num atribulado processo que acabou por reforçar o aspecto negativo da forma de encaminhamento das políticas urbanas vigentes no período. Mas, afinal, em que consistiu a proposta de renovação do *Quartier Les Halles*?

Partiu-se da concepção de um espaço entendido como centro regional, como princípio para retomada da imagem da área como o “coração” de Paris. Tomou-se como mote e projeto-âncora, a necessidade de construção de um grande complexo de metrô e RER (complexo *Chatélet/Les Halles*), que funcionaria como um importante ponto nodal do sistema de transportes da cidade, tornando a mesma “(...) *um dos pontos de passagem incontornáveis nos trajetos dos parisienses, e mais particularmente, dos habitantes da região Ile-de-France*”. (Texier: 2005, 192) Tradução livre

Atrelada à construção da *Gare*, e reforçando o poder de atratividade do investimento, propôs-se a construção de um grande centro comercial – *templo de consumo e de lazer* - esse batizado com o nome de *Forum des Halles*. A utilização do termo *Forum* mostra a preocupação com a necessidade de reconquista do espaço, como foco e como centralidade. Texier confirma esse objetivo:

“Temos assim na contribuição para os estudos sobre o futuro do centro de Paris, publicado pela Prefeitura do Sena, a propósito da expressão arquitetural do novo centro: referenciando às colunatas antigas ou os pórtico da era clássica, deverá ser o “fórum” do fim do século XX, largamente aberto sobre o tecido circundante, numa progressiva reconquista”. (Texier: 2005, 193) Tradução livre.

Complementando o conjunto formado pela *Gare* e o centro comercial coberto pelos “guarda-chuvas” concebidos pelo arquiteto Jean Willerval, concluiu-se o *Jardim des Halles* a partir da proposta de François Lazare, que se estrutura sobre três elementos: a praça *René Cassis*, que tem como ponto central a igreja de *Saint-Eustache* ; uma grande área coberta

por vegetação, que cruza o espaço na diagonal, ligando a Igreja de *Saint-Eustache* à Praça *des Innocents*; e um vasto alinhamento de árvores ao longo da rua *Berger*, onde se introduziu o conceito de “arquitetura vegetal”, a partir da instalação de estruturas de ferro recobertas com vegetação. Este jardim, construído a partir da lógica da “abertura”, apresenta portas de acesso, nos pontos de articulação com as principais vias circundantes.

A necessidade de reconquista a partir do poder de atratividade fica explícita nessa obra. No entanto, a apropriação do *espaço concebido* pode se apresentar de uma forma inesperada: de fato, a área tornou-se um pólo comercial e turístico forte, haja visto o reforço empregado pelos eixos comerciais circundantes, tais como áreas de apoio à infraestrutura comercial e turística – lojas, bares e restaurantes. Por outro lado, o poder de atratividade gerado pela implementação do complexo gerou resultados que caminharam num sentido inverso:

“A Operação de renovação do ‘Les Halles’ tinha por objetivo voltar a dar ao bairro um lugar central em Paris; esse fato fabricou um paradoxo: ‘Les Halles’ são o centro de uma aglomeração (a região parisiense), mas não a cidade-centro (Paris)”. (Texier: 2005, 192) Tradução livre.

A ação de centralização, portanto, atraiu, por um lado, os turistas, e por outro acabou por *puxar* a periferia para o “coração” de Paris. E na forma de apropriação atual do espaço, percebemos a força que essa periferia exerce nessa área supostamente nobre. (VER PRANCHA 15, p. 188)

Neste sentido é que o paradoxo da (pós)modernidade incomoda. E, afinal, a quem pertence o *Les Halles* hoje? De quem é, e o que é o “coração” de Paris? Um polo comercial denso, confuso, mal integrado a uma grande *Gare*, também densa, confusa e escondida debaixo de um grande espaço público, com problemas de segurança. Este é o diagnóstico elaborado pelos mentores do discurso que norteou as premissas para o concurso de 2003/2004, ao qual nos reportaremos para evidenciar este distanciamento entre o que é concebido e o que é vivenciado.

I.1.2. O Concurso *Les Halles* 2004.

Dentro de toda uma expectativa da construção de uma nova ordem urbanística, surge a idéia do concurso para o *Quartier Les Halles*. Um caso curioso, dentro deste período de intensas transformações urbanas na cidade, por estabelecer um paradoxo dentro de um discurso extremamente doutrinário: de um lado, o discurso que norteará as premissas do concurso, que reza na cartilha dos princípios de gestão/produção urbana contemporânea francesa, trabalhando com os conceitos de participação, coesão social, democratização; de outro, acaba utilizando do artifício da necessidade do estabelecimento da centralidade, tema extremamente criticado nas práticas de planejamento anteriores.

Para uma melhor visualização desta questão, extraímos do corpo do texto apresentado na publicação “*Paris-Les Halles. Concours 2004 (Paris: Editions Le Moniteur, 2004)*”, trechos que buscam definir os conceitos referentes à constituição dos princípios de gestão/produção urbana contemporânea francesa.

Com relação ao conceito de *participação*, a obra identifica que o projeto *Les Halles* surge a partir da idéia da parceria entre diversos segmentos e instituições responsáveis pelo bairro, pensado entre as escalas local e regional, e que irão representar a sociedade, no âmbito geral.

Em termos de *coesão*, aponta-se que os segmentos envolvidos no projeto buscam atingir um objetivo comum, amplo, de melhoria da qualidade de vida e, por conseguinte, da qualidade do espaço, fato que os leva à necessidade de constituir uma linguagem comum, coerente e de coesão, que se torna o princípio regulador do discurso a ser estabelecido, sendo a grande orientação na elaboração dos cadernos de encargos e objetivos.

No que diz respeito à *democratização*, identifica-se a que a tentativa de legitimação deste discurso se faz a partir da condição de “democratização” do processo, estabelecido na forma de procedimento de estudos e negociação: concomitante ao desenvolvimento da

parte técnica do projeto, que constou de duas fases⁶⁵, ocorreram reuniões públicas a partir das associações de bairro; reunião com as representatividades do setor de transportes; e constituição do site www.projetdeshalles.com, para garantir o acesso às informações relativas ao encaminhamento das propostas. Todo esse processo culminou com uma reunião pública para a apresentação dos projetos e na elaboração de um livro como prova material da democratização e acesso à informação.

Sob o ponto de vista da *regeneração*, a municipalidade justifica a sua ação a partir de um diagnóstico que indica a imagem negativa da área, cujas construções estão degradadas, e situadas num lugar que não suscita nenhum entusiasmo. Um “iceberg” condensado de problemas urbanos. Afirma-se que o projeto anteriormente implementado já encontra-se obsoleto e não cumpriu o seu papel, constatando-se, inclusive, o envelhecimento prematuro dos pavilhões *Lescot* e *Rambuteau*. Com relação ao jardim, o diagnóstico também é de cunho depreciativo:

“Demasiado pequeno para criar qualquer sentimento de relação com a natureza, demasiado obstruído para oferecer uma polivalência do espaço, a sua configuração não permite ver e nem ser visto, situação que favorece o sentimento de insegurança do público”. (Paris-Les Halles: 2004, 34) Tradução livre.

Em suma, um jardim sem segurança e sem referências.

Com relação à *reversão do quadro*, os gestores orientam a elaboração de uma proposta que possa também tornar-se referência no âmbito da política urbana contemporânea :

“(...)Os pavilhões de Baltard serviram de modelo à numerosas construções na França e no exterior. Do mesmo modo, porém, com menos sucesso, o atual Fórum des Halles inspirou as escolhas de certas municipalidades francesas nos anos 1980. A operação de ordenamento atual, se tiver êxito podera servir de referência noutra lugar, fora de Paris”. (Paris-Les Halles: 2004, 15) Tradução livre.

⁶⁵

Uma dita “aberta”, onde as quatro equipes convidadas e as entidades organizadoras elaboraram um estado das artes, e outra, dita “fechada”, onde se deu a redação do programa definitivo, a partir do qual as equipes desenvolveram suas propostas finais.

Sobre o aspecto da *centralidade*, o discurso contido na referida obra aponta que, para a efetivação da idéia de regeneração do espaço, deve-se partir de um objetivo forte e comum às partes interessadas e que é fixado na necessidade de “(...) *conciliar, no coração de Paris, um bairro vivenciado e um centro metropolitano de exceção*”(Paris-Les Halles: 2004, 46). A municipalidade, portanto, “(...) *lançou sob forma de caminhos de definição uma reflexão sobre o reordenamento ambicioso deste ‘centro dos centros’*”. (Paris-Les Halles: 2004, 46) Tradução livre.

O caráter de *centralidade* é marcadamente forte no discurso elaborado pelos quatro parceiros do empreendimento *Les Halles*: uma centralidade que deve ser exercida nas escalas local e regional, que deve se fazer presente de forma concreta nas referidas áreas propostas : na reformulação da *Gare*, no intuito de que esta “(...) *se afirme como Estação central da região parisiense*” (Paris-Les Halles: 2004, 46); na proposta para um novo Jardim : “(...) *tratando-se dos espaços verdes, o reordenamento do Les Halles permitirá de render ao parisienses, franceses e turistas um verdadeiro jardim contínuo adaptado à usos tanto diários como metropolitanos*” (Paris-Les Halles: 2004, 46) ; na necessidade de uma melhoria de visibilidade e lisibilidade do centro comercial. Tradução livre

Com relação à perspectiva de criação de um *espaço referencial*, considera-se que

“(...) *Para além das atividades existentes, uma programação sobre o tema de Paris metrópole deverá encarnar no bairro ‘Les Halles’, o centro da aglomeração parisiense, este lugar inédito em Paris constituído em torno de uma vocação cultural e de troca, larga e popular, conjugada à dinâmica econômica, criadora de empregos*”. (Paris-Les Halles: 2004, 46) Tradução livre.

Como orientação existente no discurso, observamos para a recomendação da *Negligência / Exclusão* de determinados usos, no espaço a ser requalificado, em prol de um equilíbrio entre as atividades a serem realizadas. Entretanto, esse equilíbrio pende para uma determinada instância, que é a de negligenciar e /ou excluir determinadas apropriações, tidas como “depreciativas”, a fim de reforçar a representação de uma área limpa e

desinfectada, digna de uma imagem forte, do lugar, tal como o “coração” de uma grande capital.

Esse corpo de termos que fundamenta a base conceitual da retórica a ser utilizada na configuração das premissas do concurso, constitui-se, praticamente, numa espécie de “dicionário”, formulado pelos mentores deste concurso – gestores urbanos, arquitetos, urbanistas, economistas –, que trazem em seu discurso, referências tiradas das disciplinas humanistas, tais como sociologia e antropologia, visando, com isto, referendar uma condição de valorização do cidadão, da comunidade e de sua cultura, para dessa forma, legitimar uma ação de cunho supostamente democrático, participativo, e de proximidade.

Alguns autores, entretanto, criticam esta postura. Para Jeudy (2005), este artifício, definido por ele como *metaforização* é extremamente superficial e redutor das realidades das cidades e dos indivíduos que fazem dela o seu habitar. Primeiramente, o autor tece comentários sobre concepção e formas de apreensão das intervenções urbanas, indicando que a cidade excede o conceito que os seus gestores fazem dela:

“Gerir a cidade, construir seu desenvolvimento, supõe a implementação de um processo de reflexividade que, ao ordenar as representações do espaço urbano, permite o exercício de um certo formalismo conceitual. Assim, o conceito pode funcionar como uma redação das metáforas, como uma parada sobre a imagem a partir da qual a cidade se torna um objeto inteligível, suscetível a ser tratado como tal. É preciso que em um dado momento a cidade seja imobilizada em si mesma para que se possa se tornar um objeto de conceitualização. Contudo, o jogo de reversibilidade entre a metáfora e o conceito continua a tornar instáveis a maneira como a cidade é apreendida. Como a suspensão do movimento das metáforas permanece arbitrário, somos obrigados a constatar que a cidade jamais poderá ser tratada como o exclusivo produto de sua conceitualização”. (Jeudy: 2005, 94)

Essa afirmativa de Jeudy dialoga com o pensamento Lefebvriano, quando este define que o espaço *concebido* tende a tornar-se um espaço de “*código de especialistas*”, em que os discursos que reduzem o entendimento do espaço à sua condição de *espaço mental*, estão negligenciando o a produção do espaço como *constructo social*.

Assim reporta-se Jeudy, sobre a utilização, por parte de arquitetos e urbanistas, de conceitos pinçados de áreas afins, para justificarem as ações propostas:

“As ciências humanas são frequentemente utilizadas nos projetos de arquitetura como uma linguagem coceitual que vem legitimar a posteriori as proposições de reestruturação do espaço urbano. Os conceitos da antropologia ou da sociologia recebem então uma vocação metafórica encantatória. Alteridade, coesão social, estar junto, proximidade ... O poder metafórico, ao menos estereotipado, atribuído a tais palavras, teria como finalidade tornar ‘vivo’ o próprio projeto, ou pelo menos inscrevê-lo no horizonte semântico de algo vivido. O urbanista (ou arquiteto) precisa mostrar como as infra-estruturas que modifica ou cria destinam-se de fato a melhorar a vida cotidiana dos cidadãos”. (Jeudy: 2005, 95)

Dentro deste contexto, Jeudy alerta para o fato de que esta “apropriação” de conceitos e, por conseguinte, a elaboração de uma *representação do espaço* baseada nesta metaforização, poderá se passar por uma “verdade absoluta”, transformando-se numa “representação determinante da realidade”:

“O que conta como condição de elaboração de projetos é o poder ilusionista da conceituação oferecido pela prática de deslizos metafóricos. Constitui-se então a aparência de um elo conseqüente entre o discurso e a realidade, como se o projeto urbano adquirisse forma e conteúdo graças a esse trabalho de conceituação metafórica, que termina dando fundamento à própria realidade e autorizando o arquiteto, assim como o urbanista, a inserir discretamente seus julgamentos morais e suas opções políticas, no caso de os terem. Esse trabalho de conceituação metafórica termina fazendo do projeto urbano uma representação determinante da realidade”. (Jeudy: 2005, 96)

Neste sentido, a crítica elaborada por Jeudy, sobre a utilização, por parte dos gestores urbanos, dos conceitos tomados por empréstimo de outras áreas do conhecimento para legitimar uma ordem urbanística mais democrática e mais próxima ao cidadão, na verdade, acaba por representar uma ação excludente, em que o espaço passa a ser entendido a partir, única e exclusivamente do *constructo mental*, em detrimento de uma construção simultânea entre o *mental e o social*, como define Lefebvre (1974).

O corpo de propostas elaboradas pelos quatro escritórios de arquitetura convidados a participarem do concurso de projetos para o *Les Halles*, reforça, no âmbito geral, as premissas estabelecidas pelos gestores do referido concurso. Uma reflexão sobre cada uma destas propostas servirá como afirmativa para o que está sendo exposto até o momento.

I.1.2.1. A proposta do escritório AJN – Atelier Jean Nouvel.

Já em sua primeira fase, a proposta do AJN busca evidenciar o caráter de centralidade da área, onde está enquadrada a requalificação do bairro que, de centro da capital tornou-se, graças ao nódulo ferroviário e metropolitano, o centro de *l’Ile de France*. Um centro onde cruzam e co-habitam populações diversas. A partir dessa imagem, é possível observar a preocupação central da proposta, que pode ser confirmada na segunda fase do concurso: percebemos a prioridade que se dá à tentativa de criação de uma imagem positiva do lugar, a partir de um consenso que qualifica a área como ponto nodal, dentro do cinturão verde de Paris.

O jardim será o principal elemento na tentativa de estabelecer a idéia de continuidade proposta por Nouvel. Uma continuidade pautada nos constantes diálogos, sejam eles entre os monumentos (seja com o Centro *Pompidou* próximo, ou a *Sacre Cœur*, distante), ou entre a nossa modernidade e a que nos precedeu.

Pensado a partir de uma possível ampliação (de 4 para 7 hectares), o jardim está organizado em 3 níveis : ao nível do solo, com árvores que confrontam os diversos biotipos existentes nas florestas de *l’Ile-de-France* (numa perspectiva de *centralização* simbólica das florestas) ; um jardim suspenso à meia altura, entre o solo e os telhados de Paris (um balcão diante da *Saint-Eustache*) ; e finalmente, um jardim suspenso à altura dos telhados : “(...)um jardim-evento, onírico, para saborear o prazer de estar no coração de Paris”. (Paris-Les Halles: 2004, 50). O jardim aparece, portanto como ponto nodal de um sistema de *trama ecológica* na cidade: “(...) os corredores verdes que conectam biologicamente os espaços verdes parisienses” (Paris-Les Halles: 2004, 50). Tradução livre

A idéia de continuidade permeia todas as instâncias do projeto, onde é possível perceber a forte presença simbólica dos elementos luz e água. Nouvel utiliza bastante os artifícios da transparência e do reflexo para implementar a idéia de visibilidade / lisibilidade, o que confere, por exemplo, aos espaços de circulação do sistema metrô/RER, uma condição de amplitude e segurança do espaço. Sob o mesmo aspecto, a partir de jogos de transparência, garante-se uma maior lisibilidade às entradas do centro comercial, que se apresentam “*banhadas de luz e de água*” (Paris-Les Halles: 2004, 51). Da mesma forma, propõe-se a demolição dos guarda-chuvas para a construção do *Carreau des Halles*, “*espaço de luz aberto sobre o jardim*” (Paris-Les Halles: 2004, 51). Todas essas transformações inseridas dentro de um contexto de *regeneração*: “*(...) O antigo Fórum torna-se um lugar de urbanidade, torna-se à parte um fragmento da cidade, aberto. Fim ao buraco! A continuidade entre os níveis é total, a fronteira torna-se indiscernível*”. (Paris-Les Halles: 2004, 51). Tradução livre

Para concluir, Nouvel propõe novos espaços públicos e edifícios, sempre os agregando numa condição de diálogo com as preexistências. Dentro desta ótica, propõe a criação do *Parvis Saint Eustache*, como “*(...) nova pequena praça do bairro, dominada pela fachada da Igreja que dialoga com um imóvel vitral ótico que reflete sua imagem*”. (Paris-Les Halles: 2004, 51) Tradução livre

Em termos gerais, a proposta do Atelier Jean Nouvel pode ser entendida como uma forma de dotar o espaço de uma condição de espetacularização, tomando como atratividade alguns elementos tradicionais da cidade de Paris, sendo estes utilizados como veículos, no processo de “continuidade” entre uma modernidade precedente e uma (pós)modernidade contemporânea, que entretanto, mostra-se excludente e travestida. Busca-se travestir um espaço complexo, tenso e conflituoso – o *espaço diferencial* Lefebvriano – tornando-o *abstrato*, espetacular e refletor de uma sociedade pretensamente coesa, ecologicamente correta, e com desejos de reparar antigos erros. Essa condição é refletida até na própria proposição para o canteiro de obra, que apaga a imagem do *trou* - extremamente marcante na última intervenção, transformando-o num “canteiro espetacular”. (VER PRANCHA 16, p. 189)

I.1.2.2. A proposta do escritório MVRDV – Winy MAAS

Na primeira fase, Winy Maas põe em cheque a forma de intervenção urbana que toma como fórmula os Grandes Projetos. Fala do fiasco que foi a própria proposta do *Forum*, e coloca em pauta a questão da integração entre os grandes projetos e os mini-projetos, a partir de uma boa orquestração entre as partes envolvidas. Tal conceituação é reafirmada na segunda fase da proposta, a partir dos itens *micro projet* e *approche*, onde é indicado o objetivo do projeto: combinar o desejo dos principais atores, a fim de encontrar a solução para os problemas de cada um e em paralelo, resolver as necessidades explícitas e implícitas dos usuários.

A idéia de construção de um espaço icônico também é evidenciada nas duas fases: entendendo-se que, pensada na escala regional, a *Gare* funciona como “*a principal entrada de Paris*”, é necessário apagar a imagem de um espaço tido como catastrófico, transformando o complexo no mais novo símbolo dentre os vários que existem na cidade.

Para isso, é indispensável que o espaço se faça visível, que suas potencialidades sejam exploradas, trazendo à luz tudo aquilo que está “enterrado” e “escondido”. Dai a idéia da transformação do piso do jardim em um grande vitral, cujas principais características são a transparência e a luminosidade. O discurso de Maas chega a fazer um paralelo com os vitrais das catedrais, como fonte de luz que redime o espaço.

Para além da transparência, o grande vitral representa o *puzzle* da *mixité* do lugar: cada peça do quebra-cabeça, em sua singularidade, representa a diversidade da sociedade; juntas todas elas representam a unidade pretendida, a coesão social, a coerência:

“Um grande projeto composto como uma associação de microprojetos-alvo, que respondem às demandas específicas de cada um. (...) à forma de um vitral, onde o esplendor monumental resulta da composição de pequenos elementos: todos diferentes, juntos, eles formam uma unidade.” (Paris-Les Halles: 2004, 82)

Tradução livre

Complementando a proposta, um jardim, ligeiramente elevado, através de um *podium*, para celebrar a “vitória” do “espaço redimido”.

A proposta de Maas, também de cunho espetacular, dá forma a um discurso montado por palavras-chave, e legitima uma leitura irrepreensível sobre o espaço, onde não se espera contestação. Tudo está contemplado, a partir do respeito ao *puzzle* da diversidade e à construção de um espaço icônico, onde a luz regenerativa transborda. A questão que se coloca é a de saber se não estão faltando algumas peças dentro desse quebra-cabeça iluminado. As peças que podem ser identificadas a partir de uma prática social vivenciada, vinculada a apropriações que se fazem deste espaço, entendidas pelos gestores como indesejáveis. Neste *puzzle* da diversidade, os negros da periferia parisiense, por exemplo, serão peças a serem trocadas. (VER PRANCHA 17, p. 190)

I.1.2.3. A proposta do OMA – Rem Koolhaas.

Em sua primeira fase, a proposta de Koolhaas é precedida de uma crítica à confiança exacerbada que se atribui aos projetos de renovação, sendo o *Forum* um desses exemplos, onde o resultado causou um traumatismo à cidade e aos seus usuários, ainda presente nos dias de hoje. Koolhaas fala de um espaço esquizofrênico, onde a presença de pessoas da periferia garante uma identidade forte dentro do complexo, principalmente, na área comercial, subterrânea. Porém, segundo Koolhaas, esta imagem está sendo camuflada: “(...) *Numa tentativa infeliz de camuflagem, o conjunto do projeto foi recoberto por um parque artificial, como se tivesse tentado esconder um elefante sob um tapete*”. (Paris-Les Halles: 2004, 40). Tradução livre

Diante deste diagnóstico, Koolhaas afirma que um projeto para o bairro deverá levar em conta essa esquizofrenia, de forma a fazer “*subir o que está escondido*”.

Na segunda fase, Koolhaas apresenta suas idéias a partir da necessidade de uma metrópole como Paris, reinventar sua própria modernidade, amparada na crítica a modernidade

precesente, e definindo um outro conceito de modernidade, que seja considerado cumulativo (acumulação de intervenções pontuais, precisas, contextuais e delicadas).

O ponto-chave dentro da proposta é a necessidade premente de “*conexão entre os dois mundos*”: o subterrâneo e o da superfície, que atualmente se desconhecem, e onde um esconde o outro. Portanto, “(...) *o objeto principal do nosso projeto é, então, de recompor, por meio arquitetônicos e urbanos, as interações entre o jardim, o comércio e as estações de RER e metrô*”. (Paris-Les Halles: 2004, 114). Tradução livre. A proposta é definida, portanto, a partir de três eixos: o do trabalho, no nível subterrâneo (luz, conforto de uso e segurança); o do jardim (espaço atrativo, utilizável e partilhado); e o da materialização da ascensão das atividades do subsolo.

Concretamente, essa integração é sugerida através de edifícios que farão a partir do uso proposto – ora com programas fixos, ora com programas mais lúdicos, de espírito mais livre – a tão desejada integração. Com relação ao jardim, que atualmente é visto como “*espaço autista*”, propõe-se trabalhar numa linha de pensamento que tenha como objetivo principal restaurar as relações entre o interior e o exterior, buscando também inventar uma nova forma de viver a natureza na cidade, conforme já foi explicitado na primeira fase do projeto.

A proposta de Koolhaas nos parece a mais questionadora dentre todas, visto que traz à tona a complexidade existente no subterrâneo que, em consequência de erros de propostas anteriores, torna-se esquizofrênica, embora esteja presente e seja uma característica identificadora do lugar. Há que se questionar, no entanto, se a busca por essa outra modernidade e a sua materialização, nas torres de integração, não pode gerar também um espaço extremamente monumental e autoritário, que acabe por se justificar por si só, gerando também outra modernidade, tão doentia e arrogante, quanto àquela que se deseja substituir. Nesse aspecto, apesar do discurso buscar outro caminho, a prática poderá gerar outro espaço *abstrato*, autoritário e limitador. (VER PRANCHA 18, p. 191)